



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DAIANE CRISTINA DA SILVA

**PRIORIDADES EDUCACIONAIS EM PERNAMBUCO: ANÁLISE DE PROGRAMAS
DE GOVERNO, PLANOS PLURIANUAIS E RELATÓRIOS ANUAIS DE AÇÃO DE
GOVERNO (2007-2014)**

**CAMPINAS
2018**

DAIANE CRISTINA DA SILVA

**PRIORIDADES EDUCACIONAIS EM PERNAMBUCO: ANÁLISE DE PROGRAMAS
DE GOVERNO, PLANOS PLURIANUAIS E RELATÓRIOS ANUAIS DE AÇÃO DE
GOVERNO (2007-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestra em Educação, na área de concentração de Educação.

Orientadora: Luciane Muniz Ribeiro Barbosa

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO/TESE
DEFENDIDA PELA ALUNA DAIANE
CRISTINA DA SILVA E ORIENTADA PELA
PROFA. DRA. LUCIANE MUNIZ RIBEIRO
BARBOSA

CAMPINAS
2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Pablo Cristian de Souza - CRB 8/8198

Si38p Silva, Daiane Cristina da, 1992-
Prioridades educacionais em Pernambuco : análise de programas de governo, planos plurianuais e relatórios anuais de ação de governo (2007-2014) / Daiane Cristina da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Luciane Muniz Ribeiro Barbosa.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação básica - Pernambuco. 2. Educação - Política governamental. 3. Planejamento da Ação Governamental. I. Barbosa, Luciane Muniz Ribeiro, 1981-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Educational priorities in Pernambuco : analysis of government programs, multiannual plans, and the annual government reports (2007-2014)

Palavras-chave em inglês:

Basic education - Pernambuco

Education-Government policy

Government action Planning

Área de concentração: Educação

Titulação: Mestra em Educação

Banca examinadora:

Luciane Muniz Ribeiro Barbosa [Orientador]

Theresa Maria de Freitas Adrião

Teise de Oliveira Guaranha Garcia

Data de defesa: 06-12-2018

Programa de Pós-Graduação: Educação

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PRIORIDADES EDUCACIONAIS EM PERNAMBUCO: ANÁLISE DE PROGRAMAS
DE GOVERNO, PLANOS PLURIANUAIS E RELATÓRIOS ANUAIS DE AÇÃO DE
GOVERNO (2007-2014)**

Autora: Daiane Cristina da Silva

COMISSÃO JULGADORA:

Profa. Dra. Luciane Muniz Ribeiro Barbosa

Profa. Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião

Profa. Dra. Teise de Oliveira Guaranha Garcia

A ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de
Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo apoio irrestrito.

Agradeço à minha orientadora, Luciane, pelas orientações, amizade e, sobretudo, acolhimento nos momentos mais difíceis.

Agradeço à professora Theresa Adrião pela leitura atenta, contribuições valiosas e, principalmente, por encorajar-me a concluir a pesquisa.

Agradeço ao professor Rubens Camargo e à Teise Garcia por aceitarem compor a banca de qualificação e de defesa.

Agradeço a todas e todos profissionais dos Centros Municipais de Educação Infantil em que trabalhei, os quais muito me ensinaram sobre a Educação e sobre como resistir às conjunturas adversas.

Agradeço a todas e todos integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE) pela hospitalidade, pelo frutífero debate e, especialmente, pela engajada e inspiradora atuação na defesa da escola pública, laica e gratuita.

Agradeço a todas as amigas e todos os amigos que, de uma forma ou de outra, tornaram possível a realização desta pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo principal identificar as prioridades educacionais em Pernambuco, na educação básica estadual, entre os anos de 2007 e 2014. Realizado no âmbito do GREPPE/Unicamp, o estudo, de natureza documental, buscou localizar nos programas de governos, planos plurianuais e nos relatórios anuais de ação de governo, as primazias educacionais nas duas gestões de Eduardo Campos a frente do poder executivo pernambucano. O estudo realizado mostrou que em Pernambuco, nessa série histórica, com a implementação do modelo de gestão “Todos por Pernambuco” — de orientação gerencialista — foram priorizadas a correção do fluxo escolar, a elevação da nota da rede estadual no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e a ampliação das Escolas de Referência. Identificou-se, ainda, que para a consecução das metas estabelecidas nos programas de Governo, houve participação do Banco Mundial e foram efetuados conveniamentos com atuação direta do setor privado, dentre os quais se destacam a Fundação Roberto Marinho, o Instituto Ayrton Senna, o Movimento Brasil Competitivo e o Instituto de Desenvolvimento Gerencial. Ademais, a lógica mercadológica também se fez presente no escopo das políticas educacionais no estado, materializando-se, dentre outros modos, mediante a instituição do Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE), a implementação do Bônus de Desempenho Educacional (BDE) e a vinculação do repasse dos recursos provenientes do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao desempenho dos municípios no Ideb. Esta pesquisa foi realizada mediante análise de fontes primárias.

Palavras-chave: Educação Básica. Pernambuco. Programa de Governo. Plano Plurianual. Relatório Anual de Ação de Governo.

ABSTRACT

The main objective of the present research was to identify the educational priorities in Pernambuco, in the state basic education, between 2007 and 2014. Performed within the scope of GREPPE / Unicamp, the study, with documentary foundation, sought to find in the government programs, multiannual plans, and the annual government action reports, the educational primacy in the two administrations of Eduardo Campos in front of the Pernambuco executive power. The study carried out showed that in Pernambuco, in this historical series, with the implementation of the "Todos por Pernambuco" management model — a managerial orientation — priority was given to correcting the school flow, raising the grade of the state network in the Education Development Index (IDEB) and the enlargement of the Reference Schools. It was also identified that in order to achieve the goals established in the Government programs, there was participation of the World Bank and partnership agreements were carried out with direct action of the private sector, among which stand out the Roberto Marinho Foundation, the Ayrton Senna Institute, the Competitive Brazil Movement and the Institute for Management Development. In addition, the marketing logic was also present in the scope of educational policies in the state, materializing, among other ways, through the establishment of the Education Development Index of Pernambuco (IDEPE), the implementation of the Educational Performance Bonus (BDE) and the linkage of the transfer of resources from the Tax on the Circulation of Goods and Services (ICMS) to the performance of municipalities in the IDEB. This research was performed through analysis of primary sources.

Keywords: Basic Education. Pernambuco. Government Program. Multiannual Plan. Annual Report of Government Action.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Reforma do Aparelho do Estado (1995)	27
Figura 2	Mapa Geopolítico Estadual - Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco.....	39
Figura 3	O Modelo de Gestão Todos por Pernambuco	50
Figura 4	Plano Estratégico de Pernambuco (2007-2010)	63
Figura 5	Mapa de Estratégias de Pernambuco (2007-2010)	78
Figura 6	Mapa de Estratégias de Pernambuco (2011-2014)	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Renda Média, Pobreza e Extrema Pobreza – Pernambuco (1991-2010)41
Gráfico 2	Matrícula na Educação Básica no Estado de Pernambuco (2005-2015)44
Gráfico 3	Evolução da Rede Estadual de Pernambuco no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – 5º ano do Ensino Fundamental (2005-2015)45
Gráfico 4	Evolução da Rede Estadual de Pernambuco no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – 9º ano do Ensino Fundamental (2005-2015)46
Gráfico 5	Evolução da Rede Estadual de Pernambuco no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – 3º ano do Ensino Médio (2005-2015)46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Regulamentação da Secretaria de Educação de Pernambuco	43
Quadro 2	Secretários de Educação do Estado de PE (2007-2014)	44
Quadro 3	Propostas para a Educação Básica do Programa de Governo “Um novo Pernambuco” (2007-2010)	58
Quadro 4	Ações e Finalidades do Programa “217 – Apoio administrativo às ações da Secretaria de Educação” (PPA 2008-2011)	66
Quadro 5	Ações e Finalidades do Programa “484 – Acesso à Educação Básica de Qualidade” (PPA 2008-2011)	67
Quadro 6	Ações e Finalidades do Programa “483 – Ordenamento e Modernização da Rede Escolar” (PPA 2008-2011)	68
Quadro 7	Ações e Finalidades do Programa “196 – Melhoria da Qualidade da Educação Básica no Estado de Pernambuco Proescola” (PPA 2008-2011)	69
Quadro 8	Ações e Finalidades do Programa “584 – Programa de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional” (PPA 2008-2011)	70
Quadro 9	Ações e Finalidades do Programa “485 – Alfabetização e Correção do Fluxo Escolar” (PPA 2008-2011)	71
Quadro 10	Programa “700 – Gestão da Rede Escolar” e “701 – Programa de Educação Integral” – Revisão PPA – PE 2010	72
Quadro 11	Programa “484 – Acesso à Educação Básica de Qualidade” – Revisão PPA 2010	73
Quadro 12	Programa “485 – Alfabetização e Correção do Fluxo Escolar” – Revisão PPA 2010	74
Quadro 13	Programa “485 – Alfabetização e Correção do Fluxo Escolar” – Revisão PPA 2011	76
Quadro 14	Ações e Medidas do Programa “1032 – Melhoria da Qualidade da Educação Básica da Rede Pública” (PPA 2012-2015)	97
Quadro 15	Ações e Medidas do Programa “1027 – Melhoria da Gestão da Rede Escolar” (PPA 2012-2015)	98
Quadro 16	Ações e Medidas do Programa “913 – Ampliação do Acesso à Educação Básica da Rede Pública” (PPA 2012-2015)	99
Quadro 17	Ações e Medidas do Programa “918 – Ampliação do Acesso ao Programa de Educação Integral e Educação Profissional” (PPA 2012-2015)	99

Quadro 18	Ações e Medidas do Programa “261 – Valorização dos Profissionais da Educação e Implantação da Política de Formação Continuada” (PPA 2012-2015)	100
Quadro 19	Ações, Subações e Execuções do Programa “1027 – Melhoria da Gestão da Rede Escolar” – Revisão PPA 2013	102
Quadro 20	Ação, Subações e Execução do Programa “918 – Ampliação do acesso ao programa de educação integral e educação profissional” – Revisão PPA 2013	103
Quadro 21	Subações e Execuções da Ação “4327 – Qualificação Permanente dos Profissionais de Educação” para o ano de 2013	104
Quadro 22	Ação, Subações e Execuções do Programa “1032 – Melhoria da qualidade da Educação Básica na Rede Pública” – Revisão PPA 2014	105
Quadro 23	Ações, Subações e Execuções do programa “1027 – Melhoria da gestão da rede escolar” – Revisão PPA 2014	106
Quadro 24	Ação, Subações e Execuções do Programa “0261 – Valorização dos profissionais da Educação e Implantação da política de formação continuada” – Revisão PPA 2014	107
Quadro 25	Síntese da participação do Setor Privado na Educação Básica nos Programas de Governo, Planos Plurianuais e Relatórios Anuais de Ação de Governo- Pernambuco (2007-2014)	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Indicadores sobre o perfil do Estado de Pernambuco	40
Tabela 2	Previsão Orçamentária Secretaria da Educação PPA 2008-2011	65
Tabela 3	Número de alunos atendidos nos programas de correção de fluxo escolar – Pernambuco (2007-2009)	83
Tabela 4	Programas para Educação Básica e previsão orçamentária – valores nominais (2012-2015) – Relatório de Custos dos Programas por Órgão	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEPE	Assembleia Legislativa de Pernambuco
BM	Banco Mundial
CEE	Conselho Estadual de Educação
CI	Central de Intercâmbio
CF	Constituição Federal
CUPP	Coligação União Por Pernambuco
EC	Emenda Constitucional
EF	Ensino Fundamental
EI	Educação Infantil
EM	Ensino Médio
FADE	Fundação de Apoio do Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
GPR	Gestão Por Resultados
GREPPE	Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional
IAS	Instituto Ayrton Senna
INDG	Instituto de Desenvolvimento Gerencial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEPE	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal

MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MBC	Movimento Brasil Competitivo
NGP	Nova Gestão Pública
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Pernambuco
PFL	Partido da Frente Liberal
PGM	Programa Ganhe o Mundo
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMGP	Programa de Modernização da Gestão Pública
PP	Partido Progressista
PPA	Plano Plurianual
PPB	Partido Progressista Brasileiro
Procentro	Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental
Progestão	Programa Pernambucano de Modernização da Gestão Pública
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PTN	Partido Trabalhista Nacional
RAAG	Relatório Anual de Ação de Governo
RMR	Região Metropolitana de Recife
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAEPE	Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco
SARE	Secretaria de Administração e Reforma do Estado

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDUC	Secretaria de Educação
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SMC	Sistema de Monitoramento de Conteúdos
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte
SIASI	Sistema Instituto Ayrton Senna de Informação
SIEPE	Sistema de Informações Educacionais de Pernambuco
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TML	Taxa de Matrícula Líquida
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E DE ORÇAMENTO E A NOVA GESTÃO PÚBLICA	23
1.1 A Nova Gestão Pública.....	23
1.1.1 Reforma Gerencial e as implicações para a Educação Básica	28
1.2 Planejamento e Orçamento na Administração Pública.....	32
1.2.1 A Lei de Responsabilidade Fiscal no contexto da Administração Pública Gerencial Brasileira	34
2 O CONTEXTO PERNAMBUCANO	38
2.1 Caracterização e contextualização do estado de Pernambuco.....	38
2.1.1 Notas Sobre Eduardo Campos.....	42
2.2 O Sistema Estadual de Ensino em Pernambuco.....	43
2.3 O Modelo de Gestão “Todos por Pernambuco”.....	47
3 A PRIMEIRA GESTÃO DE EDUARDO CAMPOS (2007-2010)	53
3.1 Programa de Governo “Um Novo Pernambuco” (2007-2010).....	53
3.2 Plano Plurianual de Pernambuco (2008-2011).....	59
3.2.1 Revisão do Plano Plurianual de Pernambuco para o ano de 2010	71
3.2.2 Revisão do Plano Plurianual de Pernambuco para o ano de 2011	75
3.3 Relatórios Anuais de Ação de Governo (2007-2010).....	77
3.4 Análise da Primeira Gestão de Eduardo Campos (2007-2010).....	84
4 A SEGUNDA GESTÃO DE EDUARDO CAMPOS (2011- 2014)	89
4.1 Programa de Governo “O Novo Pernambuco: melhor para trabalhar, melhor para viver” (2011-2014).....	89
4.2 Plano Plurianual (2012-2015).....	92
4.2.1 Revisão do Plano Plurianual de Pernambuco para o ano de 2013	101
4.2.2 Revisão do Plano Plurianual de Pernambuco para o ano de 2014	104
4.3 Relatórios Anuais de Ação de Governo (2011-2014).....	107
4.4 Análise da Segunda Gestão de Eduardo Campos (2011-2014).....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	117

INTRODUÇÃO

O presente estudo foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional (GREPPE)¹, sendo vinculado ao projeto intitulado “Mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2015)”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Theresa Adrião.

A pesquisa que resultou nesta dissertação de mestrado teve como objetivo central analisar, nos Programas de Governo, Planos Plurianuais- PPA e Relatórios Anuais de Ação de Governo-RAAG, as prioridades educacionais no escopo da educação básica estadual em Pernambuco, no período de 2007 a 2014. Como objetivos específicos do trabalho estão:

1. Caracterizar o modelo de gestão pública vigente em Pernambuco e a rede estadual de ensino;
2. Analisar a influência da Administração Pública Gerencial nas políticas educacionais implementadas no âmbito da educação básica, em Pernambuco, no período supramencionado;
3. Identificar se há formas de privatização da educação básica em Pernambuco e, em caso afirmativo, a quais instituições estão vinculadas.

Dentre as unidades da federação, algumas se destacam pelo protagonismo na introdução de mecanismos de privatização na rede de ensino. Este é o caso de Pernambuco, que no período de 2004 a 2007 implantou, em parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE)², as denominadas *Charter Schools*³ para atender alunos do ensino médio (ADRIÃO coord, 2014).

¹Grupo de pesquisa interinstitucional composto por pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Universidade de São Paulo USP-RP e Universidade Estadual Paulista UNESP-RC. Disponível em: <https://greppe.wordpress.com>.

² Conforme site oficial: “O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE, é uma entidade sem fins econômicos, foi criado em 2003 por um grupo de empresários motivados a conceber um novo modelo de escola e resgatar o padrão de excelência do então decadente e secular Ginásio Pernambucano, localizado em Recife.” Assim, no que se refere à missão da instituição afirma-se que é “Contribuir objetivamente para a melhoria da qualidade da Educação Básica Pública, através da aplicação de inovações em conteúdo, método e gestão, objetivando a formação integral do jovem nas dimensões pessoal, social e produtiva, tendo como fundamentos: Uma Causa: o ensino público de qualidade; Uma Marca: a corresponsabilidade; Um Desafio: a criação de novos desenhos institucionais” Informação disponível em< <http://icebrasil.org.br/sobre-o-ice/>> Acesso em 12 de Novembro de 2017.

A escolha de Pernambuco como caso de estudo deriva, portanto, da inserção empresarial na esfera educacional. Este cenário, de protagonismo na privatização da gestão escolar, suscitou o interesse por investigar se, nos documentos de planejamento do período subsequente, houve a permanência do ICE nas políticas educacionais do estado, bem como se outras instituições privadas também atuaram no escopo da educação básica estadual (ADRIÃO coord, 2014).

Para a definição do recorte temporal, apoiou-se no pressuposto de que a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar n.º 101/2000 imprimiu novos contornos à administração pública brasileira (GARCIA, 2000; CARNEIRO s/a; CULAU e FORTIS, 2006; DOIA; 2016)⁴, e ao fixar um teto de gasto com pessoal pode induzir políticas públicas privatizantes (ADRIÃO e DOMICIANO, 2018). Deste modo, tendo em vista o período de adequação à lei⁵, tencionou-se analisar, também, a gestão de 2003 a 2006, em que Jarbas Vasconcelos foi governador do estado de Pernambuco.

Entretanto, em resposta à solicitação⁶ realizada junto à ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), obteve-se a informação de que naquele período ainda não havia obrigatoriedade legal da apresentação da proposta de governo. Tal exigência ocorreu somente por meio da Lei n.º 12034/2009, que alterou na Lei n.º 9504/1997, incluindo no Art. 11, o § 1º sobre os documentos que devem compor o registro de candidatura, estando, entre eles, o inciso IX: “propostas defendidas pelo candidato a Prefeito, a Governador de Estado e a Presidente da República” (BRASIL, 2009). Segundo Joelma Barbosa dos Santos⁷, “O setor de Arquivo fez uma consulta no processo do candidato solicitado e verificou que não consta nos autos nenhuma proposta de governo de Jarbas Vasconcelos para o cargo de governador em 2002” (SANTOS, 2018).⁸

Ademais, em resposta à solicitação dos anexos do PPA de Jarbas Vasconcelos, junto à ouvidoria da Assembleia Legislativa do estado de Pernambuco⁹, obteve-se apenas a informação de que os documentos só podem ser consultados *in loco*, isto é, pessoalmente na

³ Por escola *Charter* entendemos que “pode englobar tanto escolas privadas subsidiadas por fundos públicos, quanto escolas públicas geridas por instituições privadas; as condições exigidas para que tais escolas sejam *Charters* é que não haja cobrança de mensalidades ou matrículas, que operem segundo as normas estabelecidas pelos setores responsáveis e que possam ser escolhidas pelas famílias” (ADRIÃO, 2014, p. 278).

⁴ Tal temática será pormenorizada no primeiro capítulo deste trabalho.

⁵ Período de um ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 habitantes (Art.73B)

⁶ Número 476548904853-2017

⁷ Analista Judiciária - Bibliotecária CRB-4/1128

⁸ O texto integral em resposta à nossa solicitação encontra-se no anexo 1 deste trabalho.

⁹ <http://www2.ouvidoria.pe.gov.br/web/ouvidoria>

sede da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Assim, a análise desta gestão, para fins comparativos, foi inviabilizada em decorrência do acesso às fontes documentais.

Optou-se, conseqüentemente, por circunscrever esta pesquisa às gestões de Eduardo Campos (2007-2014). Cumpre enfatizar que esta escolha é tributária não somente da ausência de fontes documentais concernentes à gestão de Jarbas Vasconcelos, como também da reestruturação da administração pública implementada no estado a partir de 2007, com o modelo de gestão “Todos por Pernambuco”¹⁰.

No que tange à coleta de dados, os Programas de Governo, os Planos Plurianuais e os Relatórios Anuais de Ação de Governo analisados encontram-se disponíveis em sítio oficial da Secretaria de Planejamento e Gestão¹¹.

Para a consecução destes objetivos, do ponto de vista metodológico, optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa, por meio de análise documental que “busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 38). Para tanto, foram analisados dois programas de governo, dois planos plurianuais, quatro revisões de planos plurianuais e oito relatórios anuais de ação de governo.

O primeiro programa de governo, compreendendo o período de 2007 a 2010, é um documento de 130 páginas, das quais 8 versam especificamente sobre a educação. O programa que contempla o período de 2011 a 2014, por sua vez, possui 108 páginas e, dentre elas, 8 abordam de forma objetiva a esfera da educação.

O Plano Plurianual da primeira gestão contemplada neste estudo (2008-2011) é particionado em três anexos: o primeiro possui 157 páginas e 3 delas discorrem especificamente sobre a educação; o segundo anexo, por sua vez, é composto por 827 páginas, nas quais 27 delas explicitam os programas e ações que competem à secretaria de educação; o terceiro anexo não foi incluso nas análises deste estudo, pois destina-se a explicitar a visão estratégica de governo para cada uma das doze regiões de desenvolvimento do estado, informação que não se revelou necessária para a consecução dos objetivos deste trabalho.

Em Pernambuco, na primeira gestão de Eduardo Campos (2007-2010), foram realizadas duas revisões no plano plurianual: a primeira, para o ano de 2010, ocorreu mediante documento de 108 páginas, em que 12 destas versam sobre ações da secretaria da educação; a segunda, para o ano de 2011, consta em um documento de 130 páginas, das quais 11 concernem sobre ações cujas atribuições competem a esta secretaria.

¹⁰ Modelo de Gestão abordado na seção 2.3 deste trabalho

¹¹ <http://www.seplag.pe.gov.br/web/portal/home>

O Plano Plurianual de segunda gestão (2012-2015) é composto por dois anexos. No primeiro, com 44 páginas, a esfera educacional é abordada juntamente com outros indicadores do estado, não havendo, portanto, no documento, uma seção específica para a área da educação. O segundo anexo, por sua vez, possui 475 páginas, das quais 28 versam sobre ações do domínio da secretaria da educação.

No segundo mandato de Eduardo Campos (2011-2014) foram efetuadas, como na gestão anterior, duas revisões no Plano Plurianual, a primeira, para o ano de 2013, é composta por dois anexos: no primeiro, de 44 páginas, é reproduzido o conteúdo do plano plurianual da gestão (2012-2015) e, no segundo, de 201 páginas, 18 delas dedicam-se às ações da secretaria da educação.

Além dos Programas de Governo, Planos Plurianuais e suas respectivas revisões, foram incluídas nas análises deste estudo, os Relatórios Anuais de Ação de Governo, contemplando integralmente a série histórica selecionada para o estudo.

O relatório de ação de governo de 2007 possui 30 páginas, das quais, 3 versam sobre a educação no estado. O documento de 2008, de 100 páginas, dedica 8 delas para abordar a educação. O RAAG 2009, por sua vez, possui 185 páginas, com 22 delas abordando de forma mais objetiva a educação no estado. O relatório de 2010, documento de 164 páginas, destina 22 delas para tratar da educação em âmbito estadual. Sobre o ano de 2011, o relatório, de 126 páginas, utiliza 14 para discorrer sobre a educação. O RAAG 2012 possui 109 páginas, sendo que 15 destas versam sobre a educação. O relatório concernente ao ano de 2013 possui 158 páginas, com 10 delas abordando a educação no estado. Para o ano de 2014, o documento, de 178 páginas, dedica 14 destas para a esfera educativa em âmbito estadual.

Cumprir enfatizar que, nos documentos analisados, ora os dados apresentados sobre a educação básica estão descritos separadamente e ora estão difusos, em meio a informações concernentes ao nível superior, educação profissionalizante, educação de jovens e adultos, entre outros. Tal forma de apresentação dos dados demandou a leitura integral dos documentos, para posterior organização analítica.

Vale ressaltar, ainda, que os documentos analisados nesta pesquisa compõem duas gestões do mesmo governador, portanto, as informações contidas nos documentos são constantemente repetidas, de forma a reiterar as ações realizadas desde o início do primeiro mandato. Optou-se, neste trabalho, para evitar prolixidade, acrescentar apenas informações que são inéditas nos documentos.

De modo complementar, utilizou-se como fonte de dados informações em sítio oficial da Secretaria de Educação de Pernambuco¹², do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)¹³, da Base de Dados do Estado de Pernambuco (BDE)¹⁴ e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁵. Além disso, empregou-se análise bibliográfica e consulta a sítios oficiais dos programas e políticas identificados na pesquisa.

Para fins analíticos, considerou-se o conceito de privatização da educação conforme defendido por Adrião (2017), entendendo esta como “a transferência ou a delegação das responsabilidades sobre a elaboração, a gestão de políticas educativas ou sobre a oferta educacional para o setor privado lucrativo e/ou não lucrativo” (p. 129).

Nesse sentido, apesar de os documentos analisados utilizarem a nomenclatura “parceria” para designar os conveniamentos e aproximações realizadas entre a esfera pública e o setor privado, compreende-se não se tratar de uma “parceria” (ADRIÃO, 2018) pois, o setor privado, provisionado de interesses mercadológicos, não necessariamente é um parceiro do Estado na consecução de políticas públicas.

A participação do setor privado na educação tem se expressado, sobretudo, em três dimensões: na oferta educacional; na gestão da educação e no currículo, podendo se manifestar por várias vias. Na dimensão da privatização do currículo, encontra-se aquisição de material didático e kits escolares (editoriais, informacionais, etc.); capacitação de professores; inserção de sistemas privados de ensino; avaliação de desempenho de estudantes; projetos pedagógicos e atividades extracurriculares. A privatização da gestão, por sua vez, tem se efetivado por meio de desenvolvimento de softwares; sistemas de gestão; capacitação de gestores; avaliação de professores e gestores; pactos; compromissos; entre outros. Por fim, a privatização da oferta é efetuada mediante ação do setor privado para oferecimento de vagas; equipamentos; infraestrutura; cursos de línguas e similares. Vale ressaltar que um mesmo programa pode estar inserido em mais de uma dimensão de privatização, como ocorre com os programas para correção de fluxo escolar¹⁶ presentes tanto na dimensão da privatização do currículo quanto da gestão (ADRIÃO et al, 2018)¹⁷.

A partir disso, revela-se como importante ilustrar que as instituições identificadas na pesquisa, bem como sua natureza e seus respectivos programas, não serão objetos de análises,

¹² <http://www.educacao.pe.gov.br/>

¹³ <http://www.inep.gov.br/>

¹⁴ <http://www.bde.pe.gov.br/>

¹⁵ <https://www.ibge.gov.br/>

¹⁶ “Medida política e estratégica para adequar a série à idade dos alunos (...)” (MENEZES, 2001).

¹⁷ Notas Metodológicas. Disponível em https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao_2005_2015. Acesso em 12 de outubro de 2018

dado que o objetivo do trabalho consiste em mapeá-las desde que presentes nos documentos analisados.

Neste trabalho, em termos de estrutura de texto, são realizadas sucessivas aproximações ao objeto de estudo. Para tanto, no primeiro capítulo trabalha-se com os conceitos de Administração Pública Gerencial ou Nova Gestão Pública (NGP) com base em Paula (2005), Bresser-Pereira (2000) e Abrúcio (1997), dado que as próprias fontes documentais investigadas identificam-se como gerenciais¹⁸. Em seguida, são apresentados o planejamento e orçamento dentro da gestão pública e a forma com que este é impactado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e, por último, são tecidas considerações sobre o gerencialismo na esfera educacional.

O segundo capítulo discorre sobre o presente caso em estudo, Pernambuco. Para isto, demonstra-se o estado em termos de indicadores sociais e econômicos, expõe-se uma breve biografia de Eduardo Campos¹⁹ e caracteriza-se a rede estadual de ensino e o modelo de gestão “Todos por Pernambuco”.

Os capítulos de número três e quatro abarcam as descrições e análises dos documentos de planejamento estatal: programas de governo; planos plurianuais e os relatórios anuais de ação de governo de cada gestão (2007 a 2010 e 2011 a 2014, respectivamente). Convém ressaltar que, embora os relatórios anuais de ação de governo não sejam documentos de orçamento e planejamento estatal, dentro do modelo de gestão “Todos Por Pernambuco”, esses possuem extrema relevância, pois evidenciam o que se tem realizado no estado em todas as áreas estratégicas.

Desta forma, por se tratar de um documento oficial e de prestação de contas ao poder legislativo, optou-se por incluí-los de modo complementar nos estudos, tencionando verificar a articulação entre as prioridades educacionais para a educação básica declaradas nos programas de governo e planos plurianuais e sua efetivação, afirmada nos relatórios anuais de ação de governo

Nas considerações finais, apresenta-se uma síntese dos dados identificados pela pesquisa. Expõe-se, ainda, a forma com que as prioridades educacionais identificadas nos documentos de Pernambuco, na gestão de Eduardo Campos (2007-2014), se inserem em um contexto mais amplo de políticas privatizantes efetivadas no contexto da educação básica.

¹⁸ Haja vista a profusa atuação do setor privado no âmbito da elaboração de políticas públicas, é possível também a análise da temática dessa pesquisa sob a ótica da governança pública, tal como apresentado em ADRIÃO e DOMICIANO, 2018.

¹⁹ Governado de Pernambuco na série histórica selecionada no estudo.

1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E DE ORÇAMENTO E A NOVA GESTÃO PÚBLICA

Tendo em vista o objetivo da pesquisa apresentado anteriormente, este capítulo versa sobre a Nova Gestão Pública (NGP) ou Administração Pública Gerencial implementada no Estado brasileiro na década de 1990, bem como apresenta os instrumentos de planejamento e de orçamento da administração pública brasileira. O estudo de tais conceitos, inseridos no contexto histórico em que se apresentaram e se consolidaram no Brasil, revelaram-se de fundamental importância para situar as propostas para educação no estado de Pernambuco durante a gestão de Eduardo Campos (2007-2014), como será analisado nos capítulos subsequentes.

Na primeira seção, aborda-se a origem da NGP, o contexto no qual foi implementada, os argumentos que alicerçaram a aquiescência brasileira a esse modelo de gestão e suas consequências para o âmbito da educação básica brasileira. A seção seguinte versa sobre o modelo de Planejamento e Orçamento público brasileiro e os impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal, sancionada na conjuntura de reforma gerencial, para a gestão do orçamento público.

1.1 A Nova Gestão Pública

Durante a década de 1970, a redefinição do papel do Estado adquire centralidade em escala global. A denominada crise do Estado²⁰ foi propulsionada, *grosso modo*, por quatro fatores socioeconômicos: a) a crise mundial deflagrada pelas duas crises do petróleo; b) a crise fiscal, na qual o ritmo de crescimento dos Estados não foi o mesmo logrado nas duas décadas precedentes e, portanto, houve comprometimento no provimento Bem-Estar Social²¹; c) a ingovernabilidade decorrente dos dois primeiros fatores; e d) a Globalização²², cujo impacto no setor produtivo afetou, também, o Estado (ABRÚCIO, 1997).

²⁰ Entende-se com Adrião (2009), Adrião e Peroni (2009) e Sanfelice (2003) que, ao que é atribuído “Crise do Estado”, que culminou em reformas de cunho gerencial, trata-se, na verdade, da “Crise do Capitalismo”. Assim, “na universalização do capitalismo tornava-se imperioso enxugar o Estado, transferindo-se responsabilidades públicas para a sociedade civil.” (SANFELICE, 2003, p. 1396)

²¹ Sobre este conceito, “adotado em maior ou menor grau nos países desenvolvidos, o Estado de bem-estar tinha como objetivo primordial a produção de políticas públicas na área social (educação, saúde, previdência social, habitação etc.) para garantir o suprimento das necessidades básicas da população.” (ABRUCIO, 1997, p. 6)

²² Sobre esse conceito, cf. Ianni (2001): “a globalização do capitalismo contempla, todo o tempo, o contraponto mercado-planejamento. Mas o princípio do mercado não elimina o princípio do planejamento. Ambos subsistem todo o tempo no âmbito do capitalismo, em seus níveis setoriais, nacionais, regionais e mundiais. Mesmo quando

As organizações públicas burocráticas, pautadas pelo modelo weberiano²³, foram diretamente atingidas e, especialmente, duas medidas foram estabelecidas como necessárias: corte de gastos e aumento da eficiência do aparato burocrático. Nestas circunstâncias, o *New Public Management*, ou Nova Gestão Pública, ganha proeminência, principalmente em decorrência do avanço de teorias críticas ao modelo burocrático, dentre as quais se destacam, na conjuntura estadunidense, a *Public Choice*²⁴ e o Neoliberalismo²⁵ na Grã-Bretanha (PAULA, 2007; ABRÚCIO, 1997).

Nesse cenário, com a exiguidade dos recursos públicos, ascensão de ideologia privatizante e assunção de governos conservadores — expressos por Margareth Thatcher na Grã-Bretanha (1979) e por Ronald Reagan (1980) nos Estados Unidos —, o *managerialism*, ou modelo gerencial, foi implantado no setor público (ABRÚCIO, 1997). A esse respeito, vale ressaltar que:

Embora tenha surgido em governos de cunho neoliberal (Thatcher e Reagan), o modelo gerencial e o debate em torno dele não podem ser circunscritos apenas a este contexto. Pelo contrário, toda a discussão sobre a utilização do *managerialism* na administração pública faz parte de um contexto maior, caracterizado pela prioridade dada ao tema da reforma administrativa. (ABRÚCIO 1997, p.7)

Da reforma administrativa implementada na Grã-Bretanha, nota-se que a primeira medida foi a redução dos gastos com pessoal. Houve, também, intenso processo de privatização e implementação de “uma estratégia direcionada cada vez mais às demandas dos consumidores” (ABRÚCIO, 1997, p. 22). Para tanto, foram realizadas três medidas objetivando a satisfação do cliente: descentralização para facilitar o processo de fiscalização; competição entre as organizações do setor público; e relações contratuais que permitissem o

os governos reduzem sua interferência no jogo das forças produtivas, mesmo nesses casos subsistem diretrizes, estímulos, restrições e punições que orientam decisões e opções dos proprietários dos meios de produção; o que sempre envolve a institucionalização e o controle das condições sociais e jurídico-políticas da força de trabalho.” (IANNI, 2001, p. 190-191)

²³Sugere-se a análise de Tragtenberg (1980), em que se apresenta o modelo de gestão burocrático de acordo com concepções do modelo weberiano, destacando neste, características como: a divisão do trabalho horizontal e vertical; estabelecimento de cargos de forma hierarquizante; formalismo e normas técnicas escritas para condução de atividades e desempenho de cargos; impessoalidade, entre outros.

²⁴ “de modo geral, a teoria da escolha pública se caracteriza por aplicar princípios econômicos para explicitar temas que preocupam os cientistas políticos: a teoria do Estado, as regras eleitorais, o comportamento dos eleitores, os partidos políticos e a burocracia.” (PAULA 2007, p. 33)

²⁵ Sobre o conceito, “o Neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas.” (HARVEY, 2005, p. 12)

fornecimento de serviços públicos pelo setor privado e voluntário/não lucrativo (ABRÚCIO, 1997).

A reforma administrativa estadunidense, por seu turno, foi impulsionada pelo Movimento “Reinventando o Governo”²⁶, defendendo, com diferente roupagem, os mesmos princípios que a Nova Administração Pública britânica, partindo do pressuposto de que as técnicas administrativas do setor privado são apropriadas, também, para a orientação da gestão pública (PAULA, 2007).

Acerca disso, Sano e Abrúcio (2008) destacam que, para a efetivação da Nova Gestão Pública, faz-se necessário que a administração pública: a) seja voltada para resultados, introduzindo mecanismos de controle como metas, indicadores e outros instrumentos de *accountability*²⁷, para que os gestores sejam cobrados; b) garanta pluralidade de provedores, de forma que a consecução dos serviços públicos seja realizada por estruturas estatais e entes públicos não estatais; e c) seja composta pela conciliação da flexibilização da gestão burocrática com o aumento da *accountability*.

Esses três elementos necessários para a implementação da Nova Gestão Pública são encontrados, no Brasil, no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), documento elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE)²⁸ e materializado, posteriormente, na Emenda Constitucional n.º 19, de 04 de junho de 1998, que modifica o regime, princípios e normas da Administração Pública brasileira, tornando-a Gerencial.

No PDRAE, afirma-se que há três formas de administrar o estado: Administração Patrimonialista; Administração Burocrática e Administração Gerencial. A primeira delas, antecedente ao Capitalismo Industrial²⁹ e existente, sobretudo, no âmbito das monarquias absolutas, caracteriza-se pela administração do patrimônio público imbuída de interesses

²⁶ “O movimento ‘reinventando o governo’ está diretamente relacionado com a emergência da Indústria do *management*, que é composta pelos seguintes pilares que se inter-relacionam e se reforçam: as escolas de administração, as empresas de consultoria, os “gurus” empresariais e a mídia de negócios. Durante os anos 1980 e 1990, os agentes da cultura *magagement* ajudaram a consolidar o movimento gerencialista por meio de um discurso composto pelos seguintes elementos: a crítica das organizações burocráticas e a valorização do *management* e a conversão de técnicas e práticas administrativas em “modismos gerenciais.” (PAULA, 2007, p. 53-54)

²⁷ *Accountability* é, na definição de Abrúcio e Loureiro, “a construção de mecanismos institucionais por meio dos quais os governantes são constrangidos a responder, ininterruptamente, por seus atos ou omissões perante os governados” (ABRÚCIO, LOUREIRO, 2004, p. 75)

²⁸ O Ministro “Luiz Carlos Bresser Pereira foi o protagonista da implementação da nova administração pública no Brasil. Professor e pesquisador na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas desde 1959, Bresser-Pereira vem estudando temas da esfera de confluência da economia e da teoria social. Realizou, entre as décadas de 1970 e 1990, análises sobre a tecnoburocracia, a inflação e o desenvolvimento econômico brasileiro.” (PAULA, 2007, p. 118)

²⁹ O capitalismo industrial refere-se à segunda fase do modo de produção capitalista, emergido com Revolução Industrial no século XVIII. Para aprofundamentos, sugere-se Marx (2013).

privados, na qual ocorre, portanto, extensão do poder do soberano (PDRAE, 1995), que se expressa ainda hoje por meio do clientelismo.³⁰ (BRESSER-PEREIRA, 2000).

A segunda, Burocrática, é proposta em substituição à Patrimonial, com o intuito de combater o nepotismo patrimonialista e a corrupção. Caracteriza-se pelo poder racional-legal weberiano, em que há profissionalização, impessoalidade, formalismo e hierarquia funcional. Acerca disso, o PDRAE afirma a efetividade deste modelo no controle de abusos, entretanto, enfatiza a sua ineficiência por controlar os processos e não os resultados.

Já a Administração Pública Gerencial, de acordo com o PDRAE, surge na segunda metade do século XX como resposta à amplificação das obrigações econômicas e sociais do Estado e ao advento da globalização — que descortinou problemas ligados ao modelo burocrático, especialmente em relação à sua ineficiência, decorrente do intenso controle do processo. Para a superação deste entrave, é proposto esse modelo de administração, cujo foco encontra-se nos resultados, conforme expressado pelo PDRAE:

A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto um rompimento com a administração pública burocrática. Isto não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental (PDRAE, 1995, p. 16)

Para a reforma do aparelho do estado³¹, propõe-se a redefinição do papel do Estado “(...) que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse Desenvolvimento” (PDRAE, 1995, p. 12).

³⁰ Sobre o Clientelismo, “no sentido sociológico é empregado regionalmente no Brasil com sentido pejorativo: conjunto de indivíduos socioeconomicamente dependentes que oferecem apoio a uma pessoa de maiores posses e prestígio, frequentemente um político ou alguém politicamente poderoso em troca de proteção, benesses, apadrinhamento, reais ou fictícios.” (GANDINI, 2008, p. 209)

³¹ Segundo o PDRAE, “entende-se por aparelho do Estado a administração pública em sentido amplo, ou seja, a estrutura organizacional do Estado, em seus três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e três níveis (União, Estados membros e Municípios). O aparelho do Estado é constituído pelo governo, isto é, pela cúpula dirigente nos Três Poderes, por um corpo de funcionários, e pela força militar.” (PDRAE, 1995, p. 12).

De acordo com o documento, as funções de promoção de justiça e igualdade social, bem como de estabilização econômica e de desenvolvimento, foram assumidas pelo Estado, resultando em ineficiência.

Como solução para este “problema”, para a esfera econômica propõe-se a transferência de certas atividades estatais para o controle do mercado, e para o âmbito social, o processo de “Publicização”, que consiste em descentralizar, com subsídio do Estado, para o setor denominado público não-estatal a execução de serviços denominados não exclusivos.

A figura a seguir, extraída do PDRAE, expressa a proposta de Reforma do Aparelho do Estado.

Figura 1 – Reforma do Aparelho do Estado (1995)

	Estatal	Pública Não Estatal	Privada	Burocrática	Gerencial
NÚCLEO ESTRATÉGICO Legislativo, Judiciário, Presidência, Cúpula dos Ministérios, Ministério Público	●				●
ATIVIDADES EXCLUSIVAS Regulamentação Fiscalização, Fomento, Segurança Pública, Seguridade Social Básica	●				●
SERVIÇOS NÃO- EXCLUSIVOS Universidades, Hospitais, Centros de Pesquisa, Museus	→ Publicização →	●			●
PRODUÇÃO PARA O MERCADO Empresas Estatais	→ Privatização →		●		●

Fonte: PDRAE (1995, p.48).

Com isso, salienta-se que o campo educacional está localizado na esfera de serviços não exclusivos, ou seja, área em que, por meio do processo de publicização, ocorrerá “transferência do setor estatal para o público não-estatal, onde assumirão a forma de “organizações sociais.” (PDRAE, p. 60)

Isto posto, três dimensões compõem a estratégia de Reforma do Aparelho do Estado:

a) Institucional-Legal, a qual se refere ao aparato jurídico que subsidiará a reforma; b)

transição da cultura burocrática para a cultura gerencial; e c) aperfeiçoamento da administração burocrática para a administração gerencial.

A reforma gerencial, embora tenha se apresentado como solução para a ineficiência burocrática, não efetivou as propostas de melhoria da prestação de serviços públicos mediante execução por organizações sociais (PAULA, 2007). Ademais,

A formulação das políticas públicas continua como monopólio de uma elite burocrática que centraliza o poder, se apropriando da essência do Estado, e os serviços públicos são relegados para executores cujo comprometimento com a qualidade e o interesse público varia de acordo com uma série de fatores. (PAULA, 2007, p.147)

Conforme apresentado na Introdução deste trabalho, neste estudo também foram localizados, nas fontes documentais analisadas, elementos da Governança Pública: “modelo horizontal de relação entre atores públicos e privados no processo de elaboração de políticas públicas” (SECCHI, 2009, p. 358). Nesse, há forte influência de organizações internacionais, como o Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), e ampla participação de organizações não-estatais em detrimento das autoridades nacionais.

Entretanto, opta-se por trabalhar com as denominações: “Nova Gestão Pública”, “Reforma gerencial” e “Gerencialismo”, visto que as fontes documentais que compõem este estudo identificam-se como “Gerenciais”.

Assim, tendo em vista o contexto apresentado, a seguir discorre-se sobre as principais consequências do gerencialismo para o âmbito da educação básica e para o planejamento na administração pública.

1.1.1 Reforma Gerencial e as implicações para a Educação Básica

A Reforma do Aparelho do Estado, implementada no Brasil na década de 1990, reverberou de diversas formas no âmbito da educação básica. No processo de anuência ao gerencialismo, afirma-se a necessidade de redimensionamento da educação para torná-la mais eficiente, e reitera-se a incapacidade do Estado no provimento de educação pública de qualidade. Salienta-se, portanto, que “o sentido de qualidade se metamorfoseia em um sentido particular de qualidade, passa a significar aplicação do conceito de qualidade do mercado, que visa metas, eficiência e eficácia” (HYPOLITO, GANDIN, 2013, p. 336).

No que tange a isso, Hypolito (2011), partindo da ideia de que as reformas gerenciais ocorrem no escopo do Estado neoliberal, afirma que dois momentos distintos, mas inseparáveis, são identificáveis: o primeiro deles é caracterizado por elementos como implementação de exames, *rankings* e políticas de avaliação em larga escala; segundo, caracteriza-se pela introdução de parcerias público-privadas, relações de quase-mercado³², transformações na gestão e organização escolar assente em modelos gerencialistas. Para o autor, “de fato, é um único processo com momentos distintos, mas constitutivos das mesmas políticas.” (HYPOLITO, 2011, p. 4)

No que corresponde às avaliações em larga escala, essas possuem relevância no âmbito educacional, “(...) pois fornecem uma base para políticas públicas por apontar os níveis de aprendizagem dos estudantes das redes de ensino e as defasagens educacionais (desempenho e idade-série).” (MELLO, BERTAGNA, 2016, p. 1139)

Por outro lado, salienta-se que não há evidências empíricas que assegurem que os processos de ranqueamentos e bonificações decorrentes das avaliações em larga escala resultem em elevação da qualidade do ensino. Já o contrário é válido: como consequência, ocorre o estreitamento curricular — visto que o conteúdo abordado durante o ano letivo corresponde ao conteúdo exigido nos testes em larga escala; a competição entre os profissionais da escola; e a pressão para o desempenho dos alunos (FREITAS, 2012).

No que diz respeito ao processo de privatização da educação, Ball e Yodell (2007) distinguem a Privatização Endógena da Privatização Exógena. Por Privatização Endógena entendem-se as políticas educativas de modo congruente às práticas de mercado, expressas, principalmente, em mecanismos de competição e mensuração de resultados, oriundas da gestão empresarial e transferidas para o setor público via NGP. Diferentemente, quanto a Privatização Exógena destaca-se a característica de transformação da oferta educativa, dos insumos educacionais e do próprio processo pedagógico em campo de negócios (BALL, YODELL, 2007; ADRIÃO et al, 2014).

Para a análise das consequências da reforma gerencial no âmbito das políticas educacionais, Adrião e Peroni (2009) abordam a temática apresentando a terceira via³³, tendo em vista que o diagnóstico realizado pelo PDRAE de “Crise do Estado” configura-se como

³² Lógica competitiva como fomentadora da qualidade: “as medidas cabíveis dentro dessa lógica podem ser diversas, mas, no caso da educação, os mecanismos que têm evidenciado maior potencial de se adequarem a ela são as políticas de avaliação, associadas ou não a estímulos financeiros.” (SOUZA, OLIVEIRA, 2013 p. 877)

³³ Para superação da crise do Estado, apresenta-se o terceiro setor para executar as políticas sociais. Sugere-se a leitura de Giddens (2001).

uma análise neoliberal — no entanto, no campo da proposição, não há redução do Estado a nível mínimo. Diante disso ocorre, portanto, a redefinição do papel do estado que:

se retira da execução, mas permanece com financiador e avaliador das políticas sociais estas agora ofertadas por distintos agentes privados, configurando o tem sido identificado como a propriedade pública não-estatal. (ADRIÃO, PERONI, 2009 p.109)

É neste contexto de crítica à atuação do Estado na promoção de educação de qualidade, associada à ascensão do setor empresarial na gestão pública, tanto do ponto de vista ideológico quanto na consecução de políticas educacionais, que os reformadores educacionais — na terminologia utilizada por Freitas (2012) — adquirem centralidade no âmbito das políticas educacionais.

Concomitantemente a este processo, e de modo a reiterar estratégias privatizantes no âmbito da educação, encontra-se a atuação do Banco Mundial (ADRIÃO et al, 2014). Conforme apresentado pelo documento do Banco Mundial – Estratégia 2020, é descrito que a atuação do Banco para a promoção da “Aprendizagem para todos” se concentra na “geração e intercâmbio de conhecimento, apoio técnico e financeiro e parcerias estratégicas.” (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 8) No escopo de tais áreas, inserem-se as ferramentas de avaliação e comparação dos sistemas de ensino e parcerias com a Organização das Nações Unidas (ONU), comunidade de doadores e Organizações da Sociedade Civil. Como será visto nas análises, a atuação desta organização financeira faz-se presente no caso em estudo.

Assim, haja vista o amplo e complexo processo de privatização da educação básica, e considerando as dimensões delineadas pelo GREPPE (oferta, currículo e gestão), apresenta-se, com base em Adrião (2018), algumas formas de privatização da educação que adquirem notoriedade no escopo das dimensões supramencionadas.

Na dimensão da oferta, a privatização da educação consubstancia-se, *grosso modo*, nas formas de: I – Financiamento público às organizações privadas para subsídio à oferta e à demanda; II – Oferta educacional por escolas com fins de lucro; e III – Políticas de escolha parental (ADRIÃO, 2018).

No primeiro item, ocorre a “vigência de mecanismos de subsídio público a organizações privadas por meio de contratos, convênios, termos de parceria e de cooperação” (ADRIÃO, 2018 p.13), presentes, principalmente, na educação infantil. No segundo, por sua vez, identifica-se a expansão do ensino privado com fins lucrativos, em que se destaca a

precariedade das instituições voltadas para atender as camadas populares. Quanto ao terceiro item³⁴, tem-se que:

Tais políticas e ações contam, em geral, com subsídio público e são viabilizadas por meio da concessão de bolsas de estudo ou de *vouchers*³⁵; da introdução de mecanismos de mobilidade estudantil, financiada pelo poder público que permitam a frequência gratuita de estudantes a escolas privadas ou de gestão privada escolhidas pelas famílias, à semelhança das *charter schools* norte-americanas e, por fim, pela introdução da educação domiciliar (*homeschooling*³⁶), mecanismo que rompe com o princípio da educação escolar obrigatória. (ADRIÃO, 2018, p. 16)

Na segunda dimensão de privatização, gestão escolar, são apresentados como marcos regulatórios a Constituição Federal (1988) e a Emenda Constitucional 19, “a partir da qual instituições privadas associam-se a governos por meio de diferentes mecanismos como contrato de gestão; termos de parceria, acordo de colaboração e de fomento e as parcerias público-privadas propriamente ditas.” (ADRIÃO, 2018, p. 17)

A privatização da gestão é expressa na forma de: I – Privatização da Gestão Educacional; e II – Privatização da Gestão Escolar. A primeira, “refere-se à presença de corporações e segmentos associados na definição de prioridades educacionais e na implantação de sistemas ou procedimentos para o gerenciamento dessas prioridades” (ADRIÃO, 2018, p. 20), enquanto a segunda caracteriza-se pela gestão privada do aparato público, que se encontra em expansão.

Essa forma de privatização, até então marginalmente encontrada em escolas de ensino fundamental e médio, tende a se generalizar para toda a educação básica por meio de políticas governamentais de transferências de escolas para OS; Oscip³⁷ e ou para mantenedoras particulares via PPPs. (ADRIÃO, 2018, p. 20)

A terceira dimensão de privatização da educação, currículo, materializa-se pela “transferência para o setor privado da definição do que ensinar, do como ensinar e do quando ensinar, além dos processos de verificação da aprendizagem, ou seja, da definição dos desenhos curriculares.” (ADRIÃO, 2018 p. 20)

³⁴ Por ora, não foram localizados mecanismos de subsídios à escolha parental no Brasil (ADRIÃO, 2018).

³⁵o *voucher*, cheque-escola ou cheque-ensino é uma modalidade de bolsa de estudos custeada integralmente ou em parte pelo Estado para que as famílias “escolham” entre escolas privadas, aquela na qual matricularão seus filhos.” (ADRIÃO, 2008 p. 16)

³⁶ Em português: ensino em casa. Sugere-se a leitura de Barbosa (2016).

³⁷ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Do mesmo modo que a Nova Gestão Pública trouxe implicações para esfera educacional, o planejamento e orçamento brasileiro também sofreram influências deste modelo de gestão, assunto abordado a seguir.

1.2 Planejamento e Orçamento na Administração Pública

No processo de redemocratização do país, a Constituição Federal (1988) estabeleceu o modelo orçamentário brasileiro que, posteriormente, foi impactado pela NGP, mediante a Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, a CF/1988, na Seção II, que trata “Dos Orçamentos”, determina que:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
I - o plano plurianual;
II - as diretrizes orçamentárias;
III - os orçamentos anuais. (BRASIL, 1988)

O Plano Plurianual (PPA), com vigência de quatro anos, estabelece as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enuncia, anualmente, as políticas públicas e respectivas prioridades da gestão, e a Lei Orçamentária Anual (LOA) estima a receita e fixa programação das despesas para o exercício financeiro.

Deste modo, em espaço temporal de quatro anos, iniciado no segundo ano da referida gestão e encerrado no primeiro ano da gestão subsequente, o PPA define as prioridades de governo para os anos seguintes. Em consequência, e com base nas metas da administração pública explicitadas no plano plurianual, o poder executivo elabora a LDO, que ao ser aprovada pelo legislativo, instrui a elaboração da LOA. Desta maneira, o PPA, ao condicionar a formulação da LDO e LOA, não só retrata o programa de governo como também representa instrumento de comando sobre a finalidade dos gastos públicos (GONTIJO, s/a).

Cumprir enfatizar que, além dos três instrumentos de planejamento e orçamento, os PPA's passam por revisões, cuja finalidade é o ajuste do Plano às necessidades identificadas durante a execução, monitoramento e avaliação dos programas que compõem o documento.

O primeiro PPA, a nível federal, para o período 1991-1995, “foi apresentado ao Congresso Nacional e aprovado quase sem discussão e emendas” (GARCIA, 2000, p. 12), visto que exercia, como mera formalidade, as proposições constitucionais. O Plano seguinte

avançou em termos metodológicos, mas seguiu estancado no que concerne à configuração de um instrumento eficaz de demarcação da ação governamental (GARCIA, 2000).

Entretanto, o PPA do governo federal, que abrange o período de 2000-2003, representa um marco para o planejamento e organização estatal, visto que a integração entre os três instrumentos de planejamento orçamentário é reiterada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (GARCIA 2000; CARNEIRO s/a) que será abordada na próxima seção.

Em consonância com o percurso federal, os governos estaduais começaram a aquiescer à sistemática de elaboração dos PPA's, regulamentados pelo decreto n.º 2829 de 29 de outubro de 1998, o qual estabelece normas para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União (CARNEIRO, s/a).

Tendo em vista que a análise do PPA em Pernambuco — estado escolhido como caso em estudo — compõe o terceiro e o quarto capítulo deste trabalho, faz-se necessário observar o disposto na constituição estadual sobre o planejamento e orçamento:

Art. 124. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual serão enviados à Assembleia Legislativa nos prazos fixados em lei complementar.

§1º A partir do exercício de 2008, o Estado e os Municípios, até a vigência de Lei Complementar Federal, a que se refere o artigo 165, §9º, I e II, da Constituição da República Federativa do Brasil, observarão o seguinte: (Redação alterada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 31, de 27 de junho de 2008).

I – o projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado ao Poder Legislativo, até o dia 1º de agosto, de cada ano, e devolvido para sanção, até 31 de agosto de mesmo ano; (Redação alterada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 31, de 27 de junho de 2008).

II – o projeto de lei do Plano Plurianual, para vigência, até o final do primeiro exercício financeiro do mandato governamental subsequente, será encaminhado, ao Poder Legislativo, até o dia 5 de outubro do primeiro exercício de cada mandato e devolvido para sanção, até o dia 5 de dezembro do mesmo ano. (Redação alterada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 31, de 27 de junho de 2008).

III – os projetos de Lei Orçamentárias Anuais do Estado e dos Municípios serão encaminhados ao Poder Legislativo e às Câmaras Municipais, respectivamente, até o dia 5 de outubro, de cada ano, e devolvido para sanção, até o dia 5 de dezembro do mesmo ano; (Redação alterada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 31, de 27 de junho de 2008).

IV – o projeto de Lei de Revisão da Parcela Anual, a partir do segundo ano do mandato governamental, ano a ano, será encaminhado ao Poder Legislativo, até o dia 5 de outubro e devolvido por sanção, até o dia 5 de dezembro do mesmo ano; (Redação alterada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 31, de 27 de junho de 2008). V – as propostas orçamentárias parciais dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão entregues ao Poder Executivo até 60 dias antes do prazo previsto neste artigo para efeito de compatibilização das despesas do Estado.

(Acrescido pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 16, de 4 de junho de 1999) (PERNAMBUCO)

Observa-se que o modelo de planejamento e o orçamento de Pernambuco assemelham-se ao executado em âmbito Federal, composto por PPA, LDO e LOA, abarcando o primeiro ano do exercício financeiro do mandato subsequente. Salienta-se, ainda, que as revisões do PPA também estão inclusas no cronograma da lei, bem como nas análises deste trabalho.

1.2.1 A Lei de Responsabilidade Fiscal no contexto da Administração Pública Gerencial Brasileira

No processo de reforma gerencial, pautado pelo argumento de intensificação da eficiência e eficácia do Estado, insere-se a Lei complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, e amparada no Capítulo II do Título VI da Constituição, que versa sobre as finanças públicas, a LRF condiciona os gastos públicos da união, estados, distrito federal e municípios à sua respectiva capacidade de arrecadação.

A LRF determina, também, que o Poder executivo submeta ao Tribunal de Contas (da União, do Estado ou dos Municípios) o detalhamento das finanças, o qual pode ser aprovado ou rejeitado. Em caso de rejeição, instaura-se investigação para averiguar possíveis irregularidades do poder executivo, e, se forem constatadas, podem acarretar “multa, perda do mandato, proibição de exercer cargo público, bloqueio de bens e até mesmo pena restritiva de liberdade” (CULAU e FORTIS, 2006. p. 5).

O Capítulo II da LRF, que discorre sobre o planejamento, é particionado em quatro seções. A seção I, que foi vetada, é sobre o Plano Plurianual; já a seção II refere-se à Lei de Diretrizes Orçamentárias; a seção III dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual e a seção IV aborda a Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas (BRASIL, 2000).

Assim, a LRF, no Art. 4º, preceitua que a LDO deverá dispor sobre: equilíbrio entre receitas e despesas; critérios e forma de limitação de empenho³⁸; normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos

³⁸ Refere-se à obrigação de verificar, a cada dois meses, se a receita está sendo arrecadada conforme previsto. Disponível em: http://www.lrf.com.br/mp_mlrf_limitacao_empenho.html. Acesso em: 03 nov. 2018.

orçamentos; e demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas (BRASIL, 2000).

É disposto, também, que o Anexo³⁹ de Metas Fiscais integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes. Ainda, a LRF estabelece que na LDO conterà Anexo de Riscos Fiscais, em que serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso esses se concretizem (BRASIL, 2000).

Na seção III, o Art.º 5 sobre a Lei Orçamentária Anual determina que o projeto de LOA deverá ser elaborado de forma compatível com o PPA, com a LDO e com as normas da LRF. Para tanto, conterà, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos, com os objetivos e metas estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais (BRASIL, 2000).

Por fim, na seção IV do capítulo II da LRF, Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas, destaca-se o Art. 9º, ao estabelecer que:

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (BRASIL, 2000)

A LRF, no que concerne aos instrumentos de planejamento e orçamento, reitera sua necessária articulação:

A reforma gerencial ocorrida em 2000 foi responsável pela unificação dos processos de planejamento e orçamento, criação de indicadores e

³⁹ De acordo com a LRF, o anexo deverá conter: avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior; demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a sua consistência com as premissas e os objetivos da política econômica; evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos; avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos, do Fundo de Amparo ao Trabalhador dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial; demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

metas de desempenho, formulação de mecanismos de avaliação de resultados, introdução de gestão participativa, adoção de enfoque estratégico na concepção dos programas de governo. (CULAU FORTIS, 2006, p. 2)

Por um lado, a LRF surge como resposta ao anseio da população no que concerne à transparência de responsabilidade com os gastos públicos, uma vez que determina que os recursos alocados se articulem com o previsto no planejamento e os gastos do poder executivo não excedam a arrecadação (DOIA, 2016; CULAU FORTIS, 2006). Entretanto, outra disposição da lei é o estabelecimento de um teto orçamentário com Despesas com Pessoal⁴⁰, a saber:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- I - União: 50% (cinquenta por cento);
- II - Estados: 60% (sessenta por cento);
- III - Municípios: 60% (sessenta por cento). (BRASIL, 2000)

Deste modo, em contexto gerencial, no qual há redução da atuação do Estado na consecução de políticas públicas, a lei de responsabilidade fiscal fixa um teto com gastos com pessoal, algo que traz consequências para administração pública como um todo (ALVES, 2014). Com isso, também a esfera educacional é veementemente atingida, uma vez que a LRF acabou por ser responsável pela indução da delegação das atividades educacionais para o setor privado (ADRIÃO et al, 2009; ADRIÃO e DOMICIANO, 2018).

Neste trabalho, compreende-se com Adrião et al (2014) que independentemente do modelo de administração pública adotado, a avidez com que o setor privado tenciona a ampliação de sua lucratividade, agregado ao complexo processo de privatização no Brasil, faz com que as administrações públicas, em todos os níveis, sejam assediadas pelo setor privado na oferta de serviços e produtos.

⁴⁰ Segundo a LRF, no Art. 18: para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência (BRASIL, 2000).

Convém ressaltar, por oportuno, que a análise dos documentos de planejamento, com a finalidade de compreender as prioridades educacionais e possível inserção do setor privado, é de suma importância (SILVA, BARBOSA, 2018) para o caso em estudo.

2 O CONTEXTO PERNAMBUCANO

Neste capítulo, composto por três seções, propõe-se apresentar o estado de Pernambuco como caso em estudo. Na primeira seção, será feita uma breve caracterização do estado, abordando seus aspectos gerais, como indicadores sociais e econômicos.

Na segunda seção, será abarcado especificamente o sistema estadual de ensino em Pernambuco, discorrendo sobre sua organização, matrículas da rede estadual de ensino e resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Por fim, na terceira seção, será discutido sobre o Modelo de Gestão Pública implementado no estado a partir de 2007, e permanente no estado durante a série histórica deste estudo, denominado “Todos por Pernambuco”.

2.1 Caracterização e contextualização do estado de Pernambuco

O estado de Pernambuco compõe a região nordeste do país, juntamente com Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. No total, ocupa uma área de 98.076,021 km², e os arquipélagos de Fernando de Noronha e São Pedro e São Paulo também fazem parte de seu território.

Na divisão geopolítica estadual, Pernambuco é composto por 12 regiões em desenvolvimento: Sertão do São Francisco (7 Municípios); Sertão do Araripe (10 Municípios); Sertão Central (8 Municípios); Sertão de Itaparica (7 Municípios); Sertão do Pajeú (17 Municípios); Sertão do Moxotó (7 Municípios); Agreste Meridional (26 Municípios); Agreste Central (26 Municípios); Agreste Setentrional (19 Municípios); Mata Sul (24 Municípios); Mata Norte (19 Municípios) e Metropolitana (15 Municípios), conforme ilustrado na Figura 2:

Figura 2 – Mapa Geopolítico Estadual - Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco



Fonte: INVEST IN PERNAMBUCO, Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (2018).⁴¹

Na região Metropolitana de Recife, capital de Pernambuco, localiza-se o centro econômico e político-administrativo do estado. De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil⁴², em 2010: 41,71% das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais trabalhavam no setor de serviços; 18,86% no setor agropecuário; 16,27% no comércio; 9,94% na indústria de transformação; 6,76% no setor de construção; 1,05% nos setores de utilidade pública; e 0,17% na indústria extrativa (PNUD, 2010).

Com a finalidade de caracterizar o estado, a tabela a seguir contém os principais indicadores sociais e econômicos dos últimos dois censos do IBGE:

⁴¹ Disponível em <http://www.investinpernambuco.pe.gov.br/web/invest/regioes-de-desenvolvimento>: Acesso em: 05 nov. 2018.

⁴² Elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fundação João Pinheiro.

Tabela 1 – Indicadores sobre o perfil do Estado de Pernambuco

INDICADOR	VALOR 2000	VALOR 2010
População		
População Total	8.413.593	8.796.448
Densidade demográfica (hab./km ²)	80,3	89,62
População menos de 15 anos	2.464.129	2.264.055
População de 15 a 64 anos	4.968.104	5.883.674
População de 65 anos ou mais	486.111	648.719
Taxa de Envelhecimento	6,14	7,37
Estatísticas Vitais e Saúde		
Taxa de Mortalidade infantil (por mil)	47,3	20,4
Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM		
Índice de Desenvolvimento Humano – Educação, Longevidade e Renda	0,544	0,673
IDHM – Educação	0,372	0,574
IDHM – Longevidade – Esperança de vida ao nascer (anos)	67,32	72,32
IDHM – Renda (Reais)	367,31	525,64
Vulnerabilidade Social		
% de vulneráveis à pobreza	67,83	51,86
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	59,32	45,88

Fonte: Elaboração própria, com base em Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2018)⁴³.

Em termos populacionais, entre o período de 2000 a 2010 nota-se crescimento a uma taxa média anual de 1,06%, sendo a taxa de urbanização do estado aumentada de 76,51% para 80,17%. No que concerne à estrutura etária, evidencia-se o crescimento da taxa de envelhecimento e a diminuição da razão de dependência⁴⁴, passando de 54,88% em 2000 para 45,87% em 2010. Há, também, a diminuição da mortalidade infantil e a elevação do IDHM,

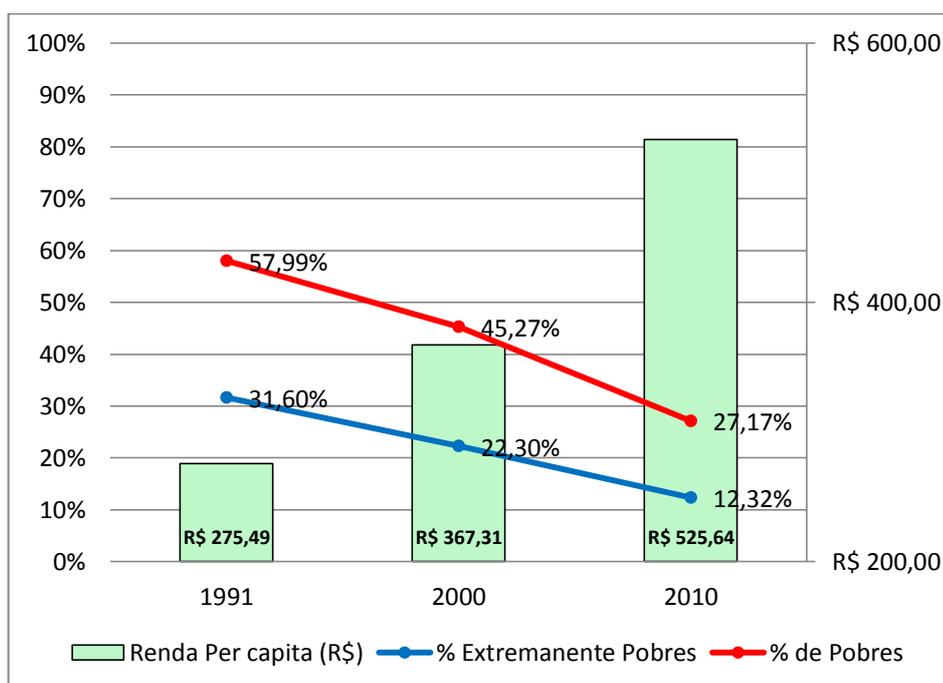
⁴³ Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/pernambuco. Acessado em 05 de novembro de 2018.

⁴⁴ Percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).

pois, quando desagregado, demonstra que o índice educacional, nesta série histórica, foi o que mais cresceu em termos absolutos, seguido por longevidade e renda. Assim, em 2000, a expectativa de anos de estudo para uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência era de 7,70 anos, ao passo que em 2010 era de 9,13 anos.

Referente à renda média de Pernambuco, ocorreu um crescimento da taxa média anual de 3,65% entre 2000 e 2010, passando de R\$367,31 para R\$525,64. Convém ressaltar também o decréscimo das populações pobres e extremamente pobres, ilustradas no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Renda Média, Pobreza e Extrema Pobreza – Pernambuco (1991-2010)



Fonte: Elaboração própria com base em Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2018).

A partir do gráfico, observa-se que embora tenha ocorrido significativa redução da pobreza e extrema pobreza, esse fator não se expressa na redução da desigualdade na concentração de renda no estado. Isso é explicitado pelo índice de Gini⁴⁵ em Pernambuco, que passou de 0,65 (1991) para 0,66, (2000) e, depois, caiu para 0,62 (2010).

⁴⁵ De acordo por Andréa Wolffenbüttel (2004), em sítio oficial do IPEA” O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo PNUD, o Brasil aparece com Índice de

Na série histórica selecionada para o estudo, percebe-se a elevação dos indicadores sociais e econômicos. Como apresentado nos Planos Plurianuais analisados a seguir, destaca-se, nesse contexto, a importância das políticas de transferência de renda, especialmente o Programa Bolsa Família⁴⁶.

2.1.1 Notas Sobre Eduardo Campos⁴⁷

Eduardo Henrique Accioly Campos, Governador de Pernambuco na série histórica selecionada neste estudo (2007-2014), nasceu em Recife-PE, em 1965, filho de Maximiano Accioly Campos, poeta e cronista, e da ex-deputada federal (2007-2011) e ministra do Tribunal de Contas da União (2011-2018) Ana Lúcia Arraes de Alencar.

Seu avô, Miguel Arraes de Alencar⁴⁸, de quem Campos era tido como herdeiro político, foi exilado durante o regime militar, tendo sido também governador de Pernambuco (1963-1964, 1987-1990 e 1995-1998) e deputado federal (1983-1987 e 1991-1995).

Campos graduou-se em Ciências Econômicas (1982-1986) pela Universidade Federal de Pernambuco, onde presidiu o diretório acadêmico. De 1986 a 1988, exerceu a função de Oficial-de-gabinete da Secretaria de Governo da Prefeitura de Recife, período em que Jarbas Vasconcelos, seu antecessor no governo do estado, foi o prefeito da cidade. Integrou o diretório regional do PMDB no período de 1987 e 1988; dois anos depois, Campos filiou-se ao PSB e exerceu um mandato como deputado estadual (1991-1995) e três mandatos consecutivos como deputado federal. Em 2007, inicia o seu mandato como governador do estado de Pernambuco, tendo sido reeleito em 2010.

Em agosto de 2014, durante sua campanha presidencial, Eduardo Campos faleceu na cidade de Santos-SP, aos 49 anos, em consequência de um acidente aéreo.

0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda.” Informação Disponível em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28 Acesso em 05 de novembro de 2018.

⁴⁶ O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda, que visa combater a pobreza e a desigualdade no Brasil. Está previsto na Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e é regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em 05 de novembro de 2018.

⁴⁷ Todas as informações constantes nessa seção encontram-se disponíveis na página de Verbetes Biográficos da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/eduardo-henrique-accioli-campos> Acesso em 31 de outubro de 2018

⁴⁸ Biografia disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/eduardo-henrique-accioli-campos>

2.2 O Sistema Estadual de Ensino em Pernambuco

No que concerne à organização do Sistema Estadual de Ensino, em Pernambuco destaca-se a existência de quatro órgãos: Secretaria de Educação de Pernambuco (SEE/PE); Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (CEE/PE)⁴⁹; Fórum Estadual de Educação – FEE/PE; e Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa (LOPES, 2017). Convém ressaltar que por 52 anos a Secretaria de Educação de Pernambuco vinculou-se à Secretaria de Saúde do estado; a Lei n.º 466, no dia 22 de abril de 1949, promoveu a autonomia da SEE. Neste período, cinco decretos alteraram a configuração da Secretaria, como explicitado no quadro abaixo:

Quadro 1 – Regulamentação da Secretaria de Educação de Pernambuco

Decreto	Finalidade
Decreto 3197 de 13 de agosto de 1974	Aprova o regulamento da Secretaria de Educação e Cultura
Decreto 15.717 de 27 de abril de 1992	Aprova o regulamento da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Decreto 18.594 de 17 de julho de 1995	Aprova o regulamento da Secretaria de Educação e Esportes
Decreto 21.682 de 1º de setembro de 1999	Aprova o regulamento da Secretaria de Educação e Esportes
Decreto 40.599 de 04 de abril de 2014	Aprova o regulamento da Secretaria de Educação e Esportes até os dias atuais

Fonte: Secretaria de Educação Pernambuco (2018). Elaboração própria.

Sobre o cargo de secretário de Educação, no recorte temporal da pesquisa Pernambuco apresentou quatro diferentes secretários, conforme quadro a seguir:

⁴⁹ Lei Estadual n.º 4.591, de 1º de março de 1963

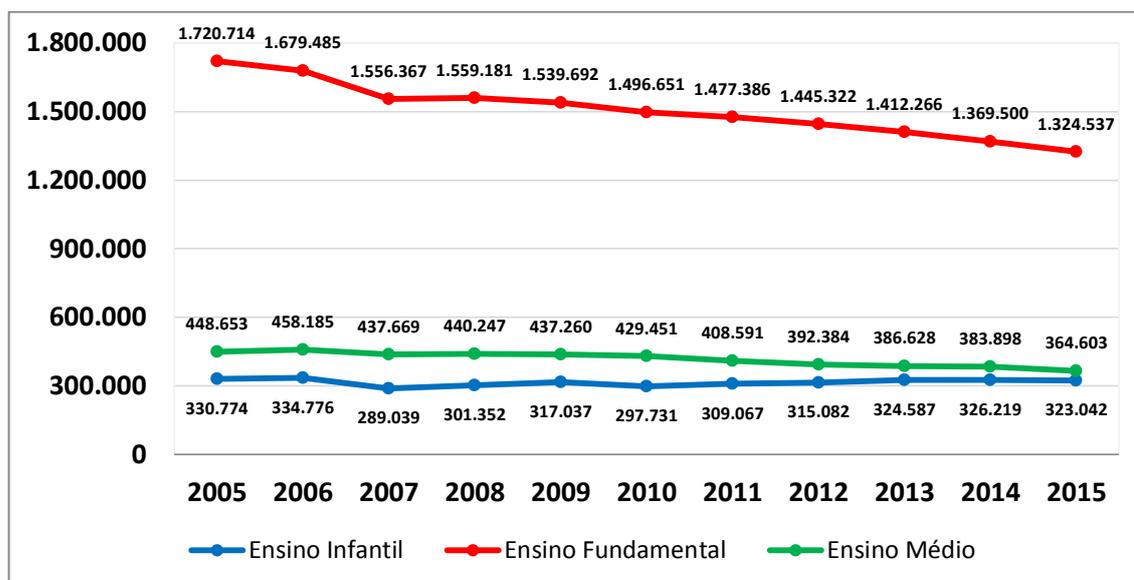
Quadro 2 – Secretários de Educação do Estado de PE (2007-2014)

Secretários	Período
Danilo Jorge de Barros Cabral	01.01.07 - 30.03.10
Nilton Mota	31.03.10 - 02.01.11
Anderson Gomes	03.01.11 - 14.12.12
Ricardo Dantas	14.12.12 - 01.01.15

Fonte: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco⁵⁰. Elaboração própria.

Ressalta-se os dois primeiros nomes apresentados eram pessoas filiadas ao PSB, partido do governador Eduardo Campos. Já o terceiro, Anderson Gomes, era professor da Universidade Federal de Pernambuco quando convidado para assumir a Secretaria de Educação, e o último, Ricardo Dantas, deixou o cargo de auditor fiscal da Receita Federal do estado para substituir Anderson Gomes quando este foi nomeado assessor especial do governador Eduardo Campos⁵¹.

No que se refere às matrículas na educação básica, nota-se que houve significativa diminuição no estado, na série histórica deste estudo, sobretudo no ensino fundamental. Tal alteração é ilustrada no gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Matrícula na Educação Básica no Estado de Pernambuco (2005-2015)

Fonte: Adrião (coord., 2016), com base nos dados do INEP.

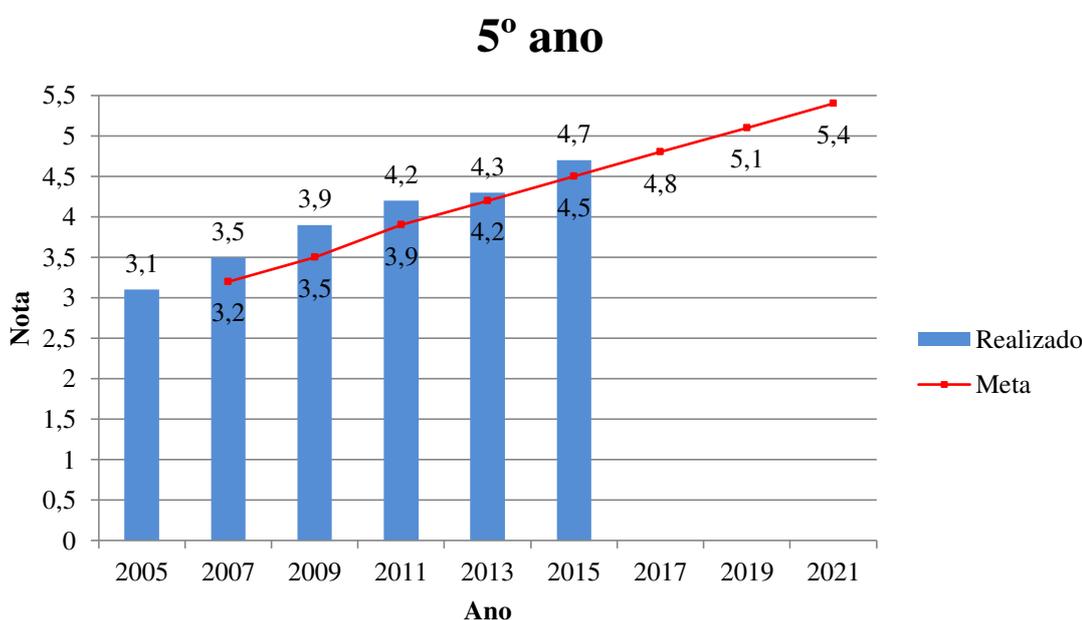
⁵⁰ Disponível em <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=83> Acesso em 03 de Novembro de 2018

⁵¹ Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=37&art=1009>. Acesso em 03 de novembro de 2018

Na presente análise, esse fator decorre principalmente de investimentos em correção do fluxo escolar, que se configurou como prioridade educacional em Pernambuco, conforme será apresentado nos Capítulos 3 e 4. A este propósito, Lopes (2017) afirma que “Em 2005 a TML⁵² era de 76,86% para o ensino fundamental e 30,32% para o ensino médio; em 2015 era de 81,98% para o ensino fundamental e 48,63% para o ensino médio” (p. 37).

No que diz respeito aos resultados dos estudantes em avaliações em larga escala — outra prioridade educacional identificada nos documentos analisados —, o destaque é dado ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), calculado a partir de dados sobre aprovação escolar, esses obtidos por meio do Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Os três gráficos apresentados a seguir expressam o resultado do estado no Ideb:

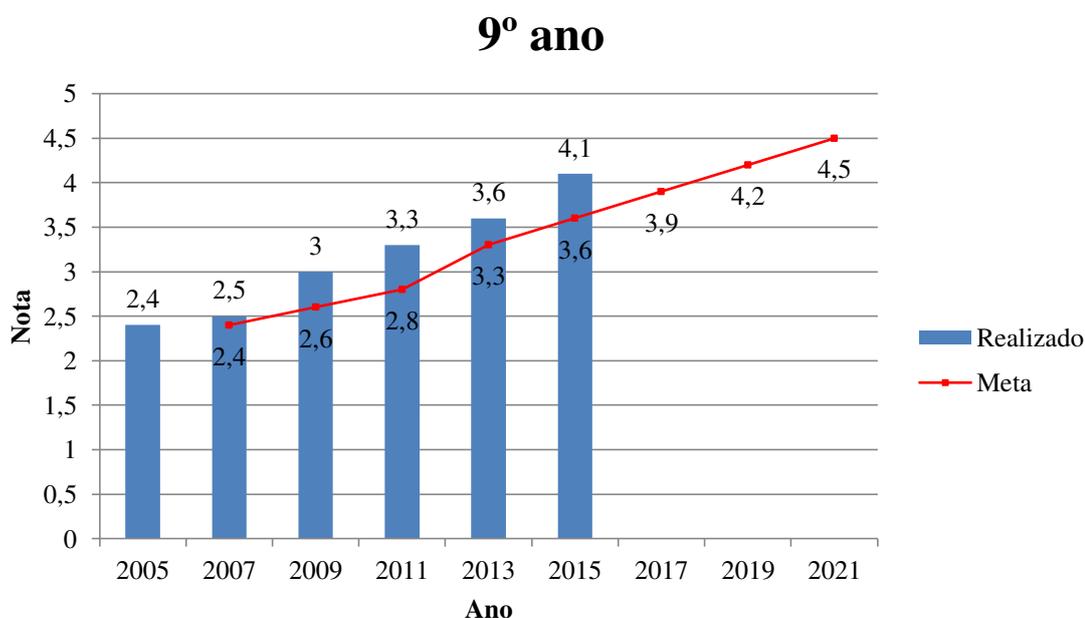
Gráfico 3 – Evolução da Rede Estadual de Pernambuco no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – 5º ano do Ensino Fundamental (2005-2015)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2017).

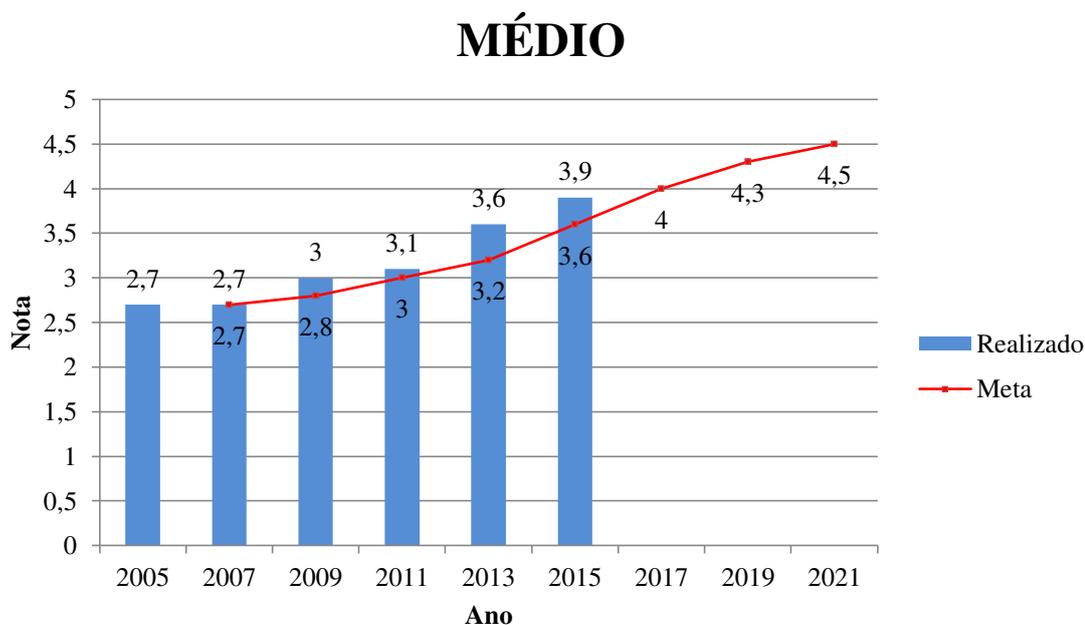
⁵² Taxa de Matrícula Líquida: Expressa o percentual de pessoas matriculadas em determinado nível de ensino na idade ou faixa etária teoricamente adequada a esse nível em relação à população na faixa etária teoricamente adequada ao mesmo nível de ensino. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Dicion%C3%A1rio+de+Indicadores+Educacionais+f%C3%B3rmulas+de+c%C3%A1lculo/bf7eac55-d33b-42a7-8d54-2d70fa4e24a3?version=1.2>. Acesso em: 03 de novembro de 2018.

Gráfico 4 – Evolução da Rede Estadual de Pernambuco no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – 9º ano do Ensino Fundamental (2005-2015)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2017).

Gráfico 5 – Evolução da Rede Estadual de Pernambuco no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – 3º ano do Ensino Médio (2005-2015)



Fonte: elaboração própria com base nos dados do INEP (2017).

A leitura dos gráficos permite afirmar que Pernambuco tem atingido, e até superado, a meta de desempenho estabelecida na rede estadual em todas as séries em que realizam a prova do Saeb.

Os dados apresentados acerca da rede estadual de ensino corroboram, conforme será demonstrado nos próximos capítulos, as prioridades educacionais. Essas são expressas nos documentos de planejamento da ação de governo e elaboradas no escopo do modelo de gestão “Todos por Pernambuco”, apresentado a seguir.

2.3 O Modelo de Gestão “Todos por Pernambuco”

O modelo de gestão “Todos por Pernambuco” foi implantado no estado desde março de 2008. Em documentos oficiais do governo, esse é apresentado como responsável pela ampliação da capacidade do estado de fomentar desenvolvimento e distribuir de modo mais equilibrado as riquezas geradas. Ao presente modelo também é atribuído o compromisso de elevação da eficiência e eficácia da ação de governo, visto que principiou novos paradigmas para o processo de Planejamento Estratégico do Estado (SEPLAG, s/a)⁵³.

Antes de apresentar as premissas e elementos balizadores do “Todos Por Pernambuco”, convém contextualizar a administração pública no estado nas gestões de Jarbas Vasconcelos (1999-2006), precedente de Eduardo Campos. Assim, se em âmbito federal a reforma da administração pública materializou-se na efetivação do PDRAE, na esfera estadual, no bojo deste processo, também foram efetivadas medidas semelhantes de modo a reestruturar a administração pública do estado. A este propósito, Cruz⁵⁴ et al (2014) destacam duas medidas.

A primeira delas é a criação, em 1999, da Comissão Diretora de Reforma do Estado e do Programa Estadual de Desestatização, que instrumentalizou o Plano de Modernização da Gestão e a Reforma Institucional. Assim, “como consequência dessa linha de ação, durante aquele período, registrou-se a extinção de 18 órgãos e de cerca de 40 mil cargos de servidores efetivos” (CRUZ et al A, 2014, p. 1).

⁵³ Descrição disponível em site oficial da secretaria de planejamento e gestão do estado. Disponível em <http://www.seplag.pe.gov.br/web/tpe/todos-por-pe-apresentacao> Acesso em 03 de novembro de 2018

⁵⁴ Maurício Serra Moreira da Cruz, no período desta publicação, era Administrador Pleno da Petrobras, cedido ao governo do Estado de Pernambuco, para exercer a função de Secretário Executivo de Desenvolvimento do Modelo de Gestão, na Secretaria de Planejamento e Gestão. Destaca-se que artigos acadêmicos foram produzidos com apoio da Secretaria de Planejamento do Estado de modo a dar visibilidade acadêmica ao modelo de gestão implementado no estado.

A segunda, por sua vez, trata-se da instituição do Programa Pernambucano de Modernização da Gestão Pública (Progestão):

(...) compreendendo um conjunto articulado de ações voltadas para a transformação gerencial dos órgãos e entidades da administração pública estadual, direta e indireta, que aderissem ao Programa, propondo-se a introduzir, no setor público, as mudanças de valores e comportamentos preconizados pela Gestão pela Qualidade (CRUZ, et al, 2014, p.1).

Desta maneira, o Progestão — mediante a promoção da modernização gerencial das instituições públicas, por meio de planos estratégicos, metas, indicadores, entre outras sistemáticas de monitoramento — deu sustentação para a gestão voltada para resultados (CRUZ et al., 2014b). Por outro lado, como crítica à reforma da administração pública implementada por Jarbas Vasconcelos, afirma-se que, “não obstante os evidentes avanços que o Estado vinha apresentando, é relevante dizer que ainda se carecia de uma visão estratégica que alinhasse as diversas ações experimentadas.” (CRUZ et al 2014b, p. 3)

Convém enfatizar que, em âmbito federal, em abril de 2003, por meio da coordenação do ministério do planejamento, orçamento e gestão, foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal -Pnage, com a finalidade de alcançar maior eficiência do gasto público estadual, assim:

Os objetivos específicos do Programa, com relação a cada Estado Participante e ao Distrito Federal, são: (i) fortalecer a capacidade de planejamento e gestão de políticas públicas; (ii) desenvolver a capacidade de administração de recursos humanos; (iii) modernizar a estrutura organizacional e seus processos administrativos; (iv) fortalecer mecanismos de transparência administrativa e de comunicação social; (v) modernizar a gestão de informação e integrar seus sistemas informáticos, (vi) desenvolver mecanismos para promover e implantar uma cultura de mudança institucional e (vii) desenvolver mecanismos para promover a cooperação entre os Estados e o Governo Federal e a harmonização e compartilhamento de soluções. (PNAGE, 2015)

É nesse contexto que, em 2007, com a eleição de Eduardo Campos, é proposto o estabelecimento de uma estratégia central para orientação de toda a administração pública estadual, materializada, no ano seguinte, no modelo de “Todos Por Pernambuco”. Assim, no primeiro ano de Campos, foi criada a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) em

substituição à Secretaria de Administração e Reforma do Estado (SARE), presente no governo de Jarbas (CRUZ et al a 2014a).

Neste cenário, foi evidenciado como demanda para a gestão pública do estado a devolutiva de resultados para a sociedade, e:

Com esse desafio, a equipe da SEPLAG trouxe para o debate da construção do novo modelo as ferramentas da gestão por resultados, as boas práticas gerenciais utilizadas na iniciativa privada, as experiências vividas com a construção de planejamentos estratégicos nos órgãos públicos, as experiências exitosas de outros estados e empresas, colhidas nas visitas técnicas realizadas. (CRUZ et al b 2014)

Em busca de referenciais metodológicos para o novo modelo de gestão, a equipe da SEPLAG, no decurso das visitas técnicas, constatou, em quase todas elas, a incidência da base conceitual PDCA (*Plan – Do – Check – Act*), isto é, planejar, executar, checar e agir. Tal modelo foi “idealizado por Shewhart e aplicado por Deming no Japão no pós-guerra. Utilizado como base para a maioria dos sistemas de gestão de organizações públicas e privadas, tem por princípio tornar mais claros e ágeis os processos envolvidos na execução da gestão.” (SEPLAG, s/a)⁵⁵

Além do PDCA, outro referencial do modelo de gestão é a “Teoria do Marco Lógico” ou “*Logical Framework*”, que segundo a Secretaria de Planejamento do estado “é uma estrutura lógica desenvolvida pelo Departamento de Defesa norte-americano, no final dos anos 60, sendo atualmente adotado e utilizado pela maioria dos organismos multilaterais e bilaterais de Cooperação Internacional.” (SEPLAG, s/a)

O terceiro marco teórico do modelo de gestão é *Balanced Scorecard*, metodologia de medição e gestão de desempenho formulada em 1992 por Robert Kaplan e David Norton, professores da *Harvard Business School*.

Por fim, também configura um referencial teórico para o modelo de gestão “Todos por Pernambuco”, a Gestão Por Resultados, que se caracteriza pela postura empreendedora do estado buscando eficiência, eficácia e efetividade:

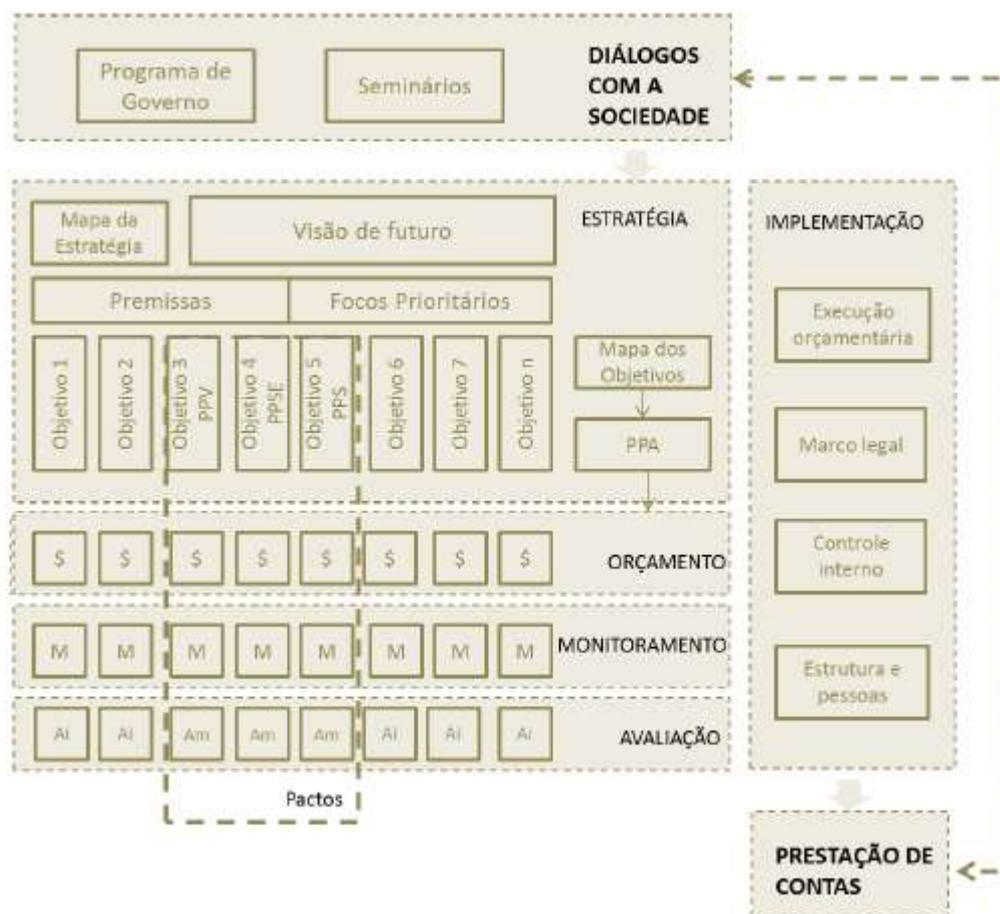
Em síntese, a GPR prioriza o atendimento ao cidadão como cliente, é pró-ativa, toma iniciativas e tem autonomia gerencial. Além do mais, sem negligenciar a qualidade dos processos, adota o controle por objetivos e

⁵⁵ Disponível em <http://www.seplag.pe.gov.br/web/tppe/todos-por-pe-referenciais-metodologicos> Acessado em 05 de novembro de 2018.

metas, gerando resultados para a sociedade que atendam às demandas dos cidadãos como clientes. (CRUZ et al, 2014b, p. XX)

Artigos acadêmicos de Cruz (s/a), Cruz et al (2014a e 2014b) e Marini (2014) surgem de modo a dar visibilidade acadêmica ao modelo de gestão implementado no estado, estando algumas delas, inclusive, referenciadas no sítio da própria Secretaria de Planejamento do Estado⁵⁶. Sobre o modelo de gestão propriamente dito, tem-se a figura a seguir:

Figura 3 – O Modelo de Gestão Todos por Pernambuco



Fonte: MARINI et al. (2014 apud CRUZ et al b; 2014).

No primeiro bloco da figura, em que se inserem o Programa de Governo e os Seminários Regionais, ocorre o diálogo com a sociedade. Trata-se do momento em que são identificadas as demandas dos diferentes atores sociais (MARINI, 2014; CRUZ et al b, 2014). Neste contexto,

⁵⁶ Disponível em <http://www.seplag.pe.gov.br/web/tppe/todos-por-pe-artigos-e-apresentacoes>. Acesso em 05 de novembro de 2018

No Modelo Todos por Pernambuco, o Programa de Governo é um documento de extrema importância. Produzido a partir da avaliação da realidade (indicadores) e com a contribuição da sociedade, esse documento orienta a estratégia, alinha as diretrizes e estabelece uma direção compartilhada para todo o Governo, sendo o principal documento de referência para o Planejamento Estratégico do Estado. Nos Programas de Governo estruturados de acordo com os preceitos do Modelo Todos por Pernambuco, são definidas as Áreas Estratégicas de atuação do Governo, os Eixos de Intervenção e as Linhas de Ação para os quatro anos de mandato, e é projetada formalmente uma Visão de Futuro para o Estado. (CRUZ et al b 2014, p. XX).

O componente seguinte do modelo de gestão corresponde a preparação da estratégia de governo que irá orientar a elaboração do PPA e da LOA. Assim, as áreas em que são firmados os Pactos (Segurança, Saúde e Educação) são gerenciadas de forma mais intensa (CRUZ et al b 2014).

No Mapa de Estratégias, dentro do componente “Estratégia” são explicitadas: a Visão de Futuro que se almeja com a implantação das atividades e ações estratégicas; a Premissa que se refere ao princípio orientador das ações de governo; os Focos Prioritários em que o governo pretende atuar de modo mais enfático, tencionando a redução das desigualdades sociais e interiorização do desenvolvimento.

O orçamento, terceiro bloco expresso na Figura 3, exprime “a decisão governamental sobre a alocação (e realocação) dos recursos financeiros” (CRUZ et al b 2014, p. 7). Destaca-se que os documentos analisados expressam ter ocorrido, com o modelo “Todos por Pernambuco”, aproximação entre planejamento e orçamento no âmbito da administração pública estadual.

Sobre o monitoramento, a sistemática adotada pelo estado ocorreu mediante reuniões semanais do governador com os secretários e, no que concerne à avaliação, houve a aferição de 77 indicadores destinados a medir a eficiência, eficácia e efetividade de cada um dos objetivos apresentados no Mapa de Estratégias. A documentação anual deste processo de avaliação ocorreu mediante o Relatório Anual de Ação de Governo, remetido oficialmente ao Presidente da Assembleia Legislativa (CRUZ et al 2014b).

No que concerne à institucionalização do modelo, destaca-se a construção do arcabouço legal, em que se sobressai a Lei complementar n.º 141 de setembro de 2009⁵⁷, a

⁵⁷ O arcabouço legal que sustenta o modelo de gestão, pode ser para além da lei complementar 141 de 2009 poder ser consultado em <http://www.seplag.pe.gov.br/web/tppe/todos-por-pe-legislacao> e sobre as premiações recebidas pelo modelo de gestão, consultar: [recebidas pelo modelo gestão http://www.seplag.pe.gov.br/web/tppe/todos-por-pe-premiacoes](http://www.seplag.pe.gov.br/web/tppe/todos-por-pe-premiacoes).

qual torna este modelo de gestão uma política de estado e institui quatro Sistemas de para estruturação da gestão pública: I – Sistema de Controle Social; II – Sistema de Planejamento e Gestão; III – Sistema de Gestão Administrativa; e IV – Sistema de Controle Interno.

Ainda a respeito do modelo de gestão implementado no estado, evidencia-se que a SEPLAG possui em seu sítio oficial um Banco de Indicadores⁵⁸, no qual se pode consultar os índices logrados no estado em todas as áreas estratégicas.

Assim, tendo em vista o modelo de gestão “Todos Por Pernambuco”, nos próximos dois capítulos deste estudo serão analisados os Programas de Governo, os Planos Plurianuais (e suas revisões) e os Relatórios Anuais de Ação de Governo, a fim de compreender as prioridades educacionais expressas nesses documentos para Pernambuco, entre 2007 e 2014.

58

Disponível

em:

http://bi.seplag.pe.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=aplicacoes_seplag%2FSEDMG.qvw&host=QVS%40w2k8qlikview&anonymous=true&sheet=SH07

3 A PRIMEIRA GESTÃO DE EDUARDO CAMPOS (2007-2010)

Neste capítulo, dividido em quatro seções, será abordada a primeira gestão (2007-2010) de Eduardo Campos (PSB) como governador do estado de Pernambuco. Na primeira, versa-se sobre o programa de governo “Um Novo Pernambuco”; na seguinte, sobre o Plano Plurianual do estado do período de 2008 a 2011. Na terceira, debruça-se sobre os relatórios anuais de ação de governo acerca dessa gestão e, por fim, faz-se as considerações sobre a primeira gestão de Eduardo Campos. Para tanto, recorreu-se a outras fontes documentais que, mediante perspectiva adotada, são imprescindíveis para uma compreensão mais ampla da implementação das políticas educacionais na educação básica, considerando-se a rede estadual de Pernambuco no recorte histórico delimitado.

Salienta-se, ainda, que embora esta pesquisa esteja sistematizada de forma cronológica, o processo analítico ocorreu de modo dinâmico⁵⁹, tencionando uma compreensão não segmentada das prioridades educacionais, no âmbito da educação básica, essas materializadas na rede estadual de Pernambuco. Tal explicitação é necessária uma vez que podem haver momentos de aparente anacronismo, quando documentos mais recentes subsidiam análises de documentos mais antigos.

3.1 Programa de Governo “Um Novo Pernambuco” (2007-2010)

Em 2006, Eduardo Campos⁶⁰ (PSB) foi eleito, no segundo turno, governador do estado de Pernambuco, com 65,36% dos votos válidos⁶¹. A sua Coligação, denominada “Frente Popular de Pernambuco”⁶², assinou o programa de governo “Um Novo Pernambuco” para a gestão do estado nordestino, no período compreendido entre 2007 e 2010. Este Programa de governo foi elaborado com a seguinte estrutura: Apresentação; A Dimensão Social do Desenvolvimento; Tendências Recentes da Economia; Ação Estratégica do Programa de Governo; Eixos Estruturantes da Ação do Governo e Colaboradores.

Na apresentação do documento, assinada apenas pelo governador, é evidenciada a imprescindibilidade de uma transformação no modelo de desenvolvimento pernambucano:

⁵⁹ Em virtude do teor das fontes documentais estudadas que faz alusão a outros documentos.

⁶⁰ E o vice João Lyra Neto (PDT) que, durante a série histórica considerada neste estudo, esteve filiado ao Partido Democrático Trabalhista-PDT e ao Partido Socialista Brasileiro-PSB. Disponível em <http://www.pe.gov.br/governo/galeria-de-governadores/joao-soares-lyra-neto/>. Acessado em 27 de julho de 2018

⁶¹ Informação disponível em: <http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006-1/divulgacao-de-resultados-2006> Acessado em 31 de Outubro de 2018

⁶² Cujas composição é formada pelos Partidos: Socialista Brasileiro-PSB; Democrático Trabalhista-PDT; Progressista-PP; Social Cristão- PSC e Liberal-PL

“reconhecemos a necessidade de realizarmos com urgência uma mudança no estilo de desenvolvimento hoje prevalecente no estado” (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2006, p. 1).

No capítulo Dimensão Social do Desenvolvimento, por sua vez, expõe-se o compromisso da candidatura de Eduardo Campos com os estratos mais vulneráveis da população, sendo esta a tônica do documento e tal engajamento constantemente reiterado:

O compromisso que se assume é de mobilizar todos os recursos políticos, institucionais e financeiros à disposição do Estado para romper as amarras que prendem uma parcela considerável dos cidadãos pernambucanos no subdesenvolvimento. Dito de outro modo, afirmamos o compromisso da construção sistemática e orgânica de uma visão de futuro para Pernambuco. (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2006, p. 3)

Também é delineado, nesse mesmo capítulo, um panorama da situação encontrada no estado em termos populacionais, indicadores sociais e habitacionais. Explicita-se, assim, uma disparidade na distribuição populacional de Pernambuco, que se concentra, predominantemente, na Região Metropolitana de Recife (RMR). Deste modo, alicerçado pela ideia-força “integrar para desenvolver”, afirma-se a necessidade de implementação equânime de políticas públicas em todas as regiões para que o estado se desenvolva integralmente.

No que tange aos indicadores sociais, em que a saúde e a educação destacam-se no documento, o cenário apresentado mostra que, em comparação aos índices nacionais, a realidade pernambucana expõe números inferiores. Isso acaba por retratar, conseqüentemente, maior mortalidade infantil e por doenças relacionadas à pobreza extrema em relação à média dos estados brasileiros.⁶³

No âmbito educacional, os indicadores das populações branca e negra são apresentados separadamente e, de acordo com o Programa de Governo, em 2003, 13% da população branca do estado com 15 anos ou mais era analfabeta, enquanto que o analfabetismo, neste mesmo recorte etário, atingia 18% da população negra.

No que concerne à instrução formal, neste mesmo período e intervalo etário, o número médio de anos de estudo em Pernambuco entre a população negra era de 5,8 anos. Considera-se que a média brasileira de anos de estudo para este estrato populacional é de 6,2 anos, e a média de escolarização da população branca pernambucana de 7,4 anos.

⁶³ De acordo com o programa de governo, reportando-se aos dados do ministério da saúde, em 2002, a cada 100 crianças com menos de cinco anos, 8,2 morriam no estado de Pernambuco por doenças diarreicas, ao passo que, a média da proporção de óbitos do Brasil era de 4,4%.

No capítulo seguinte, “Tendências Recentes da Economia”, aborda-se o processo de baixo crescimento econômico obtido por Pernambuco nas décadas precedentes. Assim, há no documento uma veemente crítica às reformas liberais ocorridas entre a década de noventa e o começo dos anos dois mil, bem como afirmação de que o padrão de crescimento econômico logrado no período desenvolvimentista brasileiro era maior, a saber:

Realizando-se um recorte temporal que foca o período recente de 1990 até o presente também a sua mais contida evolução econômica manteve-se com uma tendência. No período 1990/2005 as taxas de crescimento de 2,5% ao ano defrontam-se com taxas de 2,9% para o Nordeste e de 2,6% ao ano para o Brasil. O padrão de crescimento desta década de reformas liberais (abertura comercial, liberalização financeira, privatizações, reformas trabalhistas, etc), ao contrário do correntemente apregoada pelos setores conservadores que lhes deram respaldo, foi bem inferior ao padrão pretérito da fase desenvolvimentista da economia nacional- principalmente entre 1930 e 1980.” (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2006, p.9)

No capítulo “Ação Estratégica do Programa de Governo” é reiterada a proposta de interiorização das políticas públicas. Enfatiza-se, para tanto, a necessidade de investimentos econômicos, sociais, de integração espacial do estado e em termos políticos-institucionais:

O compromisso do Programa do Governo é de reconhecer os desníveis e diferenças econômicas, sociais, culturais e espaciais existentes; e intervir tratando desigualmente os desiguais, para reduzir as diferenças entre os cidadãos pernambucanos. (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2006, p. 11)

Após apresentação do diagnóstico nos três primeiros capítulos, o programa de governo traz um quarto mais denso, denominado “Eixos Estruturantes da Ação do Governo”, quais sejam: Democratização do Estado (Estado Cidadão); Transposição do Conhecimento; Desenvolvimento Econômico para Todos; e Infra-Estrutura para o Desenvolvimento e Auto-Sustentabilidade Hídrica.

No eixo “Democratização do Estado”, grifam-se os esforços que serão dirigidos para assegurar a universalização de políticas públicas para os cidadãos. Para isto, de acordo com o documento, será necessário um sistema de planejamento eficiente, “o qual seja capaz de sugerir, organizar, implementar, coordenar e avaliar políticas públicas” (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2006, p. 14). Deste modo, a democratização do acesso dos cidadãos aos bens e serviços estatais é a principal finalidade da atenção do governo.

Daí que as tarefas a serem realizadas pelo aparato institucional do governo na forma de *prestador de serviços ao cidadão* e de *ofertante de bens públicos* assumirão uma dimensão especial do programa de governo porque elas serão desempenhadas com o fito principal de gerar desenvolvimento com inclusão social. (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2006, p.14)

O segundo eixo, denominado “Transposição para o Conhecimento”, relaciona-se às ações de governo com vistas à interiorização e melhor distribuição regional do conhecimento. Isto posto, propõe-se a descentralização das universidades públicas para a instauração de centros de pesquisas regionais e investimentos em escolas técnicas. Projeta-se, assim, que o estado seja guarnecido de sólida base científica e tecnológica para ampliar seu potencial econômico.

O terceiro eixo, denominado “Desenvolvimento Econômico para Todos”, refere-se às políticas de governo que serão direcionadas para que sejam atingidas elevadas taxas de crescimento econômico. De acordo com o programa de governo, as propostas para efetuar a expansão econômica em âmbito estadual deverão:

Ter como prioridade acelerar a produtividade da economia e aumentar o nível e qualidade do investimento pelo estímulo ao: a) crescimento centrado uma nova base de conhecimento; b) crescimento lastreado no fortalecimento do capital; e c) pelo desestímulo ao estilo de crescimento baseado exclusivamente no barateamento do capital físico. (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2006 p.84)

No quarto Eixo Estruturante de ação de Governo, “Infra-estrutura para o Desenvolvimento e Auto-Sustentabilidade Hídrica”, encontram-se as propostas concernentes à água e ao saneamento no estado. De acordo com o documento, dentre outros desafios, destacam-se, no cenário pernambucano, os problemas relativos ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário.

Para atingir os objetivos deste trabalho, será considerado apenas o primeiro eixo: “Democratização do Estado”, onde estão localizadas as informações sobre a Educação Básica e a Gestão Pública. Tal eixo é composto pelos itens: Educação para a Cidadania; Cultura e Diversidade; Políticas de Esportes, Vida Saudável; Saúde Para Todos; Direito à moradia e Saneamento; Segurança Pública e Combate à Violência; Cidadania e Direitos Sociais; Gestão Democrática do Estado. Destaca-se, portanto, para fins analíticos, o primeiro e último item.

Assim, no último item do eixo “Democratização do Estado”, denominado Gestão Democrática do Estado, afirma-se a necessidade de instaurar em Pernambuco um novo

modelo de gestão que seja comprometido com o interesse público e não se confine em burocracia. Tal modelo de gestão é constituído, segundo o Programa de Governo, por três eixos: Organização Gerencial; Democratização da Relação com Servidores Públicos e Sistema de Controle das Funções Estatais.

No primeiro eixo do modelo de gestão, Organização Gerencial, enfatiza-se a necessidade de articular a gestão política com as prioridades explicitadas no programa de governo, a saber: o atendimento dos déficits sociais graves e a promoção do desenvolvimento econômico sustentado. Portanto, para este fim:

No governo Eduardo Campos, o modelo liberal de gestão do Estado, o qual preconizou um enxugamento das instituições estatais com o objetivo de reduzir sua importância estratégica no atendimento às demandas sociais, será abolido. Será extinta a Secretaria de Administração e Reforma do Estado, que não é outra coisa que um instrumento da minimização da esfera pública estatal, e transferidas suas atividades para a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão Pública, à Semelhança do que existe no Governo Federal. (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2006, p.67)

Em relação à Democratização da Relação com os Servidores Públicos, segundo eixo do modelo de gestão, o programa de governo preconiza facilitar o acesso do cidadão aos bens e serviços ofertados pelo Estado, e também utilizar o planejamento Estratégico Participativo como instrumento de monitoramento de resultados para melhorar as políticas públicas do estado.

No que tange aos sistemas de controles, terceiro eixo do modelo de gestão proposto por Eduardo Campos, o documento afirma que:

Os mecanismos de controle são eficientes instrumentos para garantir a responsabilização pública dos governantes. Serão propostos e implantados em nosso governo controles internos e externos.” (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2006, p.68, grifos do autor)

Este terceiro eixo, evidenciado para a instauração de uma nova gestão no estado, traz importantes implicações nas políticas educacionais implementadas na série histórica considerada para este estudo. Os grifos apresentados pelos autores do documento, em que se destacam os controles internos e externos na avaliação da consecução de políticas públicas, são elementos estratégicos para a compreensão dos componentes ideológicos subjacentes à ação governamental neste período, conforme será visto mais detidamente a seguir.

Atinente à educação, pormenorizado no item “Educação para Cidadania”, apresentam-se como desafios, prioritariamente, a erradicação do analfabetismo e o aumento da quantidade de anos de estudo da população do estado. Com base nas propostas evidenciadas no programa de governo, elaborou-se um quadro específico para a educação básica.

Quadro 3 – Propostas para a Educação Básica do Programa de Governo “Um novo Pernambuco” (2007-2010)

Etapa	Proposta
Ensino Infantil*	- Apoiar os municípios para que sejam capazes de expandir a rede de ensino infantil (creche e educação infantil)* no estado
Ensino Fundamental	- Criar condições para que os municípios garantam a universalização do ensino fundamental com qualidade
Ensino Médio	- Aumentar a oferta de vagas no ensino médio e profissionalizante no estado; - Garantir que a expansão do ensino médio ocorra em concomitância com um nível sempre mais elevado de qualidade.

*As nomenclaturas utilizadas na tabela correspondem às encontradas no documento. Entende-se que se refere a educação infantil, compreendendo a creche e pré-escola.

Fonte: Programa de Governo (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2006). Elaboração própria.

No primeiro item, conforme observado no Quadro 3, propõe-se uma articulação com municípios para que seja ampliado o atendimento na educação infantil. Intenta-se, segundo o documento, a promoção da institucionalização da gestão técnica nos municípios para a formulação e planejamento da política educacional municipal. De acordo com o programa de governo, com uma estrutura de gestão apropriada os municípios estariam aptos a disputar recursos da Secretaria Estadual de Educação (Seduc).

Para o ensino fundamental, o documento destaca, como responsabilidade da Seduc: a instituição dos parâmetros nacionais de ensino; o dever de garantir a qualidade da educação por meio da melhoria de bibliotecas e equipamentos; limitação da quantidade de alunos por sala; e ampliação dos recursos de informática. Esta tem o dever, ainda, de promover a melhoria das condições de trabalho do professor e ampliar os núcleos de línguas estrangeiras.

No que concerne ao ensino médio, são destacados dois pontos fundamentais: o primeiro relaciona-se à formação de uma força de trabalho qualificada, que expanda a produtividade do sistema econômico estadual, e o segundo refere-se à preocupação em conter

a criminalidade entre jovens. De acordo com o programa de governo, “manter o jovem na escola até que seu ciclo de profissionalização se complete será uma política permanente do governo.” (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2006, p. 23-24)

Para isto, o documento propõe a criação da “Bolsa Estágio”⁶⁴, que por meio de processo seletivo regulamentado pela Seduc atenderia estudantes do ensino médio de baixa renda com bom desempenho escolar. Como contrapartida, estes estudantes realizariam serviços burocráticos, de apoio à docência e de prática laboratorial. Propõe-se, ainda, a criação de “Bolsa Tutoria”⁶⁵ para os docentes responsáveis pela supervisão destes alunos.

Destaca-se, no programa de governo, a preocupação em implementar um novo modelo de administração pública, e, no âmbito educacional, ampliar o acesso à educação básica, tendo em vista a baixa média de escolaridade no estado. Para tanto, propõe-se, em regime de colaboração com os municípios, a expansão da educação infantil e a universalização do ensino fundamental, institucionalizando uma base curricular comum. Para o ensino médio, o documento preconiza sua expansão com simultânea profissionalização.

Após esta introdução ao Programa de Governo de Eduardo Campos para o período de 2007 a 2010, os estudos serão voltados aos planos plurianuais e relatórios de ação de governo, tencionando compreender como as supramencionadas propostas foram (ou não), segundo os documentos, materializadas.

3.2 Plano Plurianual de Pernambuco (2008-2011)

A lei n.º 13.306, de 01 de outubro de 2007, instituiu o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011, que é composto por três anexos⁶⁶. O primeiro anexo possui cinco capítulos, sendo que, no capítulo um, denominado “O Contexto e suas Oportunidades”, são apresentadas algumas considerações sobre a economia em âmbito mundial e nacional. No capítulo seguinte, alcunhado “O Diagnóstico da Realidade Estadual”, é realizada uma análise da situação do estado por meio da exposição de diversos indicadores. No terceiro, “Orientações Estratégicas”, retorna-se às propostas explicitadas pelo governador no Programa de Governo e apresenta-se a forma de consecução no Plano Plurianual. No quarto capítulo, “Todos por Pernambuco – Gestão Democrática e Regionalizada”, exhibe-se o modelo de

⁶⁴ Sobre a “Bolsa Estágio” não foram encontradas mais informações nas fontes documentais analisadas.

⁶⁵ Sobre a “Bolsa Tutoria” idem nota anterior.

⁶⁶ O terceiro anexo do PPA abrange a visão estratégica do governo para as doze regiões de Desenvolvimento do estado de Pernambuco. As informações contidas nesse anexo não foram utilizadas neste estudo por se tratarem de metas regionais para a consecução do PPA.

gestão “Todos Por Pernambuco”, cuja proposta orienta toda a ação governamental no período. Por fim, no quinto capítulo, intitulado “Relatório de Estimativa dos Custos dos Programas segundo o Órgão executor para o período 2008-2011”, explicita-se a previsão orçamentária vinculada a cada secretaria estadual.

O cenário econômico mundial, naquele momento, foi caracterizado pelo documento por vivenciar o seu melhor crescimento desde a crise do petróleo, realidade que, de acordo com o Plano Plurianual, deveria se manter. A América Latina, segundo o PPA, acompanhava a tendência mundial e o Brasil encontrava-se em comedida aceleração. No que tange ao contexto brasileiro, o documento afirma que:

O período 1994 a 2003 da trajetória econômica brasileira foi marcada pelo sucesso do Plano Real (1994) no que se refere à estabilização dos preços e por seus impactos negativos sobre as contas externas e públicas e sobre o crescimento da economia. Concebido como um plano abrangente, de corte liberal, que contemplava objetivos amplos como a estabilidade dos preços para estimular o investimento privado, a abertura comercial com valorização cambial para impor disciplina aos produtores e forçá-los a ganhos de produtividade, a privatização associada aos investimentos estrangeiros com o objetivo de remover os gargalos em infra-estrutura e aumentar a eficiência da economia, a liberalização cambial associada à previsibilidade da taxa de câmbio com o objetivo de atrair poupança externa. (PERNAMBUCO, 2007a, p. 6)

A partir de 2003, segundo o PPA, houve uma moderada retomada do ritmo de crescimento econômico com o primeiro mandato do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), de 2003 a 2006. Dentre outros fatores, nesse período ocorreu redução das expectativas inflacionárias, queda gradual das taxas básicas de juros (mecanismos de transmissão da política monetária), melhoria do Balanço de Pagamentos e da situação nas análises de risco, bem como o aumento das reservas do Tesouro Nacional e valorização do Real em relação ao Dólar.

Contudo, no documento, a ênfase da análise do governo Lula não é direcionada para indicadores econômicos, evidenciando, portanto, os investimentos em políticas sociais. Nesse sentido, é explicitado o aumento do consumo pelas camadas populares, a elevação do salário mínimo, a estabilização do preço da cesta básica e a importância de programas de transferência de renda neste processo — especialmente o Bolsa Família, que eleva a renda *per capita* no país. De acordo com o Plano Plurianual, “apesar da manutenção do quadro de enorme desigualdade de renda que permanece no país, a tendência de crescimento da renda na base da pirâmide é um fato novo.” (PERNAMBUCO, 2007a, p.7).

No segundo capítulo, no qual são apresentados os indicadores do estado no que se refere à educação, destaca-se o elevado índice de distorção idade/série, em que 47% dos alunos do ensino fundamental estão fora da série adequada. Desta forma, a prioridade educacional para o quadriênio é explicitada da seguinte maneira:

Combater essa elevada distorção idade/série e lutar contra a alta taxa de abandono (16% no ensino fundamental e 23% no ensino médio, em 2004) é o foco da ação prevista nesse Plano Plurianual. (PERNAMBUCO, 2007a, p.18)

Vale salientar que, no programa de governo, a principal preocupação concernente à educação básica era com a elevação da escolaridade. No PPA, esta prioridade é mantida e colocada de forma explícita: visando a correção do fluxo escolar e superação das altas taxas de abandono. Tal enfoque, conforme será apresentado na próxima seção deste estudo, ocorre em conformidade com o gasto em programas de correção de fluxo escolar, iniciado já no primeiro ano da gestão de Eduardo Campos.

Do ponto de vista fiscal e de acordo com o Plano Plurianual, em janeiro de 2007 havia um déficit financeiro de R\$ 250 milhões no Tesouro Estadual. Ademais, os serviços prestados pelo estado não eram, segundo o documento, de qualidade. Neste contexto, quanto a educação, haviam mais de 300 escolas deterioradas.

No PPA, relativo à estrutura administrativa de uma forma ampla, o cenário encontrado estava distante da política do Programa do Novo Governo e mostrava-se ineficiente no atendimento das necessidades da população menos favorecida. Mediante isso, foram criadas as Secretarias Especiais da Mulher, da Juventude e Emprego, de Esportes, de Cultura e de Recursos Hídricos. No âmbito da gestão, foi criada área de gestão estratégica na Secretaria de Planejamento e Gestão e a Controladoria Geral do Estado. De acordo com o PPA, todas essas unidades foram criadas sem o aumento de cargos comissionados.

No terceiro capítulo, denominado “Orientações Estratégicas”, realiza-se uma retomada dos eixos estratégicos definidos pelo Programa de Governo. Em seguida, mostra-se que:

O Plano Plurianual – Todos por Pernambuco é o planejamento do Estado no médio prazo (2008-2011) e, mesmo sujeito a uma série de condicionantes constitucionais, está sendo conduzido de forma inédita no Estado de Pernambuco. O diferencial é a participação dos mais diversos segmentos da sociedade, através da criação de espaços democráticos de discussão, com o objetivo final de garantir a orientação da máquina pública (PERNAMBUCO, 2007a, p.42)

Deste modo, afirma-se que no PPA buscou-se um alinhamento com as esferas municipal e federal, principalmente no que se refere às ações descritas no Programa de Aceleração do Crescimento-PAC⁶⁷. Em termos de Planejamento e Orçamento, o PPA Pernambucano contextualiza-se no Modelo de Planejamento, Orçamento e Gestão introduzido pelo Governo Federal, cujos princípios são:

- Planejamento de caráter indicativo, de longo e médio prazo, baseado no território, compreendendo uma visão estratégica do desenvolvimento;
- Plano, Orçamento e Gestão integrados;
- Programa, elemento central da integração do planejamento, orçamento e gestão. Elemento organizador das ações de governo;
- Construção de parcerias público-privadas;
- Seleção de programas estratégicos;
- Modelo de Gestão com gerenciamento por programas de governo;
- Participação social no ciclo de gestão do Plano Plurianual, como importante instrumento de relação entre o Estado e o cidadão;
- Monitoramento e Avaliação voltados para o aperfeiçoamento contínuo da ação de governo. (PERNAMBUCO, 2007a, p. 43, grifos nossos).

Nesse modelo de gestão, frisa-se a construção de parcerias público-privadas como princípio. Em vista disso, há no programa de governo enérgicas críticas à privatização e à redução da máquina pública, porém, contraditoriamente, há no plano plurianual a presença ativa do setor privado na formulação e execução de políticas públicas.

No quarto capítulo, O Plano Plurianual expõe o modelo de gestão implementado em 2007 no estado e que, posteriormente⁶⁸, tornou-se uma política: Todos por Pernambuco – Gestão Democrática e Regionalizada.

Após o início da gestão, foi criado um Comitê Gestor do Processo de Planejamento e Gestão, composto pelo Vice-Governador, responsável pela Supervisão dos Trabalhos; pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento e Agência Condepe/Fidem⁶⁹), responsável pela Coordenação; Secretaria da Casa Civil;

⁶⁷ De acordo com o sítio oficial do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e gestão “O PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – criado em 27 de janeiro de 2007, através do decreto 6.025, representa um novo modelo de planejamento, gestão e execução do investimento público. Articula projetos de infraestrutura públicos e privados e medidas institucionais para aumentar o ritmo de crescimento da economia. Modernizar a infraestrutura, melhorar o ambiente de negócios, estimular o crédito e o financiamento, aperfeiçoar a gestão pública e elevar a qualidade de vida da população são alguns dos objetivos do PAC. É também um instrumento de inclusão social e de redução das desigualdades regionais. Suas ações e obras geram empregos que garantem renda e consumo para milhares de trabalhadores e suas famílias. Informações disponíveis em : <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento/visao-geral/o-que-e-o-pac> Acesso em 31 de Outubro de 2018

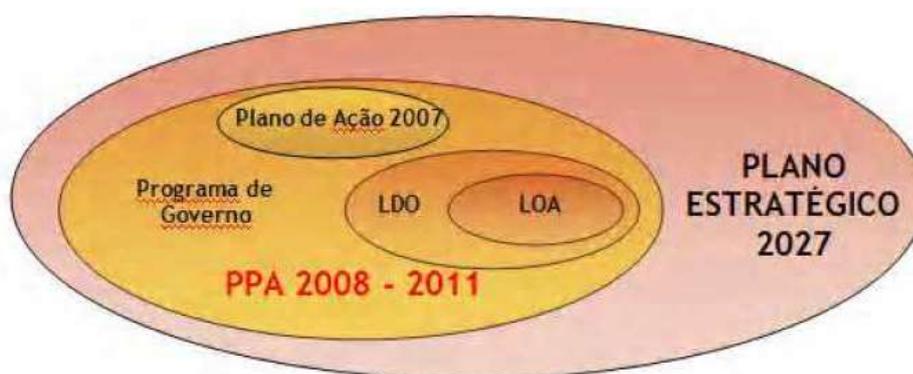
⁶⁸ Em 2009, conforme explicitado no segundo capítulo deste trabalho.

⁶⁹ Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

Secretaria Especial de Articulação Regional; Secretaria Especial de Articulação Social e Assessoria da FADE/UFPE⁷⁰.

O planejamento de governo, deste modo, foi definido em três perspectivas: a) de curto prazo, por meio do Plano de ação e orçamento anual; b) de médio prazo, por meio do Plano Plurianual; e c) de longo prazo, mediante o Plano Estratégico de Desenvolvimento para o Estado – PE 2027.

Figura 4 – Plano Estratégico de Pernambuco (2007-2010)



Fonte: Pernambuco (2007a, p. 90).

O Modelo de Gestão “Todos por Pernambuco” é definido como Democrático e Regionalizado. Tais premissas, conforme explicitado no documento, reiteram que a abordagem regional possui centralidade no processo de planejamento das políticas públicas, que ocorre, segundo o Plano Plurianual, em escala regional e estadual em diálogo com a sociedade civil.

O planejamento é apresentado no PPA como um processo ao mesmo tempo técnico e político, em que é descrito o cronograma de atividades estabelecido pelo Comitê Gestor para implantar o Modelo de Gestão. Assim, a primeira etapa foi de discussão com as secretarias e órgãos estaduais e, em seguida, com os parlamentares. Em um segundo momento, ocorreram reuniões de trabalho com instituições públicas e privadas, como órgãos do Governo Federal e entidades do Sistema S⁷¹, “para discutir e iniciar o trabalho de integração dos planos e das ações.” (PERNAMBUCO, 2007a, p.93).

⁷⁰ Fundação de Apoio do Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco-Fade/UFPE

⁷¹ De acordo com o Glossário Legislativo do Senado Federal, O sistema “S” é o “Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica.” O “sistema S” é composto pelas instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) Serviço Social do

A terceira etapa refere-se aos Cadernos de Propostas, em que, de acordo com Plano Plurianual (2007), a população de cada uma das regiões do Estado apresentou ao governo sua avaliação dos serviços públicos e suas propostas para melhorá-los. As contribuições da sociedade por meio destes Cadernos, acrescidas das colaborações de instituições públicas e privadas parceiras, somaram-se aos estudos econômicos e sociais concernentes ao estado, resultando, de acordo com o PPA, em um rol de propostas de ação:

O passo seguinte, para consolidação do TODOS POR PERNAMBUCO – Gestão Democrática e Regionalizada – é a criação dos comitês municipais e regionais, tornando permanente o diálogo regional com a sociedade. (PERNAMBUCO, 2007a, p. 94)

Conforme descrito no Capítulo 2 deste trabalho, esse modelo de Gestão foi consolidado em âmbito estadual, trazendo implicações para a forma de consecução das políticas educacionais em Pernambuco, destacando-se a ampla presença do setor privado.

No quinto capítulo do documento é explicitada a previsão orçamentária para o quadriênio de cada secretaria. Sobre a Educação, constam na tabela a seguir os valores por programas para o período de 2008 a 2011:

Tabela 2 – Previsão Orçamentária Secretária da Educação PPA 2008-2011

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PLANO PLURIANUAL - 2008/2011 TODOS POR PERNAMBUCO

Relatório de Custos dos Programas por Órgão

Valores em
R\$ 1,00

Secretaria Vinculada	Programa	Ano de Aplicação 2008					Total 2009-2011	Total Geral
		Tesouro	Outras Fontes	Total	Extra Orçamentário	Total		
14000	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO							
108	Secretaria da Educação- Administração Direta							
	Melhoria da Qualidade da Educação Básica no Estado de Pernambuco							
196	Proescola	54.400.000,00	0	54.400.000,00	0	54.400.000,00	190.522.200,00	244.922.200,00
	Apoio administrativo às ações da Secretaria de Educação							
217	Valorização dos Profissionais da Educação	578.645.900,00	0	578.645.900,00	0	578.645.900,00	2.042.820.600,00	2.621.466.500,00
261	Gestão da Política de Ação da Secretaria de Educação	4.880.000,00	0	4.880.000,00	0	4.880.000,00	17.109.900,00	21.989.900,00
269	Sistema Estadual de Informática de Governo-SEIG	8.006.500,00	350.000,00	8.356.500,00	0	8.356.500,00	29.210.500,00	37.567.000,00
445	Ensino e Pesquisa da Arte Musical para o Desenvolvimento Social	14.470.000,00	0	14.470.000,00	0	14.470.000,00	50.733.100,00	65.203.100,00
482	Ordenamento e Modernização da Rede Escolar	3.267.300,00	0	3.267.300,00	0	3.267.300,00	10.848.500,00	14.115.800,00
483	Acesso à Educação Básica de Qualidade	205.103.400,00	0	205.103.400,00	0	205.103.400,00	716.904.500,00	922.007.900,00
484	Alfabetização e Correção do Fluxo Escolar	450.069.900,00	0	450.069.900,00	0	450.069.900,00	1.564.030.900,00	2.014.100.800,00
485	Educação em Direitos Humanos	25.167.400,00	0	25.167.400,00	0	25.167.400,00	88.723.700,00	113.891.100,00
493	Produção e Difusão Musical para a Inclusão e o Desenvolvimento Cultural	12.558.400,00	0	12.558.400,00	0	12.558.400,00	44.026.300,00	56.584.700,00
532	Programa de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	200.000,00	0	200.000,00	0	200.000,00	701.600,00	901.600,00
584		28.155.700,00	0	28.155.700,00	0	28.155.700,00	98.717.000,00	126.872.700,00
	Total	1.384.924.500,00	350.000,00	1.385.274.500,00	0,00	1.385.274.500,00	4.854.348.800,00	6.239.623.300,00

Fonte: Pernambuco (2007a, p. 14). *Valores orçados a preços correntes de julho de 2007 (Art. 2º Lei 13.306/2007).

O Anexo II do Plano Plurianual contém o Relatório de Programa, Ação, Produto e Meta, segundo o Órgão Executor, para o exercício 2008 e para o período 2009-2011. Selecionou-se, portanto, os programas com as maiores previsões orçamentárias a fim de apresentar: (i) as ações que os compõem; e (ii) identificar as prioridades educacionais no orçamento do estado. Convém ressaltar, por oportuno, que as despesas são apresentadas apenas por programas, e, com isso, não há no PPA distinção de gastos por cada uma das ações que os compõem.

O programa “217 – Apoio administrativo às ações da Secretaria de Educação”, cuja finalidade é centralizar a gestão dos serviços comuns que apoiam a execução das ações finalísticas da Secretaria da Educação, possui a maior previsão orçamentária para o quadriênio: R\$2.621.466.500,00. Este programa é composto pelas ações e finalidades apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 4 – Ações e Finalidades do Programa “217 – Apoio administrativo às ações da Secretaria de Educação” (PPA 2008-2011)

Ação	Finalidade
2221 – Implantação do projeto Atenção à Saúde do Servidor da Educação	Oferecer aos servidores da Educação atividades e melhoria no ambiente de trabalho (ergonomia), de modo a contribuir para minimizar os índices de adoecimento.
1160 – Gestão administrativa das ações da Secretaria de Educação	Executar os serviços de natureza financeira, pessoal, material e patrimônio necessários ao desempenho do órgão.
2222 – Manutenção e melhoria das instalações físicas das unidades administrativas da Secretaria da Educação	Dotar a Secretaria de Educação de estrutura física adequada ao desenvolvimento de suas atividades.

Fonte: Pernambuco (2007b). Elaboração própria.

Destaca-se que a maior previsão orçamentária desse PPA é basicamente voltada à gestão administrativa – pessoal e estrutura física – da Secretaria de Educação e às ações direcionadas ao não adoecimento dos servidores da Educação. Nesse sentido, pode-se afirmar que a Lei de responsabilidade Fiscal e os argumentos dela decorrentes sobre a oneração do Estado com o quadro com pessoal, não foi fator impeditivo para investimento na Gestão administrativa das ações da Secretaria de Educação.

A segunda maior previsão orçamentária é de R\$2.014.100.800,00 e pertence ao programa “484 – Acesso à Educação Básica de Qualidade”, que tem por finalidade ampliar a

escolaridade e a qualidade da Educação em Pernambuco, com foco no ensino médio profissionalizante. Este programa é composto pelas ações elencadas a seguir:

Quadro 5 – Ações e Finalidades do Programa “484 – Acesso à Educação Básica de Qualidade” (PPA 2008-2011)

Ação	Finalidade
2274 – Implementação da política de Educação no Campo	Capacitar os profissionais da Educação visando elevar escolaridade e proporcionar a qualificação profissional inicial de jovens e adultos que se encontram no campo, como agricultores e seus familiares; comunidades quilombolas; assentados; acampados indígenas e ciganos.
2259 – Avaliação e monitoramento das políticas educacionais para o Ensino Fundamental	Avaliação e monitoramento das políticas educacionais para o Ensino Fundamental.
2261 – Avaliação e monitoramento das políticas educacionais para o Ensino Médio	Acompanhar, monitorar e avaliar as ações voltadas para as políticas de Ensino Médio no Estado, por meio das atividades desenvolvidas na rede estadual.
2262 – Melhoria da qualidade dos serviços da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Ofertar informações atualizadas; preservar o acervo; difundir a cultura; viabilizar a pesquisa pelos usuários e o acesso ao empréstimo.
2263 – PE no Futuro	Promover reforço de aprendizagem aos alunos do 3º ano do Ensino Médio e do 4º ano do Normal Médio da Rede Estadual de Ensino.
2265 – Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da cidadania e do trabalho	Implementar uma educação de qualidade para a cidadania de jovens e adultos, por meio da capacitação permanente dos profissionais da EJA.
2267 – Educação Especial de qualidade como direito de todos	Apoiar os municípios na implantação de políticas de capacitação de profissionais da Educação Especial.
2268 – Educação Infantil de qualidade com inclusão social	Apoiar os municípios na implantação de políticas de capacitação de profissionais da Educação Infantil.
2270 – Ensino Fundamental de qualidade	Garantir a universalização e a melhoria do Ensino Fundamental, por meio da capacitação de profissionais da Educação.
2271 – Ampliação da oferta e melhoria do Ensino Médio com foco na formação cidadão, integrado à educação profissional	Assegurar a expansão e melhoria do Ensino Médio, Médio Integrado à Educação Profissional e Normal Médio com formação cidadã.
2273 – Expansão da oferta do ensino de línguas estrangeiras nos núcleos de estudos de línguas	Assegurar expansão e melhoria do ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras como meio de comunicação e inserção social, visando a formação cidadã.

Fonte: Pernambuco (2007b). Elaboração própria.

Nesse programa, salienta-se que são incluídas diversas ações que versam sobre: a) o regime de cooperação do estado com os municípios, voltado para capacitação de profissionais da Educação Infantil e da Educação Especial; b) investimento nas diferentes etapas e modalidades da educação via formação dos profissionais — como capacitação de professores, visando melhorar a Educação de jovens e adultos na perspectiva da Cidadania e do Trabalho, bem como daqueles que moram e trabalham no campo, assim como a expansão e melhoria do Ensino Fundamental) —; e c) recursos para bibliotecas públicas do estado. Destacam-se também ações voltadas à avaliação e monitoramento das políticas educacionais para melhoria do Ensino Médio, na perspectiva de integração à educação profissional e expansão da oferta do ensino de línguas.

A terceira maior previsão orçamentária é de R\$922.007.900,00, e pertence ao programa “483 – Ordenamento e Modernização da Rede Escolar”, cuja finalidade é expandir a Rede Escolar e assegurar a todas as escolas um padrão básico de funcionamento. Este programa é composto pelas ações apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 6 – Ações e Finalidades do Programa “483 – Ordenamento e Modernização da Rede Escolar” (PPA 2008-2011)

Ação	Finalidade
2232 – Expansão e melhoria da Rede Escolar	Construir, reformar, ampliar, recuperar, adequar e equipar as escolas estaduais, segundo padrões básicos de funcionamento estabelecidos pela Secretaria de Educação de Pernambuco.
2251 – Construção, adequação e fortalecimento das bibliotecas escolares	Promover a melhoria de conhecimento dos alunos da Rede Pública de Ensino.
2253 – Implantação de padrão tecnológico nas Gerências Regionais de Educação e Escolas da Rede Estadual	Tornar mais eficiente e eficaz a gestão escolar e o ensino e aprendizagem na Rede Estadual de Educação.
2234 – Desenvolvimento de ações complementares de inclusão educacional	Garantir às escolas condições de oferecer aos alunos merenda e transporte escolar, livro didático e outros benefícios materiais necessários à sua aprendizagem.
2237 – Fortalecimento da Gestão Escolar	Promover e implementar mecanismos para assegurar o bom funcionamento das Escolas da Rede Estadual.
2250 – Manutenção dos Imóveis da Rede Estadual de Ensino	Realizar serviços de conservação e de pequenos reparos nas Unidades da Rede Estadual de Ensino.
2254 – Atualização dos profissionais da Educação em tecnologia	Efetivar o uso de tecnologias disponíveis, como ferramentas de apoio à gestão e ao ensino da Rede Estadual de Educação.
2256 – Atendimento ao Ambiente Tecnológico da Rede Escolar	Manter em funcionamento todo o ambiente tecnológico instalado.

Fonte: Pernambuco (2007b). Elaboração própria.

O programa, voltado para a realização do Ordenamento e Modernização da Rede, cujos objetivos são expansão da Rede Escolar e implementação de um Padrão Básico de funcionamento, prevê ações voltadas para infraestrutura e efetivação de tecnologias, tanto no âmbito da gestão quanto na esfera curricular e ações chamadas “complementares de inclusão educacional” — como garantia de merenda, transporte escolar, livro didático, entre outros materiais. Sublinha-se a presença das palavras “eficiência” e “eficácia” para se referir à gestão, ao ensino e à aprendizagem. Evidencia-se também que, conforme apresentado na próxima seção deste capítulo, já em 2007 há conveniamento com o Movimento Brasil Competitivo (MBC)⁷² e a contratação do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG)⁷³ para a modernização da gestão da educação.

A quarta maior previsão orçamentária, de R\$244.922.200,00, é do programa “196 – Melhoria da Qualidade da Educação Básica no Estado de Pernambuco Proescola”, cuja finalidade é elevar o desempenho do Sistema de Educação Básica do estado, assegurando a todas as crianças e jovens um ensino de qualidade. A seguir, o Quadro 7 explicita as suas ações e finalidades:

Quadro 7 – Ações e Finalidades do Programa “196 – Melhoria da Qualidade da Educação Básica no Estado de Pernambuco Proescola” (PPA 2008-2011)

Ação	Finalidade
1079 – Melhoria da eficiência, eficácia e inclusão na Educação Estadual	Promover a melhoria da qualidade do ensino e a inclusão educacional de alunos.
1081 – Melhoria da qualidade e eficiência das Escolas Estaduais	Promover a gestão estratégica da escola e assegurar padrões básicos de funcionamento com vistas à melhoria da qualidade do atendimento.
1146 – Modernização do Sistema de Educação	Modernizar o Sistema Educacional por meio da implementação de Tecnologia de Gestão.
1418 – Gerenciamento do Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica	Acompanhar o desenvolvimento do Programa assegurando a melhoria da qualidade dos serviços educacionais no Estado.

Fonte: Pernambuco (2007b). Elaboração própria.

⁷² O Movimento Brasil Competitivo- MBC é a primeira Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) no Brasil, a sua missão é “Promover a competitividade sustentável do Brasil elevando a qualidade de vida da população e tem por visão “Contribuir para que o Brasil seja umas das 30 nações mais competitivas do mundo até 2030.” Informações disponíveis em: <http://www.mbc.org.br/portal/sobre-o-mbc/> Acessado Em 21 de Outubro de 2018.

⁷³ De acordo com sítio oficial “A organização teve origem na Fundação Cristiano Ottoni, na Universidade Federal de Minas Gerais, a qual, na década de 80, iniciou um movimento conhecido por “Qualidade Total”. Em 1998, com a necessidade de ampliar a sua atuação e atender à enorme demanda de empresas que procuravam por consultoria em gestão e necessitavam de novos patamares de resultados, foi criada a Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG). A partir de 2003, a FDG passou a atuar somente em projetos sem fins lucrativos, prestando serviços a instituições carentes; e fundou-se o INDG, organização que se tornou líder em consultoria de gestão com foco em resultados no Brasil. A partir de outubro deste ano, a empresa passa a se chamar FALCONI Consultores de Resultado.” Informações disponíveis em: https://www.falconi.com/flcn_releases/indg-muda-o-nome-para-falconi-consultores-de-resultado-e-caminha-para-se-tornar-uma-das-maiores-do-mundo/. Acessado em 22 de outubro de 2018.

A quarta maior previsão orçamentária para a educação versa sobre a melhoria da qualidade, com destaque para a gestão. Nota-se que são utilizadas as palavras “Eficiência” e “Eficácia”, à semelhança do programa anterior, associando-as à melhoria da qualidade do ensino. A modernização do sistema de educação possui uma ação específica, para a qual é prevista a implementação de um sistema de tecnologia de gestão.

A quinta maior previsão orçamentária é de R\$126.872.700,00 e pertence ao programa “584 – Programa de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional”, cuja finalidade é planejar e executar ações para o ensino médio integrado à educação profissional com foco na melhoria da qualidade de ensino e inserção do jovem no mercado de trabalho. O programa, conforme explicitado pelo quadro a seguir, é composto pelas seguintes ações e finalidades:

Quadro 8 – Ações e Finalidades do Programa “584 – Programa de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional” (PPA 2008-2011)

Ação	Finalidade
2832 – Criação e implementação de Centros de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Expandir a rede de Centros de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional com vistas à sua regionalização.
2833 – Valorização de Educadores	Facilitar o comprometimento dos educadores com sua formação permanente, estabelecendo relacionamento de qualidade com toda a comunidade escolar e seu entorno.
2834 – Manutenção das atividades dos Centros de Ensino Médio Integrado à Educação Profissionalizante	Manter os centros de Ensino Médio Integrado à educação Profissionalizante em Funcionamento.

Fonte: Pernambuco (2007b). Elaboração própria.

Este programa destina-se exclusivamente ao ensino médio. Observa-se o foco na profissionalização em concomitância ao ensino regular, abordagem também realizada na ação 2271 do programa 484 (Acesso à Educação Básica de Qualidade) apresentado anteriormente. Cumpre destacar que no PPA deste quadriênio, a princípio, não há programa específico para a expansão de escolas integrais.

A sexta maior previsão orçamentária é de R\$113.891.100,00 e pertence ao programa “485 – Alfabetização e Correção do Fluxo Escolar”, cujo objetivo é corrigir a defasagem escolar no ensino fundamental e médio por meio da melhoria da qualidade do ensino nos anos iniciais, garantindo a alfabetização ao final do primeiro ciclo e a realização de projetos de

correção do fluxo escolar. As ações e finalidades que compõem este programa são apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 9 – Ações e Finalidades do Programa “485 – Alfabetização e Correção do Fluxo Escolar” (PPA 2008-2011)

Ação	Finalidade
2783 – Correção do Fluxo Escolar do Ensino Fundamental - Anos Iniciais	Promover a correção do fluxo escolar de alunos de 1ª a 4ª Séries (1º e 2º ciclos) do Ensino Fundamental por meio da alfabetização e aceleração da aprendizagem.
2784 – Correção do Fluxo Escolar do Ensino Fundamental	Promover a correção do fluxo escolar de alunos de 5ª a 8ª Séries (3º e 4º ciclos) do Ensino Fundamental.
2786 – Correção do Fluxo Escolar do Ensino Médio	Promover a correção do fluxo escolar de alunos do Ensino Médio.
2788 – Alfabetização e Ensino Regular- Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Alfabetizar e garantir a qualidade do ensino regular aos alunos nos anos iniciais em todas as áreas do conhecimento.

Fonte: Pernambuco (2007b). Elaboração própria.

Conforme já mencionado, a correção do fluxo escolar é apresentada no PPA como foco prioritário da ação de governo, e materializada no campo educacional na sexta maior previsão orçamentária. Cumpre enfatizar que conveniamentos com instituições privadas para a correção de fluxo escolar já foram realizados em 2007, antes da vigência deste PPA⁷⁴.

3.2.1 Revisão do Plano Plurianual de Pernambuco para o ano de 2010

A Lei n.º 13.957, de 15 de dezembro de 2009, sancionada pelo governador Eduardo Campos, dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2008-2011 para o exercício de 2010, nos termos estabelecidos pela Constituição Estadual e Lei n.º 13.306, de 01 de outubro de 2007.

Nesta revisão, mediante anexo único, há a inclusão de programas, projetos, atividades e operações especiais que são consideradas mais relevantes pelo poder executivo do estado. O documento é estruturado pelos seguintes tópicos: “Problema”, no qual é explicitado o diagnóstico da situação encontrada, e “Estratégia”, em que são especificadas as ações governamentais implementadas para solucionar os “problemas” identificados.

Atinente à questão educacional, o tópico “Problema” é descrito reportando-se aos dados do INEP referentes ao baixo desempenho do estado de Pernambuco, entre 2000 e 2006, no Ideb, e aos dados do IBGE concernentes ao índice de analfabetismo no estado que, em

⁷⁴ Conforme explicitado na próxima seção deste capítulo (3.3), em análise dos Relatórios Anuais de Ação de Governo.

2000, era de 24,5% entre a população acima de 15 anos de idade. Salienta-se, ainda, como adversidade, a baixa remuneração docente, a falta de controle de conteúdo programático, a ausência de matriz curricular unificada e a falta de reforma predial. No campo “Estratégia”, para modificação do quadro encontrado, o documento destaca que:

O Governo de Pernambuco trabalha para conquistar educação pública de qualidade, como requisito para alcançar os padrões desejados, estimulando medição de resultados e avaliação de desempenho que permitam acompanhar a evolução dos indicadores educacionais. As ações estão integradas ao fortalecimento da identidade cultural como vetor para a autoestima do pernambucano e para o desenvolvimento sustentável da economia da cultura. Desta forma, o Governo atua para estruturar políticas que permitam ampliar o acesso à educação, melhorar a qualidade da educação pública e valorizar a cultura em todo o território estadual. (PERNAMBUCO, 2009a, p. 11)

Assim, apresenta-se como o objetivo estratégico para a esfera educacional no PPA “ampliar o acesso à educação, melhorar sua qualidade e valorizar a cultura”. Nesse sentido, há nessa revisão do PPA para 2010 a inclusão de novos programas, como “700 – Gestão da Rede Escolar” e “701 – Programa de Educação Integral”, conforme explicitado no quadro a seguir:

Quadro 10 – Programa “700 – Gestão da Rede Escolar” e “701 – Programa de Educação Integral” – Revisão PPA – PE 2010

701 – Programa de Educação Integral	
Ação	Execução
3294 – Criação e implementação das Escolas de Referência	40 Escolas Criadas e Implementadas
700 – Gestão da Rede Escolar	
Ação	Execução
3249 – Implantação dos Laboratórios de Informática nas Escolas	Laboratórios 100% Implantados
3252 – Implantação de Mecanismos para Redução de Absenteísmo dos Professores da Rede Estadual	1 Sistemática de Gestão Implantada
3255 – Aquisição e Distribuição de Livro Didático	410.724 Alunos Atendidos
3257 – Aquisição e Distribuição de Kit Escolar	1.000.000 Alunos Atendidos
3260 – Fornecimento de Merenda Escolar	1.000.000 Alunos Beneficiados
3314 – Expansão e Melhoria da Rede Escolar	96 Escolas Construídas/Reformadas
3324 – Manutenção dos Imóveis da Rede Estadual de Ensino	647 Manutenções Realizadas

Fonte: Pernambuco (2009a). Elaboração própria.

Nota-se que a criação e implementação de Escolas de Referência aparecem inseridas em um programa específico para as escolas integrais na Revisão do PPA de 2010. Sobre o programa 700, destaca-se a implantação de laboratórios de informática e de mecanismos para redução de absenteísmo dos professores da Rede Estadual, além de outras ações voltadas para ações complementares no âmbito da Gestão da Rede Escolar.

Para além dos novos programas, dois destacados anteriormente no PPA — por estar dentre aqueles que receberam as maiores previsões orçamentárias para a educação básica quando aprovado o Plano —, e que constam nessa Revisão de 2010, são os programas “484 – Acesso à Educação Básica de Qualidade” e “485 – Alfabetização e Correção do Fluxo Escolar”.

Os quadros a seguir apresentam as ações inseridas nos Programas 484 e 485, referentes ao acesso à educação básica de qualidade e correção do fluxo escolar, respectivamente.

Quadro 11 – Programa “484 – Acesso à Educação Básica de Qualidade” – Revisão PPA 2010

Ação	Execução
2259 – Avaliação e Monitoramento das Políticas Educacionais para o Ensino Fundamental	Escolas 100% Monitoradas; Realização do acompanhamento Bimestral das aprendizagens, com foco em Português e Matemática.
2263 – PE no Futuro	Realização de reforço escolar de Português e Matemática (Aprender Mais); 30.000 Alunos Beneficiados.
3289 – Consolidação do Cumprimento do Currículo Básico – Ensino Fundamental*	Currículo Básico 100% Consolidado.
3291 – Consolidação do Cumprimento do Currículo Básico - Ensino Médio*	Currículo Básico 100% Consolidado.
3533 – Desenvolvimento de Avaliação Externa dos Alunos do Ensino Fundamental (SAEPE)*	Escolas 100% Avaliadas; Realização de Avaliação Externa (SAEPE) com todos os alunos da 2ª, 4ª e 8ª séries do ensino fundamental.
3534 – Desenvolvimento de Avaliação Externa dos Alunos do Ensino Médio (SAEPE)*	Escolas 100% Avaliadas; Realização de Avaliação Externa (SAEPE) com todos os alunos do 3º ano do ensino médio.

* Não consta no Plano Plurianual 2008-2011. Acrescido na Revisão do PPA em 2010.

Fonte: Pernambuco (2009a). Elaboração própria.

No Plano Plurianual, o programa 484 menciona apenas o termo “Avaliação”, sendo que somente na revisão deste programa ocorre pela primeira vez a menção à nomenclatura

SAEPE, isto é, Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco⁷⁵. Vale ressaltar que esta ação se encontra no programa que versa sobre o acesso à educação básica de qualidade. Deste modo, associa-se a avaliação, da forma com que é implementada no estado, à qualidade da educação.

Para além da ação destinada à avaliação externa ou em conjunto a ela, ressaltam-se ações voltadas ao currículo dos estudantes. Essas visam tanto a consolidação do cumprimento de um Currículo Básico para o Ensino Fundamental e Médio como reforço escolar e acompanhamento das aprendizagens, com foco nas áreas de Português e Matemática.

Quadro 12 – Programa “485 – Alfabetização e Correção do Fluxo Escolar” – Revisão PPA 2010

Ação	Execução
2783 – Correção do Fluxo Escolar do Ensino Fundamental – Anos Iniciais	25.000 Alunos Alfabetizados/Promovidos/Acelerados; Alfabetização de 85% dos alunos do ensino fundamental (1ª a 4ª) atendidos no “Se Liga” e a promoção de 95% dos alunos do ensino fundamental (1ª A 4ª) atendidos no “Acelera”.
2786 – Correção do Fluxo Escolar – Ensino Médio	60.000 Alunos Certificados; Certificação de 70% dos alunos atendidos pelo “Travessia”.
2788 – Alfabetização e Ensino Regular – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Qualificação do Ensino Regular dos anos iniciais (“Alfabetizar com Sucesso”); 145.000 Alunos Alfabetizados.

Fonte: Pernambuco(2009a). Elaboração própria.

Nesta revisão do PPA, as execuções denominam os programas responsáveis pelas ações propostas, por isso, são identificados nomes como “Se Liga”⁷⁶ e “Acelera”⁷⁷ para

⁷⁵ O Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco é um instrumento de avaliação do desempenho dos estudantes da rede pública estadual e municipal. A avaliação é externa e a partir de 2008 a sua realização passou a ser anual. A prova do SAEPE é composta, apenas, pelas disciplinas de português e matemática e é aplicada, somente, em alunos do quinto e nono ano do ensino fundamental e terceiro ano do ensino médio.

⁷⁶ Sobre o programa “Se Liga”, o Instituto Ayrton Senna afirma que “A proposta se destina a estudantes não alfabetizados e em estado de defasagem idade-série matriculados do 3º ao 5º ano do ensino fundamental. Por meio do apoio à formação integral dos educadores, o Se Liga promove a alfabetização plena desses alunos, de maneira integrada ao seu desenvolvimento socioemocional, permitindo que recuperem o atraso e sigam em frente.” Informação disponível em <http://www.institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/Atuacao/se-liga.html> Acessado em 31 de julho de 2018.

⁷⁷ Em relação ao “Acelera”, O Instituto Ayrton Senna declara que “Por meio do apoio às secretarias de educação no campo da gestão e da formação integral de educadores, o Acelera Brasil promove a recuperação da aprendizagem de alunos com distorção idade-série matriculados do 3º ao 5º ano do ensino fundamental. Ao participarem da proposta, os alunos aprendem o suficiente para saltar até dois anos escolares, ao mesmo tempo em que resgatam sua autoestima e desenvolvem outros aspectos socioemocionais.” Informação disponível em <http://www.institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/Atuacao/acelera.html>. Acessado em 31 de julho de 2018

correção do fluxo escolar nos anos iniciais do EF; “Travessia”⁷⁸, para correção do fluxo escolar no EM; e “Alfabetizar com Sucesso”⁷⁹, visando a alfabetização de alunos nos anos iniciais do EF. Cumpre destacar que embora os programas estejam nomeados, não há mais informações sobre eles, sendo possível apenas identificar as instituições as quais estão vinculados nos relatórios anuais de ação de governo.

3.2.2 Revisão do Plano Plurianual de Pernambuco para o ano de 2011

A Lei n.º 14.234, de 13 de dezembro de 2010, revisa o Plano Plurianual do Estado para o exercício de 2011 e dá outras providências. O único anexo do documento, estruturado à semelhança da revisão do ano anterior, apresenta apenas algumas alterações referentes à esfera educacional.

Alguns programas e ações já apresentados na revisão anterior são novamente contemplados para execução no ano de 2011, contudo, também sem informação sobre a previsão orçamentária. Conforme explicitado na revisão anterior, serão consideradas apenas as revisões concernentes às maiores previsões orçamentárias selecionadas para análise do PPA.

Nesse caso, permanecem nessa revisão do PPA para 2011 os programas elencados constantes da revisão anterior: os novos programas, “700 – Gestão da Rede Escolar” e do “701 – Programa de Educação Integral”, e os já destacados no PPA, “484 – Acesso à Educação Básica de Qualidade” e “485 – Alfabetização e Correção do Fluxo Escolar”.

No que se refere aos programas 700 e 701, são explicitadas na revisão do PPA para 2011 as mesmas ações previstas, com poucas alterações quanto ao número de alunos ou escolas a serem atendidas na execução das ações dos programas.

⁷⁸ De acordo com sítio oficial, “O Travessia- Programa de Aceleração de Estudos de Pernambuco configura-se como uma política pública de ensino do governo de Pernambuco cuja finalidade é reduzir a defasagem idade/série dos estudantes do Ensino Médio da Rede Estadual de educação pública. Para efetivação dos objetivos desse programa, a Secretaria de Educação convidou a Fundação Roberto Marinho para atuação junto aos jovens do Ensino Médio com dois anos ou mais de defasagem escolar, por meio da metodologia do Telecurso. O projeto beneficiou, logo no início, 54 mil estudantes e envolveu 2 700 professores que atuaram em 1800 telessalas” Informação disponível em <http://www.travessia.caedufjf.net/travessia-inst/>. Acessado em 31 de julho de 2018

⁷⁹ Sobre o Programa Alfabetizar com Sucesso (PAS) não foram encontradas informações em sítio oficial, entretanto, Claudia Ribeiro (2015), em sua dissertação de Mestrado em que analisa o programa, define o PAS como: “(...) uma política pública educacional que envolve um programa de gerenciamento de dados da aprendizagem nos anos Iniciais do Ensino Fundamental. Teve início em 2003, atendendo os alunos da rede estadual de ensino e só em 2005 passou a atender alunos da rede municipal do estado a partir de parcerias com municípios. Durante os anos 2005 a 2013, o Instituto Ayrton Senna (IAS) foi um dos principais parceiros do PAS.” (RIBEIRO, 2015, p. 8)

Em relação ao programa 484, com objetivo de ampliação da escolaridade e da qualidade da Educação em Pernambuco, com foco no ensino médio profissionalizante, observa-se que as mesmas ações e execuções da revisão anterior são reproduzidas nessa para 2011. Constata-se que a exceção a essa regra é a ação 2263 – PE no Futuro, sobre reforço escolar de Português e Matemática, que não consta mais como ação do referido programa.

Sobre o programa 485, que visa “corrigir a defasagem escolar no ensino fundamental e médio através da melhoria da qualidade do ensino nos anos iniciais, garantindo a alfabetização ao final do primeiro ciclo e a realização de projetos de correção do fluxo escolar”, as ações são as mesmas demonstradas no PPA. A execução também é muito semelhante à apresentada na revisão do ano anterior, conforme quadro a seguir:

Quadro 13 – Programa “485 – Alfabetização e Correção do Fluxo Escolar” – Revisão PPA 2011

Ação	Execução na Revisão do PPA 2011
2783 – Correção do Fluxo Escolar do Ensino Fundamental – Anos Iniciais	Alfabetização de 85% dos alunos do EF (1ª A 4ª) atendidos no “Se Liga” e promoção de 95% dos alunos do Ensino Fundamental (1ª A 4ª) atendidos no “Acelera”; 21.000 Alunos Alfabetizados/Promovidos/ Acelerados.
2784 – Correção do Fluxo Escolar do Ensino Fundamental – Anos finais	Promover a correção do fluxo escolar de alunos de 5ª a 8ª Séries (3º e 4º ciclos) do Ensino Fundamental; Implantação do Projeto Travessia para 5ª a 8ª série; 20.000 Alunos Certificados.
2786 – Correção do Fluxo Escolar – Ensino Médio	Certificação de 70% dos alunos do Ensino Médio atendidos pelo programa “Travessia”; 30.000 Alunos Certificados.
2788 – Alfabetização e Ensino Regular – Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Qualificação do Ensino Regular dos anos iniciais (“Alfabetizar com Sucesso”); 145.000 Alunos Alfabetizados.

Fonte: Pernambuco (2010a). Elaboração Própria.

Na revisão desse programa para o PPA de 2011, reitera-se a prioridade do governo com a política de correção de fluxo escolar, além de se ter registrado, mais uma vez, as denominações dos programas responsáveis pelas ações propostas, por meio das quais se pode chegar aos setores privados envolvidos no processo de execução das políticas educacionais.

Após apresentadas as prioridades educacionais presentes no programa de governo no Plano Plurianual, bem como em suas revisões, optou-se por analisar os relatórios anuais de ação de governo na tentativa de identificar, nestes documentos, a efetivação dos programas supramencionados.

3.3 Relatórios Anuais de Ação de Governo (2007-2010)

O Relatório Anual de Ação de Governo (RAAG) é um documento elaborado pelo poder executivo do estado, cuja finalidade é prestação de contas ao poder legislativo e, portanto, a explicitação anual das ações governamentais.

Deste modo, optou-se pela inclusão dos supracitados relatórios com a intencionalidade de analisar, do ponto de vista documental: informações mais detalhadas sobre os programas e propostas apresentadas nos programas de governo e Planos Plurianuais; possíveis inconsistências entre os dados contidos nos documentos; e, sobretudo, se as prioridades especificadas foram ou não executadas.

Desde 2007, o Governo do Estado de Pernambuco divulga o RAAG, em que apresenta os resultados decorrentes das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual. Na primeira edição, entretanto, a ação governamental foi orientada pelo Mapa de Estratégias, ilustrado na figura abaixo, uma vez que o Plano Plurianual estava em processo de elaboração (PERNAMBUCO, 2008b).

Figura 5 – Mapa de Estratégias de Pernambuco (2007-2010)



Fonte: Pernambuco (2008b, p. 7).

Sobre o modelo de governança “Todos Por Pernambuco”, o documento apresenta alguns dos dados já mencionados no Plano Plurianual: a criação de secretarias; as premissas democráticas e regionalizadas do Modelo de Gestão; e o diálogo com a sociedade civil na consecução de políticas públicas.

O RAAG de Pernambuco, no ano de 2007, denomina-se “Um Pernambuco para todos se faz com todos por Pernambuco”, em alusão ao programa de governo e ao novo modelo de Gestão em processo de implementação no estado.

No relatório, as metas preconizadas pelo Mapa de Estratégias para o quadriênio são utilizadas como referência para que se possa aferir o quanto foi alcançado no primeiro ano de gestão do Governador Eduardo Campos e do Vice-Governador João Lyra.

Nesta primeira autoavaliação da gestão, um dos pontos salientados foi o início da estruturação do modelo de gestão “Todos Por Pernambuco – Gestão Democrática e Regionalizada”. Nesse contexto, mediante a realização de 12 Seminários Regionais, houve, de acordo com o documento, a participação de cerca de seis mil pessoas na discussão do Plano Plurianual 2008-2011 (PERNAMBUCO, 2008b, p. 9).

No Relatório Anual de Ação de Governo (RAAG) de 2007, grifa-se também a criação das Secretarias Especiais Temáticas da Juventude e Emprego, da Mulher, da Cultura e de Esportes, com a finalidade de viabilização de “políticas públicas concretas que alcançam toda a estrutura de governo” (PERNAMBUCO, 2008, p. 9). Ainda no que concerne à administração pública do estado, o documento destaca a criação de uma área de gestão estratégica e:

Convênio com MBC – Movimento Brasil Competitivo, que *reúne instituições públicas e privadas* com o objetivo de promover a melhoria da administração pública. Permitiu a contratação do INDG – Instituto de Desenvolvimento Gerencial, para apoiar um intenso *trabalho de modernização da gestão*, iniciando-se nas áreas de Saúde/Educação/Segurança (PERNAMBUCO, 2008b, p.10, grifos nossos)

No âmbito da educação, “ampliar o acesso à escola, melhorar a qualidade da educação e valorizar a cultura” são componente das “Bases adequadas para o desenvolvimento da cidadania e igualdade de oportunidades”, de acordo com o Mapa de Estratégias. No ano de 2007, o relatório de ação de governo afirma que o investimento na área de educação foi maior do que o dobro dos valores médios nos últimos quatro anos.

Outro ponto notado no relatório é a consolidação do regime de cooperação entre o estado e os municípios, consubstanciado em ações como a implantação de matriz curricular comum, apoio técnico e financeiro aos municípios e o aumento do atendimento de alunos das redes municipais nos programas de alfabetização “Se Liga” e “Acelera” (PERNAMBUCO, 2008b, p.21).

O relatório 2007 também evidencia que foi encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado o projeto de lei “ICMS Educação”, cuja intencionalidade, segundo o documento, é a melhoria dos indicadores educacionais municipais. Isso se daria por meio da modificação dos critérios de repasse da receita proveniente do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e

Serviços (ICMS). Deste modo, os municípios que lograrem melhores resultados no Ideb obterão maiores recursos oriundos do ICMS (PERNAMBUCO, 2008b, p. 21).

No primeiro ano de governo, de acordo com o relatório, foram: investidos R\$110 milhões na reforma de mais de 400 escolas; capacitados 21 mil professores em diversas áreas; nomeados 1.629 professores que aguardavam na lista de espera do último concurso; implantados 562 laboratórios de informática nas escolas; e investidos R\$25 milhões em fardamento e material escolar para alunos da rede estadual de ensino (PERNAMBUCO, 2008b, p. 22-23). Ademais,

O Governo investiu este ano R\$ 23 milhões, nas *parcerias com o Instituto Ayrton Senna e Fundação Roberto Marinho*, para a implantação dos programas de aceleração dos estudos para os alunos que apresentam distorção idade-série. Para o ensino Fundamental, o governo trabalha com os programas Alfabetizar com Sucesso/Circuito Campeão, e com o Se Liga e o Acelera Pernambuco. Para o Ensino Médio, a parceria com a Fundação Roberto Marinho promoveu este ano o atendimento de 21 mil estudantes com o programa Travessia. O Estado gasta R\$ 400 milhões por ano com abandono e repetência. Só no Ensino Médio, 70% dos alunos apresentam defasagem entre a idade e a série que cursam.” (PERNAMBUCO, 2008b, p. 23, grifos nossos)

Os gastos já neste primeiro ano em correção do fluxo escolar expressam o que viria a ser, nesta primeira gestão, o foco prioritário da ação governamental. Assim, em 2007, período ainda de vigência do PPA de Jarbas Vasconcelos, ocorre o gasto de 23 milhões de reais em parcerias com o Instituto Ayrton Senna e com a Fundação Roberto Marinho. Vale ressaltar que o Programa Travessia foi lançado em 2007, enquanto que a presença do IAS no estado é anterior a gestão de Eduardo Campos (RIBEIRO, 2015).

No segundo Relatório de Ação de Governo, são apresentados os resultados mais importantes derivados das prioridades estabelecidas pelo Plano Plurianual no exercício de 2008. De acordo com o documento, o relatório cumpre também a função de:

Atender ao preceito constitucional, artigo 37, inciso XXI da Constituição do Estado de Pernambuco e à Lei nº 13.306, de 01 de outubro de 2007, Lei do PPA 2008-2011, revisada pela Lei nº 13.680, de 10 de dezembro de 2008, prestando contas das ações do governo à Assembleia Legislativa e ao cidadão pernambucano. (PERNAMBUCO, 2009b, p. 4)

Na esfera educacional, o RAAG 2008 apresenta três linhas de atuação: ampliar a qualidade da educação pública; ampliar o acesso à educação e valorizar a cultura. Sobre a primeira linha, o documento destaca que as ações governamentais focalizaram a garantia de

maior eficácia do processo de aprendizagem dos estudantes. Para isso, houve adoção de um currículo mínimo padronizado para a rede, assim como a realização de trabalhos dirigidos para a correção das distorções entre a idade e a série dos estudantes. Com isso,

Só no Ensino Médio, 60 mil jovens⁸⁰ estão tendo a oportunidade de elevar a escolaridade e concluir o ensino regular em 18 meses. No Fundamental, 150 mil estudantes com mais de dois anos de distorção escolar estão se alfabetizando ou acelerando os seus estudos para chegar à série correspondente à idade. (PERNAMBUCO, 2009b, p. 59)

O relatório destaca, também, a implantação de 38 Escolas de Referência mediante investimento de R\$66,8 milhões. Tal medida, de acordo com o documento, compõe o “Programa de Educação Integral”.

É interessante observar que, embora a educação integral não tenha configurado um programa específico no PPA referente ao período 2008/2011, sua presença faz-se notar nas revisões e, a partir de 2008, nos relatórios anuais de ação de Governo, em um movimento crescente no curso das duas gestões de Eduardo Campos.

Outro ponto salientado no relatório é a instituição do Bônus de Desempenho Educacional (BDE)⁸¹, que se constitui, segundo consta no relatório, como incentivo financeiro para os profissionais das escolas que alcançarem metas estabelecidas no Termo de Compromisso assinado pela Secretaria de Educação e pela gestão escolar.

Em 2008, de acordo com o documento, Pernambuco alcançou as cinco metas educacionais estipuladas pelo “Movimento Todos Pela Educação”⁸² e nomeou 2023

⁸⁰ Esse número é diferente do apresentado na revisão do PPA 2010. Apesar de não constar o nome do programa no qual esses jovens estão inseridos, infere-se tratar-se do programa Travessia, tendo em vista que é o Programa de correção do fluxo escolar dirigido para o ensino médio

⁸¹ De acordo com a Secretaria de Educação do estado “O BDE (Bônus de Desempenho Educacional) é o incentivo financeiro para os profissionais de todas as escolas que atingirem as metas propostas. A unidade que alcançar 50% da meta, receberá a metade do bônus, e a partir daí será considerado o intervalo de 10% até atingir 100% da meta.” Informação disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=69>. Acesso em: 22 out. 2018.

⁸² Segundo sítio oficial “O Todos é um movimento da sociedade civil que coloca a Educação de qualidade acima de tudo e trabalha de forma plural, unindo pessoas, especialistas, instituições e governos de diferentes visões políticas em torno do mesmo objetivo: a melhoria da Educação Básica no Brasil inteiro” seus mantenedores: Fundação Bradesco; Itaú Social; Fundação Telefônica Vivo; Instituto Unibanco; Itaú BBA, Fundação Lemann, Instituto Pennsula; Instituto Natura; Milú Villela e Marcelo Kishimoto . Como parceiros: Editora Moderna; Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Patri Políticas Públicas; J Walter Thompson; Movimento Arredondar; E-Next; Fundação Educar DPaschoal; Família Johanpeter; Gol linhas aéreas; Ideia Big data. 5 metas são: Toda Criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano; Todo Jovem de 19 anos com o ensino médio concluído; Investimento em Educação Ampliado e bem gerido. Informações disponíveis em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/home>. Acessado em 22 de outubro de 2018

professores concursados. Também foram oferecidas 29 mil capacitações em diversas áreas do conhecimento.

No que concerne à ampliação do acesso à educação, o relatório destaca “a universalização do fornecimento da merenda escolar, dos kits escolares e livros didáticos, complementado por investimentos em melhor infraestrutura, como reforma, manutenção e construção de unidades” (PERNAMBUCO, 2009b, p. 62).

Embora haja no RAAG 2008 menção ao cumprimento das 5 metas estabelecidas pelo “Movimento Todos Pela Educação”, não há, nas fontes documentais analisadas, indícios de outras formas de atuação da organização no período analisado.

O Relatório de Ação de Governo de 2009, no que tange à esfera educacional, é iniciado com a apresentação dos dados do INEP concernentes ao Ideb. De acordo com o relatório, em referência às informações do instituto, em 2005 Pernambuco apresentou o pior desempenho dentre os estados brasileiros no Ideb, de 5ª a 8ª série.

Segundo o RAAG 2009, Pernambuco “apresentava ainda altos percentuais de defasagem entre idade e série, elevados índices de evasão e repetência e taxa de analfabetismo inadmissível” (PERNAMBUCO, 2010b, p. 101). Tais indicadores demonstravam “uma condição de fragilidade na gestão da educação pública em nosso Estado” (PERNAMBUCO, 2010b, p. 101).

O documento retoma as ações implementadas desde o início da gestão, destacando: as reformas prediais, a adoção do currículo mínimo, as medidas para correção da distorção entre a idade e série dos estudantes, e programas de redução de analfabetismo de jovens e adultos.

O relatório afirma, explicitamente, que medidas gerenciais foram adotadas para qualificar o processo de ensino-aprendizagem, como “a adoção de sistemática de medição dos resultados do sistema para identificar e corrigir pontos críticos” (PERNAMBUCO, 2010b, p. 102).

Deste modo, com foco nos resultados educacionais, o governo tem atuado, segundo o relatório, na melhoria das condições de trabalho e ferramentas para os profissionais da educação. Por meio de fardamento, alimentação, materiais e apoio aos estudos tem-se assegurado recursos para potencializar o desempenho discente, assim, “a *tônica gerencial* e a abordagem sistêmica são os elementos norteadores das diretrizes e ações nesta área básica e prioritária.” (PERNAMBUCO, 2010, p. 102, grifos nossos)

Sobre os programas de correção do fluxo escolar implementados em 2007, o relatório apresenta a seguinte tabela referente aos números de alunos atendidos por programas:

Tabela 3 – Número de alunos atendidos nos programas de correção de fluxo escolar – Pernambuco (2007-2009)

Programa	2007	2008	2009	Total
Travessia	15.000	35.000	35.000	85.000
Se Liga	21.007	22.150	18.433	61.590
Acelera	7.950	9.282	9.326	26.558

Fonte: Secretaria da Educação de Pernambuco, citada pelo Relatório anual de ação de governo 2009 (PERNAMBUCO 2010b, p 105).

Ainda segundo o relatório, em 2009 foi criado o programa “Aprender Mais”⁸³ para oferta de reforço escolar no contraturno — com base nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE)⁸⁴, de 2008 — aos alunos que não alcançaram as metas estipulados no exame. O documento retoma, ainda, que em 2007 foram suspensas as licenças sem vencimentos para que não houvesse falta de docentes nas localidades mais necessitadas. Traz também que, em virtude da elevação do IDEPE, 18.570 professores e agentes administrativos ganharam Bônus de Desempenho Educacional.

Outro ponto salientado no documento é o aumento das escolas integrais, que atendiam em 2006 o total de 4.600 alunos e, em 2009, ampliaram este número para 74.134 alunos. De acordo com o relatório,

O Programa oferece uma jornada ampliada de aulas, vivência laboratorial e a garantia das três refeições diárias aos jovens das Escolas de Referência da rede estadual de ensino. No modelo integral, o estudante do ensino médio passa o dia inteiro na escola, com aulas nos dois turnos – são 45 horas/aula semanais. Os professores lotados nessas unidades também têm remuneração diferenciada, já que trabalham com regime de exclusividade. (PERNAMBUCO, 20010b, p. 109)

Ainda no relatório de 2009, consta informação sobre um contrato de financiamento com o Banco Mundial⁸⁵ para a captação de US\$154 milhões para aplicação no Projeto de

⁸³ O programa “Visa atender aos/as estudantes da 4ª série/5º ano, 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio das escolas estaduais que apresentam defasagem e/ou dificuldades de aprendizagens em relação aos conteúdos ministrados e prescritos no currículo escolar.” Informação disponível em : http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/750/projeto_aprender_mais.pdf Acessado em 22 de outubro de 2018.

⁸⁴ De acordo com sítio oficial da Secretaria de Educação do estado “O IDEPE (Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco) é um índice criado pela Secretaria de Educação do Estado, composto pela combinação dos resultados do SAEPE e do fluxo escolar, para avaliar o desempenho dos alunos da rede.” Informação disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=69> Acessado em 21 de outubro de 2018

⁸⁵ Informações sobre o empréstimo disponível em: <http://projects.worldbank.org/P106208/pe-swap-pernambuco-educ-results-account-pera?lang=en>. Acesso de 20 de setembro de 2018

Desenvolvimento da Educação e da Gestão Pública no Estado de Pernambuco. De acordo com o documento, os recursos são destinados para obtenção de mobília, instalação de laboratórios de informática, biblioteca, formação de professores e gerenciamento das ações com foco em resultados. O relatório observa ainda que:

O Projeto foi elaborado neste Governo e traz metas a serem cumpridas até 2012: 221 escolas serão adequadas aos padrões básicos de engenharia sugeridos pelo MEC e mais de 230 mil estudantes da rede, nos três níveis de ensino, passarão por cursos para acabar com a distorção idade-série. Destes alunos, 63 mil serão atendidos no próximo ano, 82,5 mil em 2011 e 87,5 mil em 2012. (PERNAMBUCO, 2009, p. 110)

O Relatório de 2010 (PERNAMBUCO, 2011a) segue a estrutura do relatório anterior — rememorando as políticas educacionais implementadas desde 2007 — e atualiza alguns dados. Afirma também que, em 2010, 30 mil alunos concluíram o Ensino médio por meio do Programa Travessia, implantado para alunos da 5ª a 8ª série do ensino fundamental. O documento notabiliza, ainda, o desempenho no Ideb no período de 2005 a 2009, o qual evidencia, conforme explicitado no capítulo anterior, que as metas pactuadas com o Ministério da Educação para o ano de 2011 foram alcançadas em 2009. Por fim, sublinha o lançamento do “Projeto Educar”⁸⁶ no escopo da operação de crédito efetuado junto ao Banco Mundial, em 2009.

Nos relatórios de ação de governo deste quadriênio, observa-se um tom propagandístico a despeito de ser um documento oficial de prestação de contas ao legislativo do estado. Há também divergências de dados registrados no PPA, e os conveniamentos com instituições privadas são apresentados de forma explícita e benéfica para administração pública estadual.

3.4 Análise da Primeira Gestão de Eduardo Campos (2007-2010)

O Modelo de Gestão Pública vislumbrado pelo Programa de Governo “Um Novo Pernambuco”, constituído pelos eixos: Organização Gerencial; Democratização da Relação com Servidores Públicos; e Sistema de Controle das Funções Estatais, materializa-se,

⁸⁶ De acordo com a secretaria de educação “O Projeto de Desenvolvimento da Educação e Gestão Pública no Estado de Pernambuco – Projeto EDUCAR é um projeto de desenvolvimento da Educação e do Setor Público e tem como principais objetivos: Melhorar a qualidade, a eficiência e a equidade da educação pública em Pernambuco; e Proporcionar reformas gerenciais que conduzam a uma maior eficiência no uso dos recursos públicos no setor Educação.” Informação disponível em : <http://www.educacao.pe.gov.br/educar/?pag=1&men=16> Acesso em 03 de Outubro de 2018

conforme explicitado na seção 2.3 deste trabalho, no modelo de Gestão “Todos por Pernambuco”, no qual o foco encontra-se nos resultados e a tônica da administração pública é explicitada por meio de mensuração de dados.

Já no primeiro ano de Eduardo Campos como governador de Pernambuco, no processo de implementação deste modelo de gestão, há conveniamentos com o MBC e a contratação do INDG. Isso revela que a participação das instituições privadas não se resume às políticas educacionais, mas estão relacionadas também à administração pública como um todo.

Convém reiterar que, conforme Melo (2015) e Silva (2013), as reformas administrativas implementadas no estado na gestão de Eduardo Campos, embora apareçam em documentos oficiais com tônica inovadora, consolidam políticas gerenciais já existentes no governo anterior, de Jarbas Vasconcelos.

O Programa 483 do PPA versa sobre o ordenamento de modernização da rede escolar e possui a terceira maior previsão orçamentária para a educação no quadriênio (2008-2011). Tal programa prevê, entre suas ações, implementação de tecnologias na rede de modo a torná-la mais eficiente e eficaz. Vale ressaltar que, embora não faça menção ao INDG e ao MBC, em 2007, com o apoio dessas duas instituições, o estado iniciou o Programa de Modernização da Gestão Pública (PMGP). A este propósito, a secretaria de educação afirma:

É o programa que está focado na melhoria dos indicadores educacionais do Estado, trabalhando a gestão por resultados. Ele tem como objetivo consolidar nas unidades de ensino, a cultura da democracia e da participação popular, baseada em diagnóstico, planejamento e gestão. Esse trabalho vem sendo desenvolvido em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC) e o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG) (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO)⁸⁷

Vale ressaltar que no dentro do programa são inseridas as medidas de avaliação e bonificação, e é neste contexto que são pactuadas metas para o desempenho das escolas (MELO, 2015, SILVA 2013). Assim, em 2008, mediante a Lei n.º 13.486/2008 e o Decreto n.º 32.300/2008, o Bônus de Desempenho Educacional (BDE) foi instituído e regulamentado:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado de Pernambuco, o Bônus de Desempenho Educacional - BDE, correspondente a uma premiação por resultados, destinado aos servidores lotados e em exercício nas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino, em função do seu desempenho no processo educacional, de acordo com metas e condições fixadas em decreto do Poder Executivo.

⁸⁷ Disponível em <http://www.educacao.pe.gov.br/porta1/?pag=1&men=69> Acessado em 15 de outubro de 2018

A bonificação é condicionada à nota da escola no IDEPE, cujo cálculo é feito à semelhança do Ideb, no qual se realiza a multiplicação da nota média do SAEPE na escola pelas taxas médias de aprovação no ciclo avaliado. Tal iniciativa, além de gerar competitividade, revela-se ineficiente para melhoria da educação (FREITAS, 2012; MELO, 2015; SILVA 2013).

Cumprе enfatizar que, em fluxo escolar, a previsão orçamentária para o quadriênio ultrapassa R\$113 milhões, e tal gasto, já iniciado no primeiro ano de gestão, é explicitado no PPA (2008-2011) como prioridade educacional. Assim, o investimento em correção escolar desempenha, também, a função de auxiliar na elevação da nota do IDEPE, uma vez que para o seu cálculo, a semelhança do Ideb, é realizada a multiplicação da nota média do SAEPE na escola pelas taxas médias de aprovação no ciclo avaliado (SILVA, 2013).

Conforme descrito no RAAG 2007, já no primeiro ano da gestão de Eduardo Campos ocorre o investimento de R\$23 milhões dos cofres do estado em conveniamentos com o Instituto Ayrton Senna e Fundação Roberto Marinho, por meio dos programas “Alfabetizar com Sucesso/Circuito Campeão”, “Se Liga”, “Acelera Pernambuco” e “Travessia”.

Destaca-se, sobre o empréstimo realizado junto ao Banco Mundial, que segundo informações constantes no sítio do Tribunal de Contas do estado de Pernambuco⁸⁸, a atuação do banco, no âmbito da educação pública do estado, ocorre também mediante apoio de programas do PPA:

O Projeto EDUCAR possui dois objetivos centrais: melhorar a qualidade, a efetividade e a equidade da educação pública em Pernambuco; e proporcionar reformas gerenciais que conduzam a uma maior eficiência no uso dos recursos públicos no setor Educação. Por se tratar de uma operação com abordagem setorial ampla (denominada "SWAp"), a execução do Projeto EDUCAR se propõe a apoiar diversos programas constantes do Plano Plurianual de Pernambuco. Isso se dá de forma descentralizada, por meio de ações desenvolvidas conjuntamente pela SEPLAG (coordenadora do Projeto), pela Secretaria de Educação e pela Secretaria de Administração (*Diário Oficial de Pernambuco, 2012*).

A princípio, no Programa de Governo são destacadas como preocupações para a educação a expansão da escolaridade e diminuição das taxas de analfabetismo no estado. Neste documento, grifa-se o desempenho no Ideb e a educação em tempo integral que ainda

⁸⁸ Disponível em: [vhttp://www2.tce.pe.gov.br/internet.old/index.php/component/content/article/46-noticias/2012/julho/960-tce-conclui-auditoria-em-convenio-do-bird-com-o-governo-do-estado](http://www2.tce.pe.gov.br/internet.old/index.php/component/content/article/46-noticias/2012/julho/960-tce-conclui-auditoria-em-convenio-do-bird-com-o-governo-do-estado). Acesso em: 13 nov. 2018.

não apareciam como prioridades, o que vai mudar no curso da primeira gestão.

No âmbito da educação infantil, no programa de governo foi proposta maior articulação com as municipalidades. Para o ensino fundamental, propôs-se que o estado garanta a universalização e, atinente ao ensino médio, explicitou-se a necessidade de sua expansão em concomitância com o ensino profissionalizante e a criação da “Bolsa Estágio”⁸⁹ para estudantes de baixa renda.

No PPA, por sua vez, a correção do fluxo escolar adquire centralidade, os mecanismos de avaliação e bonificação são robustecidos e, no curso da gestão, regulamentados.

É interessante ressaltar que o Programa de Educação Integral, que aparece na revisão do PPA 2009, é criado como política pública de estado em 2008, mediante Lei Complementar n.º 125, de 10 de julho de 2008. Nesse contexto, apesar do ICE se articular ao PNE no que concerne à educação integral⁹⁰, em Pernambuco, origem da instituição, não foram localizadas, informações que atestem a sua permanência e atuação na esfera da educação básica estadual nas fontes documentais analisadas.

Por outro lado, outras instituições ganham proeminência, a saber: Fundação Roberto Marinho; Instituto Ayrton Senna; Movimento Brasil Competitivo; Instituto de Desenvolvimento Gerencial e Banco Mundial — mediante empréstimo e apoio na consecução do PPA. O Movimento Todos Pela Educação, por sua vez, é apenas mencionado no RAAG 2008, mas pode ter uma participação maior do que a apresentada pelo documento.

Cabe, todavia, a observação de que ocorre em Pernambuco, nesta série histórica, um alinhamento com o Governo Federal, expresso tanto na gestão da administração pública do estado, que se assemelha com a do país, quanto mediante a apreciação feita no Plano Plurianual das políticas econômicas e sociais brasileiras, em que se destacam o PAC e o Bolsa Família, como importantes propulsores de desenvolvimento e distribuição de renda, respectivamente.

Nesse sentido, embora as fontes documentais se autodeclarem como gerenciais e, em diversos documentos, os valores de eficiência e eficácia sejam reiterados, os focos prioritários nos extratos mais vulneráveis da população, apresentados pelo Mapa de estratégia desta gestão (Figura 5), conjugado com as medidas apresentadas nos relatórios de ação de governo

⁸⁹ Sobre este programa, não foram encontradas informações em nenhum dos documentos analisados.

⁹⁰ Alinhado à Meta 6º do Plano Nacional de Educação – PNE, o ICE apoia os governos, nos âmbitos estadual e municipal, na constituição de redes de ensino para oferta de escolas em tempo integral, através de um Modelo de Escola que demanda a ampliação do tempo de permanência dos estudantes e de toda a comunidade escolar. (Instituto de Corresponsabilidade pela Educação- Disponível em: <http://icebrasil.org.br/escola-da-escolha/> Acessado em 01 de agosto de 2018)

como a universalização de fornecimento de uniformes, merendas e kits escolares, não representam ações características da NGP.

Vale ressaltar que, como os relatórios anuais de ação de governo foram incluídos na pesquisa com o interesse de aprofundamento dos dados explicitados nos programas de Governo e Planos Plurianuais, cada uma das iniciativas citadas na esfera educacional demandaria esforços específicos de verificação de possíveis formas de privatização. É sabido que tal fato extrapola os objetivos desta pesquisa, mas revela-se de suma importância.

4 A SEGUNDA GESTÃO DE EDUARDO CAMPOS (2011- 2014)

Este capítulo, de maneira semelhante ao anterior, está particionado em quatro seções. Deste modo, discorre-se sobre a segunda gestão de Eduardo Campos⁹¹ (PSB) como governador do estado de Pernambuco, que ocorreu entre 2011 e 2014. Na primeira seção, será abordado o programa de governo “O Novo Pernambuco: melhor para trabalhar, melhor para viver (2011-2014)”, e, na seguinte, dialoga-se sobre o Plano Plurianual do estado (2012-2015). Na terceira, serão apresentados os relatórios anuais de ação de governo referentes a esta gestão e, por último, serão tecidas considerações sobre esta segunda gestão de Eduardo Campos.

4.1 Programa de Governo “O Novo Pernambuco: melhor para trabalhar, melhor para viver” (2011-2014)

Em 2010, Eduardo Campos foi reeleito, no primeiro turno, com 82,84% dos votos válidos⁹². Novamente com a coligação Frente Popular de Pernambuco⁹³, apresenta, desta vez, o programa de governo “O Novo Pernambuco: melhor para trabalhar, melhor para viver”, em continuidade ao programa de governo anterior. A estrutura deste documento, descontando-se “Apresentação” e “Introdução”, é dividida em três áreas estratégicas: a) “Qualidade de Vida”; b) “Nova Economia”; e c) Estado do Fazer”. Na apresentação do documento, assinada somente pelo governador, Eduardo Campos afirma:

Submeto à apreciação da sociedade pernambucana uma síntese do aprendizado acumulado pelo conjunto de partidos e colaboradores que participaram da construção de um projeto de desenvolvimento que considera, por um lado, a reversão das desigualdades que historicamente condicionaram um ambiente socioeconômico concentrador e excludente, por outro lado, a necessidade de preparar as bases para um novo ciclo e crescimento econômico com inclusão social, inserção na economia do conhecimento e da inovação, fortalecendo a identidade cultural de nossa gente (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2010 p. 4)

⁹¹ João-Lyra (PDT), Vice-governador, concluiu o mandato em 2014, posto que, Eduardo Campos renunciou ao cargo de governador para disputar eleições presidenciais. Campos faleceu durante processo eleitoral em acidente aéreo.

⁹² Informação disponível em: <http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010-1/consultas-de-resultado>. Acessado em 31 de outubro de 2018

⁹³ Diferentemente da eleição anterior, a Frente Popular de Pernambuco teve sua composição ampliada, passando a ser formada pelos Partidos: Socialista Brasileiro -PSB; Democrático Trabalhista -PDT; Trabalhadores- PT; Progressista-PP; Trabalhista Brasileiro- PTB; Social Liberal- PSB; da República- PR; Social Democrático cristão-PSDC; Humanista da solidariedade-PHS, Cristão-PC; Republicano Progressista PRP; Comunista do Brasil PCdoB e Republicano Brasileiro PRB

Neste programa de governo, portanto, a tônica da proposta para a gestão é o avanço na diminuição de desigualdades e a inserção do estado de Pernambuco na economia do conhecimento, em prosseguimento do trabalho iniciado em 2007:

Este documento expressa, portanto, proposta de continuidade de uma trajetória que observou os compromissos assumidos perante a sociedade, pavimentando o caminho para saltos qualitativos em direção ao futuro desejado para todos os pernambucanos. Resgatamos as linhas gerais que conduziram a ação do Governo em cada área de atuação, para reafirmar o rumo e a direção do que está sendo feito, como plataforma para avançar no que deve ser concluído e em novas frentes que precisam ser abertas. (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2010 p.5)

Na introdução do documento, é realizada, sinteticamente, uma explanação dos “avanços” obtidos na primeira gestão de Eduardo Campos, que teriam sido impulsionados pelo modelo “Todos por Pernambuco”. No que concerne aos investimentos na esfera educacional, é enfatizada a implantação de 13 novas Escolas Técnicas, das quais 7 são estaduais, e a instituição de 147 novas Escolas de Referência.

No primeiro capítulo, é encontrada a área estratégica “Qualidade de Vida: uma vida melhor para todos os pernambucanos”, em que se localizam “as intervenções voltadas para garantir bens e serviços públicos de qualidade para todos os pernambucanos” (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2010, p. 7). O segundo capítulo, com a área estratégica intitulada “Nova Economia: oportunidade para todos os pernambucanos”, aborda as questões concernentes ao modelo de desenvolvimento econômico implementado no estado. O terceiro, denominado “O Estado do Fazer: capacidade de gerar resultados para todos os pernambucanos”, versa sobre a administração pública do estado.

A esfera educacional é abordada dentro da área estratégica “Qualidade de Vida”, com apresentação de informações da situação encontrada na primeira gestão de Eduardo Campos e os avanços até então obtidos. Desta maneira, reportando-se aos dados do INEP, o documento apresenta que no ano de 2005 o estado obteve o pior desempenho no Ideb em âmbito nacional, considerando os anos finais do ensino fundamental e que a rede estadual apresentava grandes percentuais de defasagem entre idade e série.

O documento afirma, ainda, que havia elevados índices de evasão, repetência e analfabetismo. Na área educacional, o enfoque de atuação no primeiro governo de Eduardo Campos foi, a princípio, de adequações físicas das estruturas das escolas, sendo realizadas mais de 2 mil intervenções de recuperação das unidades. Em seguida, foram

implementados os programas que se dirigiram “para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem e a implementação de uma cultura e de instrumentos para a melhoria da gestão escolar” (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2010 p.12).

Segundo o programa de governo, em relação à gestão escolar estabeleceu-se uma grade curricular mínima para as escolas da rede, com implementação de avaliação bimestral com notas e aferição anual do desempenho de todas as escolas. Isso efetivou-se por meio da realização do SAEPE e do IDEPE, bem como criação do Bônus de Desempenho Escolar (BDE), que premia com 14º salário os profissionais das escolas que atingiram suas metas de melhoria preconizadas pelo SAEPE. De acordo com o documento,

Pernambuco encontrou o caminho da boa educação. Segundo o SAEPE 2009, 85% das escolas atingiram mais da metade de suas metas de melhoria e fizeram jus ao BDE contra um percentual de 51% no ano anterior. Nesta mesma avaliação, o Estado atingiu, já em 2009, as metas estabelecidas para o ano de 2011 pelo MEC para o Ideb, tanto no Ensino Fundamental, como no Ensino Médio. (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2010 p.12)

Para a correção do fluxo escolar, em setembro de 2007, foi implantado o programa Travessia, em parceria com a Fundação Roberto Marinho. De acordo com o programa de governo, esta iniciativa possibilitou a conclusão do ensino médio para 12 mil estudantes e atuou de modo complementar aos programas “Se liga” e “Acelera”. Esses, em parceria com o Instituto Ayrton Senna, operaram no processo de diminuição da defasagem entre idade e série no ensino fundamental. O documento afirma, ainda, que:

No período 2007/2010, foi ampliado em 1.100% o número de Escolas de Referência, expandindo-se de 13 unidades encontradas em 2006, para 160 em funcionamento em 2010, atendendo 74 mil alunos, 70 mil a mais do quantitativo atendido em 2006 no escopo do Programa de Educação Integral (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2010 p.13)

No programa de governo, como desafio para o quadriênio 2011-2014, insere-se a universalização da oferta do ensino público de qualidade, “elevando todas as unidades educacionais ao padrão desejável, com educação integral, em dois turnos, no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio.” (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2010, p.15)

No documento, salienta-se como desafio a elevação dos índices educacionais e, como estratégia para alcançar tal objetivo, insere-se a universalização das escolas de referência. Em termos de propostas, para o período de 2011 a 2014 objetiva-se a criação de mais 140 escolas de referência, das quais 105 devem funcionar em regime integral (60 unidades funcionavam

na época) e 35 em regime semi-integral (em 2010, eram 100 unidades).

Do ponto de vista do currículo, é proposta sua adequação à realidade do meio rural. No que tange à formação de professores, o programa de governo afirma que serão firmadas parcerias com os municípios para formação continuada e, em âmbito da rede estadual, serão realizadas capacitações para os docentes difundirem conteúdos de formação cidadã e de educação sexual.

No que tange ao modelo de gestão pública implementado no estado, o programa de governo afirma que, por meio de indicadores sociais, é possível comprovar a eficácia do “Todos por Pernambuco”, visto que estes foram “medidos tanto por fontes externas quanto por fontes internas do Governo, apresentaram leituras sensivelmente melhores nos últimos quatro anos” (FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO, 2010 p.98).

Após esta exposição, será abarcado o Plano Plurianual para a segunda gestão de Eduardo Campos, a fim de examinar se as propostas explicitadas no programa de governo compõem o planejamento orçamentário para o quadriênio 2012-2015.

4.2 Plano Plurianual (2012-2015)

A Lei n.º 14.532, de 9 de dezembro de 2011, em cumprimento ao que preceitua a constituição do estado de Pernambuco, dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015. O documento é composto por dois anexos: o primeiro versa sobre o ciclo de desenvolvimento do Estado, o modelo de gestão e o processo da elaboração do Plano Plurianual; o segundo, por sua vez, ocupa-se da estratégia 2012-2015 para Pernambuco, seus objetivos estratégicos e a estrutura programática e regionalizada dos órgãos.

Na apresentação do primeiro anexo é explicitada a ideia de construção coletiva e democrática do Plano Plurianual que, de acordo com o documento, “representa um avanço significativo e inovador no âmbito da administração pública brasileira” (PERNAMBUCO, 2011b p. 3).

No Plano Plurianual, o cenário mundial é caracterizado como “adverso”, tendo em vista o amplo desemprego e a crise ambiental, econômica e social. Neste contexto, entretanto, o Brasil tem se colocado de forma apropriada:

Portanto, o contexto mundial marcado por instabilidade, crises, e grande sofrimento para muitos, deixa um alerta de preocupação e obriga a todos a conviver com a incerteza, mas clama, sobretudo por novos posicionamentos.

E o Brasil tem se reposicionado adequadamente neste ambiente. (PERNAMBUCO, 2011b p.5).

No que concerne ao aspecto econômico brasileiro, o documento afirma que, no final do século XX, foi firmado o processo de abertura política a despeito da crise da dívida externa. Tal fato atenuou a aquiescência do país aos preceitos neoliberais, ainda que este tenha passado por profuso processo de privatização:

O mergulho do Brasil na crise da dívida externa nos anos 80 do século XX, crise esta que afetou principalmente o setor público brasileiro, fragilizando-o, coincidiu com a consolidação do processo de abertura política que consegue se firmar, mesmo num ambiente econômico adverso. Consegue, assim, a sociedade brasileira, reduzir o grau de adesão do país à cartilha neoliberal que se impunha mundo afora. Mesmo assim, não escapamos de um processo de privatização amplo, de uma abertura comercial e financeira rápida e do desmonte do Estado, acossado por uma dívida pública que crescia rapidamente, impondo cortes nas políticas públicas. (PERNAMBUCO, 2011b, p. 7)

Consta no documento que, nesse período, Pernambuco sofreu com os impactos do contexto nacional principalmente no setor da indústria, com a privatização do sistema siderúrgico ocorrido na década de 1990. Como consequência, as taxas de crescimento anuais do estado, entre 1985 e 2005, foram inferiores à média nacional nesta mesma série histórica (PERNAMBUCO, 2011b, p.7).

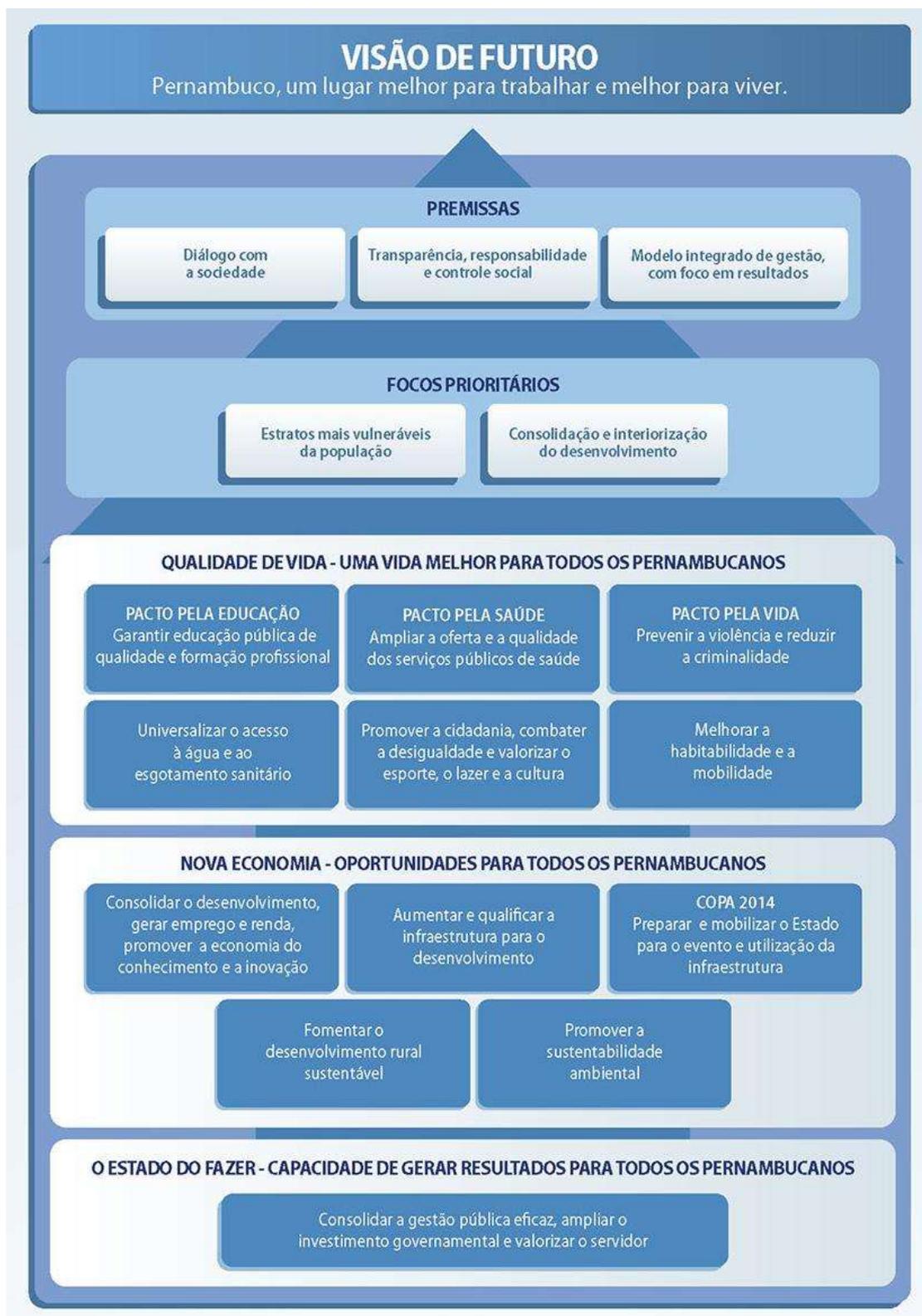
No início do século XXI, entretanto, em decorrência de políticas nacionais voltadas para regiões mais pobres do país — dentre as quais se inserem políticas de transferência de renda, somadas à alteração das políticas de refino e compras da Petrobrás —, ocorreu no estado a retomada de seu crescimento (PERNAMBUCO, 2011b, p. 8). O documento afirma, ainda, a importância do PAC na economia estadual e, no que concerne aos gastos públicos,

(...) cabe uma referência ao esforço realizado pelo Governo Estadual. Num ambiente de receita em ascensão, impulsionada pelo bom desempenho da economia, e mantendo as despesas com pessoal dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (51,2 % em 2006 e 51,8% em 2010) e com a relação Dívida/Receita Corrente Líquida em declínio (67,5% em 2006 para 48,8% em 2010), o Governo amplia sua capacidade de investimentos. (PERNAMBUCO, 2011b p. 11)

O PPA apresenta, assim como em outros documentos oficiais, o modelo de gestão “Todos por Pernambuco”, abordado no segundo capítulo deste trabalho. Cumpre enfatizar que

ao apresentar o modelo de gestão, explicita-se, também, o Mapa de Estratégias para o quadriênio 2011-2014:

Figura 6 – Mapa de Estratégias de Pernambuco (2011-2014)



Fonte: Pernambuco (2011b, p. 23).

Da figura, para a esfera educacional destaca-se o “Pacto pela Educação – Ofertar Educação de Qualidade para todos, com foco na qualificação profissional”. O objetivo de tal pacto centra-se, de acordo com o segundo anexo do PPA,

Numa política de educação pública de qualidade, como requisito para alcançar os padrões desejados, estimulando a medição de resultados e avaliação de desempenho que permitam acompanhar a evolução dos indicadores educacionais. (PERNAMBUCO, 2011c, p.279)

Neste contexto, de forma declarada para a educação básica, inserem-se os programas: Ampliação do Acesso à Educação Básica da Rede Pública; Ampliação do Acesso à Educação Básica da Rede Pública no Meio Rural; Ampliação do Acesso ao Programa de Educação Integral e Educação Profissional; Melhoria da Gestão da Rede Escolar; Melhoria da Qualidade da Educação Básica da Rede Pública; Promoção da Cidadania no Ambiente Escolar; Valorização dos Profissionais da Educação e Implantação da Política de Formação Continuada.

Todos os programas da competência da Secretaria da Educação são apresentados juntos, sem separação por etapas e/ou modalidades a que se destinam. Diferentemente do PPA anterior, em alguns programas além das ações são apresentadas medidas para execução destas. À semelhança da análise realizada sobre a gestão anterior, a seguir, apresenta-se uma tabela de previsão orçamentária, somente com os programas que versam sobre a educação básica:

Tabela 4 – Programas para Educação Básica e previsão orçamentária – valores nominais (2012-2015) – Relatório de Custos dos Programas por Órgão

Secret. Vinc.	Programa	Total 2012*	Total 2013-2015*	Total Geral*
1400	Secretaria da Educação			
913	Ampliação do Acesso à Educação Básica da Rede Pública	201.753.400,00	746.354.200,00	948.107.600,00
915	Ampliação do Acesso à Educação Básica da Rede Pública no Meio Rural	5.576.300,00	19.657.000,00	25.233.300,00
918	Ampliação do Acesso ao Programa de Educação Integral e Educação Profissional	160.705.800,00	542.592.500,00	703.298.300,00
1027	Melhoria da Gestão da Rede Escolar	330.687.700,00	1.157.287.400,00	1.487.975.100,00
1032	Melhoria da Qualidade da Educação Básica da Rede Pública	1.264.991.100,00	4.421.110.800,00	5.686.101.900,00
701	Programa de Educação Integral	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
1045	Promoção da Cidadania no Ambiente Escolar	1.545.800,00	5.450.000,00	6.995.800,00
261	Valorização dos Profissionais da Educação e Implantação da Política de Formação Continuada	103.040.300,00	363.179.900,00	466.220.200,00
TOTAL		2.069.300.400,00	7.255.631.800,00	9.324.932.200,00

* Os valores financeiros apresentados estão calculados a preços correntes (Art. 4º Lei 14.532/2011).
Fonte: Elaboração própria com base em Plano Plurianual 2012-2015(PERNAMBUCO, 2011c)

Com base nas informações anteriormente demonstradas, serão discutidas as ações e medidas que compõem os programas com as cinco maiores previsões orçamentárias. Conforme explicitado na Tabela 4, a maior previsão orçamentária é a do Programa “1032 – Melhoria da Qualidade da Educação Básica da Rede Pública”, cujo valor, para o quadriênio, é de R\$5.686.101.900,00. Esse programa é composto pelas ações e medidas explicitadas no quadro a seguir:

Quadro 14 – Ações e Medidas do Programa “1032 – Melhoria da Qualidade da Educação Básica da Rede Pública” (PPA 2012-2015)

Ação	Medida
1137 – Cooperação Técnico-Pedagógica e Financeira à Rede Municipal de Ensino	Implantação de programa de formação continuada em educação infantil.
4118 – Disponibilização de Recursos Instrucionais	Implantação de laboratórios móveis nas escolas, distribuição de computadores portáteis para alunos da rede pública do ensino médio e implantação de lousas interativas nas escolas técnicas.
4439 – Melhoria da Eficácia da Aprendizagem do Ensino Médio – Padrão de Desempenho	Realização do acompanhamento bimestral das aprendizagens, com foco em Português e Matemática; Realização de Avaliação externa (SAEPE) com todos os alunos do Ensino Médio; Certificação dos alunos do Ensino Médio atendidos pelo Travessia; Cumprimento do Currículo Básico – Ensino Médio; Implantação do Projeto Pernambuco Educação Musical para o ensino de música em todas as escolas da Rede Estadual; Implantação de núcleo de Línguas nas Escolas; Implantação do Novo Modelo de Governança Escolar; Projeto Ganhe o Mundo – Intercâmbio de alunos em outros países.
4051 – Melhoria da Eficácia da Aprendizagem Ensino Fundamental – Padrão de Desempenho	Qualificação do Ensino Regular dos anos iniciais (Alfabetizar com Sucesso); Realização de Avaliação Externa (SAEPE) com todos os alunos da 2 ^a , 4 ^a e 8 ^a séries do ensino fundamental; Ações de alfabetização e promoção dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental no “Se Liga” e “Acelera”; Certificação dos alunos do ensino fundamental atendidos pelo Travessia; Cumprimento do Currículo Básico – Ensino Fundamental; Ampliação da Olimpíada de Jogos Educacionais; Implantação da Educação Semi-Integral para o Ensino Fundamental nos Municípios.

Fonte: Pernambuco (2011c). Elaboração própria.

Neste PPA, observa-se que a configuração dos programas é modificada, com destaque para a correção do fluxo escolar que deixa de ser apresentada como um programa e passa a ser uma ação dentro do programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica da Rede Pública. Neste contexto, também estão inseridas as avaliações e outros, como medidas associadas à qualidade da educação básica.

A segunda maior previsão orçamentária para a educação básica no quadriênio, de R\$1.487.975.100,00, corresponde ao programa “1027 – Melhoria da Gestão da Rede Escolar”, cuja composição é formada pelas ações e medidas descritas no quadro a seguir:

Quadro 15 – Ações e Medidas do Programa “1027 – Melhoria da Gestão da Rede Escolar” (PPA 2012-2015)

Ação	Medida
3319 – Desenvolvimento de Ações Complementares de Inclusão Educacional	Não há medidas especificadas no PPA para esta ação.
3314 – Expansão e Melhoria da Rede Escolar	Reforma e ampliação de escolas; Construção de escolas; Implantação de escolas de Ensino Médio dos Distritos Rurais; Garantia de quadras esportivas ou áreas de recreação nas 300 escolas do PPE; Construção, adequação e fortalecimento das Bibliotecas Escolares; Construção de escolas – Guedes Alcoforado; Construção de Escolas – Justa Barbosa; Construção de Escolas – Miriam Seixas; Garantia de acervo para as Bibliotecas nas 300 da PPE.
3322 – Fortalecimento da Gestão Escolar	Estruturação de proposta de ordenação da Rede – Microplanejamento da Rede Física das Escolas Estaduais; Implantação do Sistema de Informações Educacionais de Pernambuco (SIEPE).
3327 – Implantação e Manutenção do Padrão Tecnológico nas Gerências Regionais de Educação e Escolas da Rede Estadual	Não há medidas especificadas no PPA para esta ação.
3324 – Manutenção dos Imóveis da Rede Estadual de Ensino	Manutenção de Escolas.
2262 – Melhoria da Qualidade dos Serviços da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	Não há medidas especificadas no PPA para esta ação.
4321 – Qualificação da Gestão dos Profissionais de Educação	Redução da média de falta dos professores sem justificativa legal e a redução do número de aulas não ministradas.

Fonte: Pernambuco (2011c). Elaboração própria.

Observa-se que a segunda maior previsão orçamentária para o quadriênio 2012-2015, na esfera educacional, versa sobre a gestão. Interessante destacar que o monitoramento da frequência docente se apresenta como uma ação específica no documento, com objetivo de redução do absenteísmo docente.

Para o programa “913 – Ampliação do Acesso à Educação Básica da Rede Pública”, terceira maior previsão orçamentária para a educação básica, é estimada a receita de R\$948.107.600 para os anos de 2012 a 2015. Este programa é composto pelas ações elencadas a seguir:

Quadro 16 – Ações e Medidas do Programa “913 – Ampliação do Acesso à Educação Básica da Rede Pública” (PPA 2012-2015)

Ação	Medida
4072 – Ampliação do Suporte à Atividade Educacional	Fornecimento de Kit Escolar para 100% dos alunos da Rede; Garantia de Materiais Didáticos-Pedagógicos e Literários; Fornecimento de Refeição Escolarizada para os alunos da Rede Estadual de Ensino.
3262 – Fornecimento de Transporte Escolar	Não há medidas especificadas para esta ação no PPA.
4317 – Qualificação da Educação Especial	Intensificação do atendimento a alunos com deficiência; Ampliação do Programa de Capacitação de Professores para alunos especiais.

Fonte: Pernambuco (2011c). Elaboração própria.

Neste programa, encontram-se ações voltadas para o acesso estudantil. É importante salientar que algumas dessas podem ser também consideradas como ações para garantia da permanência dos estudantes na escola, abrangendo alimentação, transporte e materiais didáticos, além de ampliação do atendimento para alunos com deficiência.

A quarta maior previsão orçamentária, por seu turno, corresponde ao programa “918 – Ampliação do Acesso ao Programa de Educação Integral e Educação Profissional”, cuja cifra é de R\$703.298.300,00 para o supramencionado quadriênio, composto por duas ações, estas exemplificadas no quadro abaixo:

Quadro 17 – Ações e Medidas do Programa “918 – Ampliação do Acesso ao Programa de Educação Integral e Educação Profissional” (PPA 2012-2015)

Ação	Medida
4214 – Melhoria e expansão da educação profissional	Implantação de 25 Escolas Técnicas Estaduais em diferentes regiões; Transformação das Sedes Anuais do Projeto Sertão em Escolas Técnicas Estaduais – Escolas Técnicas do Campo (Ibimirim e Glória do Goitá).
4325 – Qualificação e Ampliação da Rede de Educação Integral	Ampliação, reforma e adequação aos padrões estabelecidos de Escolas de Referência em Ensino Médio; Aquisição e reposição de equipamentos para Escolas de Referência em Ensino Médio; Implantação do Ensino de Inglês nas Escolas de Referência – aulas no contraturno; Programa de Educação Integral – Ampliar o número de escolas de Ensino Médio com Jornada Integral e Semi-Integral; Construção de Escolas de Referência nos municípios que só possuem uma Escola Estadual; Oferta de três refeições diárias garantida para estudantes da educação integrada/integral.

Fonte: Pernambuco (2011c). Elaboração própria.

Nesse programa, percebe-se o crescimento orçamentário entre a primeira e a segunda gestão de Eduardo Campos. Cumpre enfatizar que, como o programa contempla tanto a educação profissional como a educação integral, não é possível fazer o aferimento da receita separadamente para cada uma delas.

A quinta maior previsão orçamentária, de R\$466.220.200,00, é do programa “261- Valorização dos Profissionais da Educação e Implantação da Política de Formação Continuada”, formado pelas ações constantes no quadro a seguir:

Quadro 18 – Ações e Medidas do Programa “261 – Valorização dos Profissionais da Educação e Implantação da Política de Formação Continuada” (PPA 2012-2015)

Ação	Medida
1056 – Avaliação e Premiação do Desempenho dos Profissionais da Secretaria de Educação	Não há medidas especificadas para esta ação no PPA.
4327 – Qualificação Permanente dos Profissionais de Educação	Seleção de diretores por critérios técnicos e legitimação pela comunidade escolar (Eleição); Atualização dos profissionais de Educação em Tecnologia.

Fonte: Pernambuco (2011c). Elaboração própria

Nota-se que a premiação por desempenho possui uma ação específica dentro do programa de valorização dos profissionais da educação. Vale ressaltar que, embora outros documentos apresentem o BDE como a política de bonificação docente, não há menção direta ao bônus.

Apesar do programa “701 – Programa de Educação Integral” não estar entre aqueles com maiores previsões orçamentárias (sendo a oitava, de R\$1.000.000,00 para o quadriênio), destaca-se sua existência, voltada para a manutenção das escolas integrais. Estas, que já foram inseridas no programa 918, visando a sua ampliação, agora são novamente contempladas com programa específico para manutenção, por meio da ação “3311 – Manutenção das Atividades das Escolas de Referência em Ensino Médio Integrado à Educação Profissional”. A existência desses dois programas corrobora o objetivo declarado no documento ao apresentar a educação integral enquanto prioridade educacional para o quadriênio.

4.2.1 Revisão do Plano Plurianual de Pernambuco para o ano de 2013

A Lei n.º 14.886, de 14 de dezembro de 2012, dispõe sobre a revisão do PPA para o exercício de 2013, sendo o documento composto por dois anexos. No primeiro, o conteúdo apresentado é exatamente o mesmo do anexo um do Plano Plurianual, acrescido da Lei e da introdução do documento, que versa sobre o modelo de gestão implementado no estado no início do governo de Eduardo Campos: “com o sucesso na implantação do Modelo de Gestão Todos por Pernambuco, o Governo agora se volta para os desafios na consolidação do desenvolvimento econômico e social iniciado em 2007.” (PERNAMBUCO, 2012a, p. 3)

O segundo anexo, por sua vez, apresenta o Mapa de Estratégias do Governo e discorre sobre os objetivos estratégicos e as metas, organizados em programas, ações e subações prioritárias, de forma regionalizadas. Com isso, evidencia-se que, de acordo com o documento,

Nas subações prioritárias estão especificados os atributos relativos às metas regionalizadas e quantificadas de acordo com as entregas de bens e serviços à população, para o próximo exercício. O alcance regional dos programas é apresentado em mapas que demonstram a distribuição espacial das intervenções do Governo. (PERNAMBUCO, 2012a p. 3)

É registrado ainda que, em decorrência da Revisão do PPA conter apenas as “intervenções prioritárias de Governo pactuadas com as Secretarias e Órgãos setoriais” (PERNAMBUCO, 2012 p. 3), as ações e programas que não constam no documento estão contempladas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013.

No que concerne à educação, destaca-se o subcapítulo “2.12 Pacto pela Educação – Garantir Educação Pública de Qualidade e Formação Profissional”, em que são retomados alguns programas apresentados no PPA: Ampliação do Acesso à Educação Básica da Rede Pública no Meio Rural; Ampliação do Acesso ao Programa de Educação Integral e Educação Profissional; Melhoria da Gestão da Rede Escolar; Melhoria da Qualidade da Educação Básica da Rede Pública; Valorização dos Profissionais da Educação e Implantação da Política de Formação Continuada; e Promoção da Cidadania no Ensino.

Para a consecução dos estudos, serão consideradas as revisões concernentes aos programas destacados anteriormente no PPA, isto é, aqueles com as cinco maiores previsões orçamentárias para a educação básica. Dentre estes, os que aparecem com previsão orçamentária para o ano de 2013 são os seguintes programas: 1027 – Melhoria da Gestão da Rede Escolar; 918 – Ampliação do acesso ao programa de educação integral e educação

profissional; e 0261 – Valorização dos Profissionais da Educação e Implantação da Política de Formação Continuada.

O Programa “1027 – Melhoria da Gestão da Rede Escolar” possui, na revisão do PPA para 2013, a maior previsão orçamentária, com um valor de R\$813.495.500,00. Tal orçamento é destinado às ações, subações e execuções descritas no quadro a seguir:

Quadro 19 – Ações, Subações e Execuções do Programa “1027 – Melhoria da Gestão da Rede Escolar” – Revisão PPA 2013

Ações	Subação	Execução
3314 – Expansão e Melhoria da Rede Escolar	Garantia de Quadras Esportivas ou Áreas de Recreação nas 300 Escolas do Pacto Pela Educação.	103 Unidades Escolares Beneficiadas em diversas regiões do estado
	Adequação da Rede Elétrica nas 300 Escolas do Pacto Pela Educação.	300 Unidades Escolares Beneficiadas em todo o estado
3322 – Fortalecimento da Gestão Escolar	Implantação do Sistema de Informações Educacionais de Pernambuco (SIEPE).	1 Unidade de Sistema Implantada
	Fornecimento de KIT Esportivo para as Escolas.	9.800 Unidades de Kits Fornecidos
4072 – Ampliação do Suporte à Atividade Educacional	Fornecimento de Kit Escolar para 100% dos alunos da Rede.	2.494.758 Unidades de Camisas e Mochilas Fornecidas
4118 – Disponibilização de Recursos Instrucionais	Fortalecimento do Projeto Professor Conectado.	3.700 Unidades de Computadores/Tablets Distribuídos
4538 – Fornecimento de Alimentação Escolar	Oferta de Três Refeições Diárias garantidas para estudantes da Educação Integrada/Integral.	300 Unidades Escolares Beneficiadas

Fonte: Pernambuco (2012^a). Elaboração Própria.

Atinente ao programa “Melhoria da Gestão da Rede Escolar”, destacam-se como prioridades orçamentárias as escolas que compõem o Pacto pela Educação: escolas integrais, com ações específicas para garantia de quadras Esportivas ou Áreas de Recreação, adequação de rede elétrica e ainda oferta de refeições diárias aos estudantes. Convém reiterar que o SIEPE, abordado na ação 3322, vincula-se ao Instituto Ayrton Senna. No que diz respeito ao Projeto Professor Conectado, ação 4118, que previu a distribuição de 3.700 unidades de

Computadores/Tablets para a educação básica, sublinha-se o conveniamento com a Intel⁹⁴, conforme explicitado pela Secretaria de Educação de Pernambuco⁹⁵.

Para o programa “918 – Ampliação do acesso ao programa de educação integral e educação profissional”, a revisão do PPA apresenta, para o ano de 2013, a previsão orçamentária de R\$216.811.500,00. A ação, subações e execuções para esse programa estão explicitadas no quadro a seguir:

Quadro 20 – Ação, Subações e Execução do Programa “918 – Ampliação do acesso ao programa de educação integral e educação profissional” – Revisão PPA 2013

Ação	Subação	Execução
4325 – Qualificação e Ampliação da Rede de Educação Integral	Implantação do Ensino do Inglês nas Escolas de Referência – Aulas no Contraturno.	308 Escolas Beneficiadas em diversas regiões do estado
	Construção de Escolas de Referência nos Municípios que só possuem uma Escola Estadual.	10 Unidades Escolares Construídas

Fonte: Pernambuco (2012*). Elaboração Própria.

Mais uma vez, tem-se a escola integral como foco de previsão orçamentária, com programa e ação específicas para sua ampliação e qualificação. Nesse sentido, frisa-se que a construção de 10 escolas de referência ocorre em consonância com a prioridade educacional do estado em ampliar o ensino integral. No que se refere à implantação do ensino da língua inglesa nas Escolas de Referência, em aulas no contraturno escolar, faz-se necessário um esforço investigativo específico para elucidar se tal ensino é realizado mediante parceria com o setor privado ou se ocorre com a participação dos próprios profissionais da rede estadual de ensino.

O programa “0261 – Valorização dos Profissionais da Educação e Implantação da Política de Formação Continuada” possui a previsão orçamentária de R\$77.908.000,00 para o ano de 2013, somente para a ação “4327 – Qualificação Permanente dos Profissionais de Educação”.

⁹⁴ Intel Corporation é uma empresa de tecnologia, sediada no Vale do Silício nos Estados Unidos.

⁹⁵ Informação disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=&cat=37&art=1777>. Acessado em 31 de outubro de 2018

Quadro 21 – Subações e Execuções da Ação “4327 – Qualificação Permanente dos Profissionais de Educação” para o ano de 2013

Subação	Execução
Seleção de diretores por critérios técnicos e legitimação pela comunidade escolar (eleição).	Uma Unidade Educacional
Capacitação de professores na língua inglesa.	450 Profissionais capacitados em diferentes regiões do estado
Elaboração e implementação de política inovadora de formação continuada.	Uma Unidade Educacional

Fonte: Pernambuco (2012a). Elaboração própria.

Desse programa e ação, destacam-se subações previstas na revisão do PPA para ocorrer em apenas uma unidade educacional no estado. Esse é o caso de eleição para provimento do cargo de diretor escolar e da elaboração e implementação de uma política inovadora de formação continuada, sobre a qual não há explicação ou detalhamento do que se refere. No que diz respeito à subação de capacitação de professores em língua inglesa, também não constam informações no PPA sobre conveniamento para sua realização.

4.2.2 Revisão do Plano Plurianual de Pernambuco para o ano de 2014

A Lei n.º 15.201, de 17 de dezembro de 2013, dispõe sobre a revisão do PPA para o exercício financeiro de 2014. Estruturada à semelhança da revisão de 2013, para o âmbito da educação básica o documento retoma os programas definidos no PPA e, conforme explicitado na revisão anterior, serão consideradas apenas as revisões concernentes às maiores previsões orçamentárias selecionadas para análise do PPA. Assim, os programas contemplados na revisão de 2014 foram: 1032 – Melhoria da qualidade da Educação Básica na Rede Pública; 1027 – Melhoria da gestão da rede escolar; e 0261 – Valorização dos profissionais da Educação e Implantação da política de formação continuada.

Nesse contexto, a maior previsão orçamentária para o ano de 2014 foi para o programa 1032 – Melhoria da qualidade da Educação Básica na Rede Pública, com o valor de R\$1.462.359.700,00. Dentro desse programa, consta uma ação com subações e execuções conforme explicitadas no Quadro 22:

Quadro 22 – Ação, Subações e Execuções do Programa “1032 – Melhoria da qualidade da Educação Básica na Rede Pública” – Revisão PPA 2014

Ação	Subação	Execução
4439 – Melhoria da Eficácia da Aprendizagem do Ensino Médio – Padrão de Desempenho	Programa Ganhe o Mundo: Implantar curso intensivo de línguas nas escolas da rede estadual.	340 Unidades Escolares beneficiadas
	Concurso Professor Autor – Seleção de material de apoio multimídia produzido por docentes da rede estadual.	1 Concurso Realizado
	Novo Modelo de Governança Escolar – Implantação de estrutura de cargos e funções nas escolas do Pacto pela Educação.	1 Modelo Implantado
	Programa Ganhe o Mundo – Intercâmbio de alunos em outros países.	1.600 Bolsas Concedidas
	Elaboração dos parâmetros curriculares de referência e do padrão de desempenho dos estudantes.	1 Projeto Implantado

Fonte: Pernambuco (2013a). Elaboração Própria.

Em um programa de melhoria da qualidade da educação básica, aponta-se a maior previsão orçamentária para uma única ação, voltada para a melhoria da eficácia de aprendizagem no Ensino Médio, com referência a um padrão de desempenho.

Nesse contexto, mais uma vez é evidenciada a implantação de cursos de línguas nas escolas, agora explicitando que estes devem acontecer por meio do programa “Ganhe o Mundo” (PGM). Importante ressaltar que nessa segunda gestão de Eduardo Campos, especificamente em 2011, o programa “Ganhe o Mundo” foi instituído como política pública do Governo do Estado, mediante a Lei n.º14.512, com o intuito de elevar a proficiência das línguas inglesa e espanhola dos estudantes da Rede Pública de Ensino, por meio de cursos de línguas e intercâmbio a ser realizado pelos estudantes que mais se destacarem nas aulas⁹⁶. Destaca-se que a empresa Central de Intercâmbio (CI) aparece como gerenciadora do intercâmbio em sítio oficial da secretaria de educação do estado⁹⁷.

Publicada por ocasião do lançamento do PGM, uma reportagem apresenta informações de que os cursos de língua foram preparados e ministrados pela Multi-CCA — *holding* que controla redes de idiomas como Wizard, Yázigi, Skill e outras —, que pelo acordo desloca

⁹⁶ Informação disponível em <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=37&art=4016>. Acessado em 03 de novembro de 2018

⁹⁷ Informação disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=37&art=672>. Acessado em 03 de novembro de 2018

para dentro das escolas estaduais pernambucanas toda a estrutura de suas unidades, bem como seus professores. Por ocasião dessa reportagem, Eduardo Campos apresentou a opção pela parceria com o setor privado não como uma descrença na capacidade do Estado em proporcionar um ensino de qualidade, mas argumentando “não querer inventar a roda”, dado que o modelo consagrado no Brasil como eficiente para o ensino de línguas estrangeiras é o de cursos extracurriculares⁹⁸.

Para o programa 1027 – Melhoria da Gestão da Rede Escolar, a previsão orçamentária apresentada na revisão do PPA para 2014 é de R\$940.788.400,00, e as ações, subações e execuções estão descritas no quadro a seguir:

Quadro 23 – Ações, Subações e Execuções do programa “1027 – Melhoria da gestão da rede escolar” – Revisão PPA 2014

Ação	Subação	Execução
3314 – Expansão e Melhoria da Rede Escolar	Garantia de quadras esportivas ou áreas de recreação nas escolas do Pacto pela Educação.	20 Escolas Beneficiadas em diversas regiões do estado
	Adequação da rede elétrica nas escolas do Pacto pela Educação.	234 Escolas Beneficiadas em diversas regiões do estado
	Perfuração de poços nas escolas do Pacto pela Educação.	56 Escolas Atendidas em diversas regiões do estado
3324 – Manutenção dos Imóveis da Rede Escolar	Realização de despesas com manutenção predial das escolas da Rede Estadual.	100% das Escolas com a Manutenção Mantida
3327 – Implantação e Manutenção do Padrão Tecnológico na Rede Escolar	Distribuição de computadores portáteis para alunos da rede pública do Ensino Médio.	107.353 Unidades de Computadores/Tablets distribuídos em diversas regiões do estado
4072 – Ampliação do Suporte à Atividade Educacional	Fornecimento de Kit Escolar.	2.500.000 Unidades de Camisa e Mochilas Fornecidos
4538 – Fornecimento de Alimentação Escolar	Oferta de três refeições diárias garantida para estudantes da Educação Integrada/Integral.	340 Unidades Escolares Beneficiadas

Fonte: Pernambuco ((2013a). Elaboração própria.

Deste programa, além de ações voltadas para a melhoria e manutenção da rede escolar (como as ações 3314 e 3324) e para a garantia da permanência estudantil (como as 4072 e

⁹⁸ Informação disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/1081116/pernambuco-cria-programa-publico-de-ensino-de-ingles-e-espanhol>. Acessado em 03 de novembro de 2018

4538), destaca-se o elevado número, se comparado à previsão anterior, de computadores e tablets distribuídos aos alunos do ensino médio da rede pública do estado. Cabe a investigação de possível relação entre o programa Professor Conectado, em parceria com a Intel, e o gasto com distribuição de computadores para tais estudantes.

Sobre o programa “0261 – Valorização dos profissionais da Educação e Implantação da política de formação continuada”, a previsão orçamentária para o exercício financeiro de 2014 foi de R\$55.786.800,00. A ação, as subações e execução do Programa constam no quadro a seguir.

Quadro 24 – Ação, Subações e Execuções do Programa “0261 – Valorização dos profissionais da Educação e Implantação da política de formação continuada” – Revisão PPA 2014

Ação	Subação	Execução
4327 – Qualificação Permanente dos Profissionais da Secretaria de Educação	Programa Ganhe o Mundo – Capacitação de professores em línguas estrangeira.	540 Profissionais Capacitados em diversas regiões do estado

Fonte: Pernambuco (2013a). Elaboração própria.

Novamente, a capacitação em língua estrangeira aparece no documento inserida no Programa Ganhe o Mundo, agora envolvendo os professores (para além dos estudantes). Convém ressaltar que, em um programa que visa a valorização dos profissionais da Educação e a implantação de uma política de formação continuada, a previsão orçamentária de mais de 50 milhões de reais foi destinada exclusivamente para uma subação que envolve capacitação de professores de língua estrangeira por meio de um programa que, conforme explicitado anteriormente, possui acordos com empresas do setor privado para a promoção dessa capacitação.

Tendo em vista as prioridades explicitadas no programa de governo, no Plano Plurianual, bem como em suas revisões, serão considerados os relatórios anuais de ação de governo para análise da efetivação dos programas supramencionados.

4.3 Relatórios Anuais de Ação de Governo (2011-2014)

O ano de 2011 é caracterizado no relatório de ação de governo por não só executar as ações definidas no PPA 2008/2011, como também discutir as prioridades do Plano Plurianual subsequente, embasadas no Programa de Governo (2011-2014). Nesta gestão, o objetivo

preconizado no Mapa de Estratégias para a esfera educacional é o “Pacto Pela Educação: garantir educação pública de qualidade e formação profissional”.

Em vista disso, evidencia-se o lançamento do Pacto pela Educação, acentuando o aumento de matrículas nas escolas de referência — que, em 2011, chegou a 130.177 alunos — e apresentando o dado de que 190.034 alunos foram atendidos pelos programas de correção de fluxo escolar, por meio dos programas “Travessia”, “Se liga” e “Acelera”, e “Paulo Freire”⁹⁹.

Nesse primeiro relatório da segunda gestão de Eduardo Campos, há uma síntese das ações implementadas na primeira gestão, com diagnóstico da situação encontrada e as transformações ocorridas no período de 2007 a 2010. Explicita-se, assim, que foram priorizadas as reformas prediais de modo a adequá-las ao padrão mínimo de funcionamento; em seguida, houve distribuição de livros didáticos, fardamento, inclusão dos alunos do ensino médio na distribuição da merenda escolar e adoção de programas de correção do fluxo escolar.

Concernente à valorização dos profissionais da educação, no relatório é salientado que na primeira gestão houve disponibilização de programas de capacitação, bônus para obtenção de livros na Bienal e distribuição de 26.500 laptops para os professores da rede, por meio do programa Professor Conectado.

No que tange à gestão escolar, evidencia-se, novamente, a adoção da grade curricular mínima, a introdução de avaliações bimestrais e o aferimento anual da performance de todas as escolas, mediante a realização do SAEPE e do IDEPE. Avulta-se, ainda, a criação do Bônus de Desempenho Escolar (BDE), que premia com um 14º salário os profissionais das escolas que alcancem as metas estimadas pelo SAEPE. De acordo com o relatório de ação de governo de 2011:

O grande objetivo para o período 2011/2014 é o de continuar elevando a posição de Pernambuco no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos anos iniciais, finais e no Ensino Médio e colocá-lo entre os primeiros do País em percentual de crescimento. (PERNAMBUCO, 2012b, p.14)

Para tornar tal meta exequível, segundo o documento, faz-se necessário a implementação de uma política educacional cujo foco esteja na melhoria do ensino,

⁹⁹ Vale ressaltar que o Programa Paulo Freire é direcionado para a alfabetização de jovens e adultos e não compõe o quadro de programas dirigidos para a educação básica

universalizando o modelo de Escola de Referência e qualificando para o trabalho, mediante expansão do ensino técnico pelo estado.

Segundo o relatório, o Pacto pela Educação, por meio de um sistema de monitoramento com o uso de Painel de Avaliação de Resultados, introduziu um acompanhamento mensal de metas e planos estabelecidos para todos os anos do Ensino Médio em 300 escolas do Estado. Tal pacto, em que são envolvidos professores, estudantes e equipe administrativa, premia as escolas que lograrem a meta anual determinada para o indicador de resultado.

Em 2011, conforme o relatório, foi estabelecido um Novo Modelo de Governança Escolar, cuja finalidade é a implementação de um Padrão de Qualidade na Gestão Escolar alicerçado nas diretrizes do Pacto pela Educação (PPE). Para isso, foram contabilizados os custos de instalação do modelo nas 300 escolas componentes do Pacto (PERNAMBUCO, 2012).

De acordo com o relatório, no ano de 2011 o programa Travessia começou a atuar também no ensino fundamental, em 179 dos 184 municípios do estado. Isso possibilitou, desde 2007, a conclusão do ensino médio para 127 mil estudantes (PERNAMBUCO, 2012b).

No Relatório de ação de governo de 2012 também são lembradas as ações desde o início da primeira gestão de Eduardo Campos, e dois objetivos para o quadriênio 2011/2014 são enfatizados:

- i) continuar elevando a posição de Pernambuco no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos anos iniciais, finais e no Ensino Médio e colocá-lo entre os primeiros do País em percentual de crescimento; e ii) ampliar o acesso de todos os pernambucanos à educação de todos os níveis (básica, superior e profissionalizante). (PERNAMBUCO, 2013b, p.14)

Deste modo, novamente é evidenciado no documento a evolução do desempenho dos alunos da rede estadual no Ideb, em que os resultados obtidos em 2011 contemplam as metas compactuadas com o Ministério da Educação para o ano de 2013.

O relatório observa a expansão das unidades das escolas de Referência, que passaram para 217 unidades e 155.971 alunos em 2012. Sobreleva, também, a parceria com a Fundação Gilberto Freyre por meio do Programa “Minha Escola, Uma Excelente Escola”, no qual foi criado um novo indicador para gestão educacional, o Indicador de Inovação na Gestão Escolar (IIGE), em que se “propõe a sistematização, registro e disseminação das melhores e mais

inovadoras práticas educacionais da rede estadual de ensino.” (PERNAMBUCO, 2013b, p. 21).

O documento sublinha, ainda, a publicação da Lei n.º 14.529¹⁰⁰ de dezembro de 2011, que modifica os critérios de distribuição de parte do ICMS repassada aos municípios, “estimulando-os a investir e melhor gerir ações voltadas a uma política de alfabetização para receberem maiores incentivos do Governo Estadual.” (PERNAMBUCO, 2013b, p. 23)

O relatório de ação de governo de 2013 reproduz, como os anteriores, o que foi realizado desde 2007. Assim, sublinha o desempenho logrado pelo estado no Ideb de 2011 e apresenta o investimento de mais de 60 milhões de reais na política de bonificação por desempenho educacional, que teria contemplado 23.440 profissionais da educação (PERNAMBUCO, 2014).

O RAAG 2013 realça, ainda, o crescimento do resultado do Indicador Pacto Pela Educação, cuja finalidade é avaliar, semestralmente, o aproveitamento dos alunos do ensino médio em relação ao conteúdo curricular. Desta forma, o documento destaca que em 2013 o desempenho dos estudantes foi 11,1% maior em relação ao mesmo período de 2012, em uma variação, segundo a escala do indicador, de 3,63 para 4,04 (PERNAMBUCO, 2014).

No relatório de 2014, além de retomar aos índices obtidos desde o início da primeira gestão de Eduardo Campos, apresentam-se os dados de que 163 mil alunos estão matriculados nas Escolas de Referência em 2014, e que o estado possui a menor taxa de abandono escolar do país (5,2%) e 300 escolas de Referência (PERNAMBUCO, 2015).

Aponta-se que as prioridades declaradas no programa de governo e no plano plurianual são expressas também nos relatórios anuais de ação de governo, materializando-se, dentre outros modos, na elevação do Ideb da rede estadual e na ampliação das escolas de referência.

4.4 Análise da Segunda Gestão de Eduardo Campos (2011-2014)

Nesta segunda gestão de Eduardo Campos, além da continuidade das políticas educacionais implementadas na primeira gestão, é demonstrada uma ampliação dos gastos referentes às escolas integrais. Destaca-se, ainda, a efetivação do Pacto Pela Educação.

¹⁰⁰

Lei disponível em:
https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/Legislacao/Leis_Tributarias/2011/Lei14529_2011.htm Acesso em: 20 de Outubro de 2018

De acordo com a Secretaria de Educação do estado, ocorreu significativo aumento das escolas de referência, também apresentado como prioridade educacional para esta gestão:

Em 2014, Pernambuco passou a contar com 125 escolas integrais, que oferecem aulas nos dois turnos durante todos os dias da semana, 175 escolas semi-integrais onde os estudantes possuem aulas em horário integral três vezes por semana e 28 Escolas Técnicas Estaduais com ensino médio integrado em jornada integral. Esse total de 328 escolas coloca o estado na vanguarda da educação do ensino médio, garantindo a maior rede de educação integral do país, e conseqüentemente oferece a maior carga-horária de estudos. (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO)¹⁰¹

A prioridade para este quadriênio, no âmbito educacional, é explicitamente alcançar as primeiras posições do país no Ideb (PERNAMBUCO, 2011b). Desta maneira, são mantidas as políticas de avaliação, bonificação e correção de fluxo escolar inseridas já na primeira gestão e, mediante a implementação do Pacto Pela Educação (PPE), são intensificadas as políticas de monitoramento e gestão por resultados.

O Pacto pela Educação, em documento oficial, é descrito como uma política direcionada para a qualidade da educação e, atinente à linha de atuação, ocorre a adoção de princípios e estratégias preconizadas no Mapa de Estratégias do estado (Figura 6).

O acompanhamento do PPE ocorre por meio de monitoramento de resultados e processos. No primeiro aspecto, são analisados os desempenhos dos estudantes em avaliações bimestrais em 300 escolas (que atendam o ensino médio) em Português e Matemática, validadas por uma avaliação externa semestral embasada na Matriz curricular do estado. O indicador extraído dessas avaliações é o Índice Pacto pela Educação (IPPE) (PERNAMBUCO, 2011c).

No que tange ao acompanhamento do processo, são avaliados: frequência do estudante; frequência do professor; aulas previstas \times aulas dadas; cumprimento dos conteúdos curriculares; número de estudantes abaixo da média; e participação familiar nas reuniões escolares. Para analisar esses indicadores, utiliza-se o SIASI¹⁰² e o Sistema de Monitoramento de Conteúdos (SMC) (PERNAMBUCO, 2011c).

¹⁰¹ Disponível em <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=70> Acessado em 01 de agosto de 2018.

¹⁰² Embora não tenham sido localizadas informações sobre o SIASI na secretaria de Educação, de acordo com sítio oficial “O Sistema Instituto Ayrton Senna de Informação (SIASI) registra as informações educacionais dos estados e municípios parceiros por meio da coleta de dados das escolas e da sua consolidação no âmbito das secretarias de educação.” Informações disponíveis em : <http://siasi.redevenca.org.br/Login.aspx?ReturnUrl=%2f> Acesso em 20 de Outubro de 2018

Pode-se afirmar que, nessa segunda gestão, os processos controle são intensificados e, com isso, são adensadas as práticas de monitoramento e mensuração de resultados, sendo que no próprio PPE encontram-se explicitados os desempenhos por Gerências Regionais. Sobre as práticas gerencialistas na esfera educacional em Pernambuco, Melo (2015) avalia que:

O Governo de Eduardo Campos teve como marco e característica o gerencialismo, inclusive na educação, já que a mesma está sendo vista e tratada como empresa com o objetivo de alcançar metas, ter destaques, recompensas pelos resultados alcançados e o *rankiamento*, bem como a competição velada entre as escolas. (p. 98)

Vale ressaltar que, dentro do entendimento mensurável de “educação de qualidade”, Pernambuco logrou êxito (PERNAMBUCO, 2010b). Conforme apresentado no segundo capítulo deste trabalho, o estado apresentou melhores desempenhos em diversos índices, não apenas educacionais. Tal performance é, de acordo com diversos documentos oficiais (PERNAMBUCO, 2010b, 2011a, 2013, 2014), tributária do modelo de gestão Todos por Pernambuco.

Nota-se, também, a permanência das instituições que realizaram alguma parceria na primeira gestão: Ayrton Senna; Roberto Marinho; Movimento Brasil Competitivo e Instituto de Desenvolvimento Gerencial (atual Falconi) — com destaque para a Ayrton Senna que, na primeira gestão, apareceu correlacionada ao fluxo e escolar e, nessa, apresenta-se ainda presente no âmbito da gestão por meio do SIASI.

Cumprido ressaltar, por oportuno, que embora não haja em sítio oficial da Secretaria da Educação do Estado detalhes sobre a forma de atuação do “Projeto Educar” — oriundo de empréstimo junto ao Banco Mundial —, conforme o tribunal de contas do estado a atuação da Organização Financeira é direta na consecução do PPA e do Pacto pela Educação. Em sítio oficial¹⁰³ da Secretaria, são expostos os descritores “Banco Mundial” em sua nomenclatura, ainda que o documento do Pacto Pela Educação não faça referências a ele.

No que tange ao Pacto pela Educação, observa-se, explicitamente, apenas a presença do Banco Mundial, o que não permite afirmar a inexistência de outros atores privados nesse processo, mas sim reiterar a necessidade de estudos mais apurados para identificar outras possíveis entidades privadas no âmbito da educação básica.

¹⁰³ <http://www.educacao.pe.gov.br/educar/upload/galeria/689/Site%20PPE%20-%20Banco%20Mundial.pdf>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ora apresentada buscou identificar as prioridades educacionais em Pernambuco, no âmbito da educação básica, entre 2007 e 2014, nos programas de governo, planos plurianuais e relatórios anuais de ação de governo. De forma específica, este estudo procurou: 1-) caracterizar o modelo de gestão pública no estado e rede estadual de ensino; 2-) analisar a influência da NGP nas políticas educacionais e 3) identificar possíveis formas de privatização da educação básica.

A escolha de Pernambuco como caso em estudo decorreu da presença do ICE na dimensão da gestão da educação no estado (ADRIÃO coord, 2014); buscou-se, portanto, verificar se ocorreu a permanência desta organização, bem como se houve a atuação de outras no contexto da educação básica da rede estadual.

A hipótese que orientou a pesquisa e seu recorte temporal é a de que, tendo em vista a influência da LRF na administração pública brasileira (GARCIA, 2000; CARNEIRO s/a; CULAU e FORTIS, 2006; DOIA; 2016) e por se configurar como indutora de políticas públicas privatizantes ao fixar um teto de gasto com pessoal (ADRIÃO e DOMICIANO, 2018), seria, também, utilizada como argumento para legitimar a privatização no âmbito das políticas educacionais no estado.

Assim, a série histórica selecionada para o estudo, a princípio, contemplaria a gestão anterior, de Jarbas Vasconcelos (2003-2006), como governador de Pernambuco, entretanto, obteve-se a informação de que este não submeteu um programa de governo ao Tribunal Regional Eleitoral e que informações concernentes ao planejamento e orçamento de sua gestão só poderiam ser consultadas na sede da SEPLAG. Portanto, a análise desta gestão com a finalidade de comparar as prioridades educacionais foi impossibilitada.

O presente estudo destaca que, nas fontes documentais analisadas, não foi encontrada a presença do ICE, não se confirmando a hipótese levantada no início da pesquisa. Também destaca que, conforme apresentado pelo programa com maior previsão orçamentária na primeira gestão de Eduardo Campos (quadro 4), a LRF não obstruiu o investimento na gestão administrativa -pessoal e estrutura física- da Secretaria de Educação. Ainda que, no Programa Ganhe o Mundo, os programas de capacitação em língua inglesa para alunos e professores não tenham sido realizados por profissionais da rede, mas, mediante conveniamento com instituições privadas de ensino, nota-se que o argumento utilizado pelo governador para tal ação, não é de ordem fiscal, mas de ordem técnica.

As prioridades educacionais identificadas nos Programas de Governo, Planos Plurianuais e Relatórios Anuais de Ação de Governo em Pernambuco, entre 2007 e 2014 foram: a-) elevação da taxa de escolarização e conseqüente diminuição das taxas de abandono, que resultou em investimentos em programas de correção do fluxo escolar; b-) elevação do resultado no IDEB, que impulsionou a implementação do Programa de Modernização da Gestão Pública; c-) ampliação das Escolas de Referência, totalizando, ao final de 2014, 125 escolas em regime integral e 175, em regime semi-integral.

Do ponto de vista da gestão pública no âmbito do estado, embora os valores característicos da NGP, como “Eficácia” e “Eficiência”, estejam presentes em diversas fontes documentais e que o controle dos processos e resultados sejam constantemente reiterados, não pode ser afirmado, com base nos documentos analisados, que houve diminuição do Estado na consecução de políticas públicas educacionais.

Cumpra fazer essa ressalva, pois a ideia de universalidade, presente nos “Focos Prioritários do Governo” em seus “Mapas de Estratégias” (Figuras 5 e 6) dirigido aos “Extratos mais vulneráveis da população” é expressa, no âmbito da educação básica, mediante distribuição de merenda escolar, uniformes, materiais didáticos, kits escolares, aumento das taxas líquidas matrícula, diminuição da distorção idade-série e redução do índice de evasão na rede.

Nesse sentido, constata-se que, para além dos dados apresentados referentes ao desempenho da rede estadual no IDEB, que apresentam superação das metas preconizadas, estes outros indicadores revelam a ampliação do acesso e permanência no âmbito da educação básica, o que denota, conseqüentemente, elevação da qualidade da educação básica.

Nota-se que Pernambuco, nesta série histórica, além de apresentar significativa melhora em seus indicadores, como apresentado no segundo capítulo deste trabalho, esteve alinhado ao Governo Federal e que, neste período, o programa Bolsa Família, elogiosamente descrito pelo PPA, exerceu influência no âmbito da distribuição de renda.

Tal fato, entretanto, não pode, necessariamente, ser associado ao alcance e superação das metas do IDEB, tendo em vista que, além de elementos socioeconômicos, a infraestrutura da escola e fatores contextuais, como a média de alunos por turma, qualificação docente, atuação da secretaria de educação, entre outros, configuram-se como importantes variáveis no alcance de bons resultados no IDEB (MATOS, RODRIGUES 2016). Desta maneira, depreende-se que foram realizados esforços governamentais para elevar a qualidade do ensino no âmbito da educação básica.

Há que se pensar, por outro lado, a atuação do “Movimento Brasil Competitivo” e

“Instituto de Desenvolvimento Gerencial” (atual “Falconi Consultores de Resultados”) no âmbito da administração pública estadual, ademais, medidas tipicamente gerenciais como de *rankings* e políticas de avaliação em larga escala, parcerias público-privadas e relações de quase-mercado (HYPOLITO 2011; 2013), são identificadas neste estudo, mediante o PMPG, no qual foi instituído um sistema próprio de avaliação da rede estadual de ensino e implementado uma Política de Bônus em que são vinculados abono salarial com desempenho dos estudantes em exames de grande escala.

A este propósito, Melo (2015), em análise sobre a influência do IDEPE nas escolas estaduais de Pernambuco apresenta que, por um lado, os professores sentem-se motivados pela política de gestão por resultados e, por outro, houve uma competição entre as escolas e os profissionais. Ainda no atinente às políticas gerenciais identificadas no estudo, encontra-se a reformulação dos critérios de repasse do ICMS para os municípios de acordo com o desempenho do IDEB. Tal medida, utilizada enquanto política indutora de qualidade, dentro de um entendimento gerencial de educação, foi proposta na primeira gestão de Eduardo Campos, regulamentada na segunda, e configura-se como interessante campo de estudo.

A participação direta do setor privado, por sua vez, fez-se presente no âmbito das políticas educacionais da rede estadual, em que se destacam a atuação do Instituto Ayrton Senna, da Fundação Roberto Marinho e do Banco Mundial, conforme sintetiza o quadro a seguir:

Quadro 25- Síntese da participação do Setor Privado nos Programas de Governo, Planos Plurianuais e Relatórios Anuais de Ação de Governo - Pernambuco (2007-2014)

Programa	Finalidade	Organização
Alfabetizar com Sucesso/Circuito Campeão	Gestão de aprendizagem	Instituto Ayrton Senna
Se Liga	Alfabetização/ Correção do Fluxo Escolar	Instituto Ayrton Senna
Acelera Pernambuco	Correção do Fluxo Escolar- Ensino Fundamental	Instituto Ayrton Senna
Travessia	Correção do Fluxo Escolar- Ensino Médio	Fundação Roberto Marinho
Projeto Educar	Apoiar Programas Constantes no PPA	Banco Mundial
Programa Ganhe o Mundo	Elevar a proficiência das línguas inglesa e espanhola dos estudantes da Rede Pública de Ensino	Multi-CCA — <i>holding</i> ; Central de Intercâmbio
Siepe- Sistema de Informações Educacionais de Pernambuco	Plataforma <i>Online</i> de Diário de Classe	Instituto Ayrton Senna
Professor Conectado	Fornecimento de Notebooks para professores da Rede	Intel Corporation

Fonte: Elaboração própria com base nos Planos Plurianuais e Relatórios Anuais de Ação de Governo de Pernambuco (2007-2014)

Tendo em vista os limites impostos pela natureza documental da presente pesquisa, é de suma importância sublinhar que análises detidas e apuradas de cada um dos programas mencionados revelam-se como necessárias para que se possa examinar a efetivação dos mesmos no âmbito da rede estadual de ensino.

Acrescenta-se, também, que a facilidade de acesso às informações contidas nos documentos evidencia a transparência da gestão no que concerne às prioridades orçamentárias no âmbito da administração pública, assim como também explicita as tais parcerias com o setor privado, dentro do entendimento do governo estadual, como benéficas para a educação pública estadual.

Destaca-se, como interessante campo investigativo decorrente desta pesquisa, a análise das LOA's e LDO's, as quais podem evidenciar informações mais precisas sobre os dados localizados, bem como revelar outras possíveis formas de privatização ou, até mesmo, divergências entre o planejamento e orçamento.

Salienta-se, ainda, como um potencial campo de análise, a investigação dos colaboradores dos programas de governo -que são nominalmente listados- e suas possíveis relações com as instituições privadas atuantes nas gestões de Eduardo Campos como governador de Pernambuco.

Por fim, o trabalho revela que o discurso governamental de busca pela educação de qualidade para todos, evidencia a escolha de um caminho questionável, em que as ações do poder público com o setor privado para a oferta da educação básica ocorrem desde a etapa do planejamento, como demonstram as análises dos programas de governo, planos plurianuais e relatórios anuais de ação de governo das gestões examinadas.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, F. L. **O impacto do modelo gerencial na Administração Pública Um breve estudo sobre a experiência internacional recente.** 52 p. (Cadernos ENAP; n. 10), 1997.

ADRIÃO, T.; PERONI, V. **Consequências da atuação do Instituto Ayrton Senna para a gestão da educação pública: observações sobre 10 estudos de caso.** Práxis Educativa, vol. 6, núm. 1, jan./jun., 2011, p. 45-53.

ADRIÃO, T. M. F. (coord.); GARCIA, T. O. G.; BORGHI, R. F.; BERTAGNA, R. H.; MOMMA, A. **Mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2015).** Projeto de pesquisa apresentado a Chamada Universal – MCTI/CNPq, nº 14, 2014.

ADRIÃO, T. A privatização dos processos pedagógicos: grupos editoriais e os negócios da educação básica. In: **O Negócio da educação:** a ventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco. 1 ed. São Paulo: Olho d'água e FEPEESP, 2017, v.1, p. 129-144.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T. **Mudanças organizacionais na gestão da escola e sua relação com o mundo empresarial:** aprofundamento da privatização na educação básica brasileira? Educação (Rio Claro. Online)., v.25, p.1 - 16, 2015.

ADRIÃO, T. **Escolas charters nos EUA:** contradições de uma tendência proposta para o Brasil. 2014. Alves, G Ver. Terceirização e o capitalismo no Brasil Um par Perfeito, Brasília, vol. 80, no 3, jul./set. 2014.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T. Subsídio Público ao Setor Privado: reflexões sobre a gestão da escola pública no Brasil. **Revista Políticas Educativas**, v.7, p. 110-122, 2014.

ADRIÃO, T. **A privatização dos processos pedagógicos: Grupos editoriais e os negócios na educação básica.** Publicado em Maringoni, G. (org). O negócio da Educação. São Paulo: Olho D'água e Fepesp. 2017.

ADRIÃO, T. **Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil**: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ADRIÃO, T; DOMICIANO C. A. A Educação Pública e as Corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil. *FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, 2018.

ADRIÃO et al . **Nota metodológica**. Disponível em: https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao_2005_2015. Acesso em: 13 nov. 2018.

ALVES G. **Terceirização e o capitalismo no Brasil Um par Perfeito**, Brasília, vol. 80, n. 3, jul/set 2014.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **Usos e Abusos dos Estudos de Caso**. *Cad. Pesqui.* [online]. 2006

BANCO MUNDIAL. **ESTRATÉGIA**, 2020. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/ESSU/463292-1306181142935/Portuguese_Exec_Summary_ESS2020_FINAL.pdf. Acesso em: 13 nov. 2018.

BALL, S; YODELL, D. **Hidden privatization in public education**, 2008.

BARBOSA. L.M.R. **Homeschooling no Brasil: ampliação do direito à educação ou via de Privatização** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, nº. 134, p.153-168, jan.-mar., 2016 1

BOITO JR., A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Rev. Sociol. Polit.** vol.21, n.47. 2013.

BOLZON, A. et al (Org.). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Realização: PNUD, IPEA, FJP. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições.

BRASIL. **Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009.** Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal de 04/05/2000.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica** 2005-2015 Brasília. Inep, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Resumo Técnico:** Resultado do índice de Desenvolvimento da Educação Básica. [2016].

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A Reforma Gerencial de 1995.** Revista de Administração Pública 34(4), julho 2000.

CARNEIRO R. **Planejamento e Gestão Governamental na Esfera Estadual uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs.**

Relatório de Pesquisa IPEA Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/redeiipea/images/pdfs/termo_referencia/relatorio_pesquisa_relatorio_consolidado.pdf. Acesso em: 13 nov. 2018.

CULAU, A. A.; FORTIS, M. F. A. **Transparência e controle social na administração pública brasileira:** avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. XI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Ciudad de Guatemala, 7 - 10 nov. 2006.

CRUZ, M. S. M. **Transformando a Gestão em Pernambuco:** Modelo de Gestão Todos por Pernambuco s/a.

CRUZ, M. S. M. et al. **Criação de carreiras de estado para a institucionalização do Modelo de Gestão Todos por Pernambuco**. XIX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Quito, Ecuador, 11 – 14 nov. 2014. 2014a.

CRUZ, et al. 2014b. **Modelo de Gestão Todos por Pernambuco: características e avanços** Painel 17: Monitoramento e Avaliação na Prática, 2014.

DIAS, M. C.; GUEDES, et al. **Modelo de Escola Charter: a experiência de Pernambuco**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia, 2010.

DOIA, A. R. L. A importância da lei de responsabilidade fiscal para a administração pública. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Ano, 1, Vol.7, p. 24-36. agosto de 2016. ISSN:2448-0959.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.28, n.100, p. 965-987, out. 2007.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.33, n.119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO. **Um novo Pernambuco- Programa de Governo Eduardo Campos**. Recife: 2006.

FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO. **O Novo Pernambuco: melhor para trabalhar, melhor para viver**. Programa de Governo Eduardo Campos. Recife: 2010.

GANDINI, R. Características patrimonialistas do Estado brasileiro: anotações para estudos de política educacional. **RBPAAE** – v.24, n.2, p. 197-213, mai./ago. 2008.

GARCIA, T. O. G; ADRIÃO, T; BORGHI, R. A Nova Gestão Pública e o contexto brasileiro. In: **Instituições educacionais: políticas, gestão e práticas profissionais**. Santos: Universitária Leopoldianum; 2009.

GARCIA, R. C. **A reorganização do processo de planejamento do Governo Federal**. Brasília: IPEA, 2000.

GIDDENS A. A Terceira Via e Seus Críticos. Rio de Janeiro: Record. 2001

GONTIJO, V. Instrumentos de Planejamento e Orçamento. **Brasília. Câmara dos Deputados. s/a**.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

HYPOLITO, A. M. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. **Educação: Teoria e Prática**, v.21, n.38, p. 59-78, 2011.

HYPOLITO, A.M; GANDIN, L. A. Políticas de Responsabilização, Gerencialismo e Currículo: uma breve apresentação. **Revista Científica e Curriculum**, v. 11, n. 2, p. 335-341, 2013.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 9ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LEITE, J. C. Z. **Parcerias em Educação: O Caso do Ginásio de Pernambuco**. 2009. 156 f. Monografia (Especialização) - Curso de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em:
<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/3999/arquivo220_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 dez. 2017.

LOPES, N. M. **Pagamento de pessoa jurídica e transferências para instituições privadas sem fins lucrativos: gastos de MDE com ensino médio no estado de Pernambuco**. (Trabalho de Conclusão de curso). UNICAMP, Campinas, 2017.

LÜDKE, M; MARLI EDA. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MARINI, C, H.F. MARTINS. **Todos por Pernambuco em Tempo de Governança: conquistas e desafios**. Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Pernambuco. Recife, 2014.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. São Paulo Boitempo. 2013.

MATOS, D. A. S; RODRIGUES, E.C. **Indicadores Educacionais e contexto escolar: uma análise das metas do Ideb**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 27, n. 66, p. 662-688, set./dez. 2016

MELO, D.V **“Quando vai falar de idepe, você fala de bônus”** – as influências do índice de desenvolvimento da educação de pernambuco (idepe) nas escolas estaduais (Mestrado).UFPE, 2015.

MELLO, L. R.; BERTAGNA, R. H. Apontamentos iniciais sobre qualidade educacional: resultados do IDEB e fatores socioeconômicos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara/SP, v. 11, n. 3, p.1132-1148, 2016. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.21723/riaee.v11.n3.6168>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO T. M. F. **Os 25 anos da constituição de 1988**: reflexões sobre o direito à educação de qualidade in Políticas Educacionais e Qualidade da Escola Pública. Curitiba: CRV, 2013.

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PARO, V. H. **O caráter político e administrativo das práticas cotidianas na escola pública**. Brasília, ano 11, n.53, jan./mar. 1992, p.39-45.

PDRAE. Disponível em:

<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

PNAGE. Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PNAGE). Disponível em:

<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao-publica/programas-e-projetos-de-gestao/apresentacao>. Acesso em 13 nov. 2018

PERNAMBUCO. Constituição do Estado de Pernambuco. Promulgada em 5 DE OUTUBRO DE 1989. Recife, 1989.

_____. **Lei Complementar Nº 118, de 26 de junho 2008.** Dispõe sobre a criação da Carreira de Planejamento, Orçamento e Gestão e seus cargos, fixa sua remuneração, e dá outras providências. Diário Oficial de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 27 jun. 2008. P. 4, col. 1.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Relatório Anual de Ação de Governo 2007.** Recife: 2008b.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Relatório Anual de Ação de Governo 2008.** Recife: 2009b.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Relatório Anual de Ação de Governo 2009.** Recife: 2010b.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Relatório Anual de Ação de Governo 2010.** Recife: 2011a.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Relatório Anual de Ação de Governo 2011.** Recife: 2012b.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Relatório Anual de Ação de Governo 2012.** Recife: 2013b.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Relatório Anual de Ação de Governo 2013**. Recife: 2014a.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Relatório Anual de Ação de Governo 2014**. Recife: 2015a.

_____. **Programa de modernização da gestão pública/Metas para educação**, 2007. Disponível em: < <http://www.educacao.pe.gov.br/diretorio/pmg2/meta.html>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

_____. Secretaria de Educação do Estado. **Lei n° 13.486, de 1° de julho de 2008**. Institui o Bônus de Desempenho Educacional – BDE, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

PERNAMBUCO. **Lei N°13.306, de 01 de outubro de 2007**, instituiu o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011. Anexo I2007a.

PERNAMBUCO. **Lei N°13.306, de 01 de outubro de 2007**, instituiu o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011. Anexo II 2007b.

PERNAMBUCO. **Lei n.º 13.957, de 15 de dezembro de 2009**, dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2008-2011 para o exercício de 2010. 2009^a.

PERNAMBUCO. **Lei n.º 14.234, de 13 de dezembro de 2010**, revisa o Plano Plurianual do Estado para o exercício de 2011 e dá outras providências. 2010a.

PERNAMBUCO. **Lei n.º 14.532, de 9 de dezembro de 2011**, dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015. Anexo I 2011b.

PERNAMBUCO. **Lei n.º 14.532, de 9 de dezembro de 2011**, dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015. Anexo II 2011c.

PERNAMBUCO. **Lei n.º 14.886, de 14 de dezembro de 2012**, dispõe sobre a revisão do PPA para o exercício de 2013, 2012a.

PERNAMBUCO. **Lei n.º 15.201, de 17 de dezembro de 2013**, dispõe sobre a revisão do PPA para o exercício financeiro de 2014, 2013a.

_____. Nota Técnica. **A avaliação das escolas estaduais e o bônus de desempenho educacional, sem ano**. Disponível em:

<http://www.educacao.pe.gov.br/diretorio/pmg2/nota_tecnica_idepe.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Pacto pela Educação, 2011**. Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br/web/pped/pacto-pela-educacao>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

_____. **Balanço da Educação 2016, 2016**. Disponível em:

<[http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/12289/BALAN%C3%87O%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%202016\(1\).pdf](http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/12289/BALAN%C3%87O%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%202016(1).pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2018.

_____. Secretaria de Educação do Estado, 2017. Disponível em:

<<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=36&art=1977>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

SANFFELICE, J. L. **Reforma do estado e da educação no brasil de FHC**. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1391-1398, dezembro 2003.

SANTOS, J. B. Resposta à solicitação: 343747983450-2017. Assistência de Biblioteca, Editoração e Memória- ASBEM Escola Judiciária Eleitoral- TRE-PE, 2018.

SARDINHA, R. C. **O Projeto Procentro e as escolas charter**: investigação de um modelo educacional defendido pela Fundação Itaú Social. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RIBEIRO, C. **Programa alfabetizar com sucesso- programa de acompanhamento dos anos iniciais da rede pública de Pernambuco: a avaliação do município de condado.** (Mestrado) UFJF, 2015.

SECCHI, L. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública.** rap — Rio de Janeiro 43(2):347-69, MAR./ABR. 2009.

SILVA, D. C.; BARBOSA L. M. R. **Instrumentos de Planejamento Orçamentário e a Privatização da Educação Básica.** Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação: Estado, Políticas e gestão da educação: Tensões e agendas em (des) construção. João Pessoa, 2017.

SILVA, J M. **Reformas pró-capital na educação escolar: a reestruturação do ensino médio pelo programa de educação integral de Pernambuco.** (Mestrado) UFPE, 2013.

SOUZA, S. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. **Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil.** *Educ. Soc.* [online]. 2003, vol.24, n.84, pp.873-895. ISSN 0101-7330.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia.** São Paulo: Ática, 1980.

ANEXO I – RESPOSTA À SOLICITAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO DE JARBAS VASCONCELOS (2003-2006)

Resposta à solicitação: 476548904853-2017

Descrição da solicitação: Bom dia. Eu gostaria de ter acesso ao documento público referente ao programa de governo de Jarbas Vasconcelos (2003-2006), que foi submetido em 2002 ao TRE-PE.

Resposta ao cidadão:

Prezada Senhora Daiane,

Informamos que no período de 2002 a 2006, ainda não era uma exigência legal a apresentação da proposta de governo no processo de registro de candidatura. A apresentação da proposta de governo tornou-se obrigatória a partir da Lei nº 12034/2009, que alterou a Lei nº 9504/1997, incluindo em seu Art. 11, § 1º, IX esse tipo de documento.

Informamos ainda, que mesmo não sendo uma exigência legal na época (2002-2006), o setor de Arquivo fez uma consulta no processo do candidato solicitado e verificou que não consta nos autos nenhuma proposta de governo de Jarbas Vasconcelos para o cargo de governador em 2002.

Segue anexa a página do Código Eleitoral anotado que trata sobre o assunto e abaixo o link da Lei 12.034/2009:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm

Caso deseje consultar o processo de registro do candidato, há um microfilme nesta Biblioteca que pode ser convertido em PDF para consulta e disponibilização.

Agradecemos pelo contato e permanecemos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Joelma Barbosa dos Santos

Analista Judiciária - Bibliotecária CRB-4/1128

Assistência de Biblioteca, Editoração e Memória - ASBEM

Escola Judiciária Eleitoral - TRE- E

Email: biblioteca@tre-pe.jus.br

Tel: 813194-9462

O histórico do atendimento à sua solicitação poderá ser consultado através do site da internet do TRE-PE (<http://www.tre-pe.jus.br>), página da Ouvidoria, opção 'Consultar solicitação'.

ANEXO II – RESPOSTA À SOLICITAÇÃO DOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL DE JARBAS VASCONCELOS (2004-2007)**Resposta da Solicitação**

Ouvidoria <gcon@ati.pe.gov.br>

Qui 16/08/2018, 16:26

Você; Copy ▾



Esse e-mail foi enviado automaticamente pelo Sistema de Ouvidoria do Estado de Pernambuco. Não responda esse e-mail por essa tela, utilize o link abaixo:

Prezada Senhora

A Ouvidoria da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, encaminha abaixo a resposta da Autoridade de Administrativa, Tarciana Gomes, ao **Pedido de Acesso à Informação** registrado sob o nº 201853096.

"Informamos que a SEPLAG não dispõe, atualmente, das informações completas do PPA 2004-2007. Em articulação com outros órgãos estaduais, conseguimos uma cópia do texto do Anexo I desse Plano, porém sem a parte introdutória e sem as ilustrações dos Mapas, que compõem o documento original; o que não prejudica, de um modo geral, o conteúdo básico deste Anexo. Em relação ao Anexo II (documento original) que contém os Relatórios de Programa, Ação, Produto e Meta e de Estimativa dos Custos dos Programas, segundo os Órgãos Executores, no período - 2004-2007, está disponível na sede da SEPLAG.